

ANDRÉ LUIS ESTEVES PINTO

O CIDADÃO:
UM JORNAL COMUNITÁRIO NA
ERA DA GLOBALIZAÇÃO

UFRJ/ECO

2004

O CIDADÃO:

*UM JORNAL COMUNITÁRIO NA
ERA DA GLOBALIZAÇÃO*

ANDRÉ LUIS ESTEVES PINTO

UFRJ/ECO
MESTRADO

ORIENTADORA:
RAQUEL PAIVA

RIO DE JANEIRO

2004

O CIDADÃO
UM JORNAL COMUNITÁRIO NA
ERA DA GLOBALIZAÇÃO

ANDRÉ LUIS ESTEVES PINTO

Dissertação submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Aprovada por

- **Prof. Jaílson de Souza e Silva** _____
Doutor em Sociologia da Educação
- **Prof. Muniz Sodré** _____
Doutor em Comunicação
- **Prof. Cicília Peruzzo** _____
Doutora em Comunicação
- **Prof. Raquel Paiva** _____ - Orientadora
Doutora em Comunicação e Cultura

RIO DE JANEIRO

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

Pinto, André Luis Esteves

O Cidadão: Um Jornal Comunitário na Era da Globalização / André Luis Esteves

Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2004

ix, 160p.il

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO, 2004

1. Comunicação e Cultura

Orientadora: Raquel Paiva

Esta dissertação é dedicada a pessoas e grupos espalhados pelo mundo que trabalham pelo surgimento do Homem Novo, capaz de construir habitar e uma Nova Sociedade, inaugurando, assim, uma Nova Era da existência humana no planeta.

RESUMO

PINTO, André Luis Esteves. O Cidadão: um jornal Comunitário na era da Globalização. Orientadora: Raquel Paiva. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura).

O presente trabalho faz uma análise sobre O Cidadão, um jornal comunitário direcionado para as 16 comunidades populares que compõem a Maré, bairro situado na periferia da Zona Leopoldina do Rio de Janeiro. Pretende-se através da análise do jornal, suas edições, histórias e experiências, fazer uma reflexão sobre a comunicação comunitária no século XXI: suas conceituações, sua pertinência dentro do cenário geopolítico atual e suas formas de manifestações. O presente trabalho descreve também as implicações sociais da construção de uma rede de comunicação local na Maré através do CEASM – organização comunitária responsável pelo O Cidadão. Nesse sentido, analisa a conjuntura de forças sociais e comunitárias que deram origem à entidade. No rastro dessa discussão, busca-se fazer uma releitura sobre os espaços de favelas, sugerido esses espaços como importante *locus* de ação política no mundo globalizado e cenário histórico de antigos confrontos civilizacionais.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
--------------------	-----------

PRIMEIRAS LINHAS.....	1
------------------------------	----------

1. FAVELA: DIMENSÕES CIVILIZACIONAIS DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

1.1 – Percorrendo o Labirinto do Capital em Busca de Saída

1.1.1 – A História e o Tempo: uma brincadeira de desmontar mundos.....	10
1.1.2 – Mundo em Mutação: destranca-se a porta das possibilidades.....	12
1.1.3 – Globalização como Perversão: a hegemonia do Polinômio Ocidental de Poder.....	15
1.1.4 – Globalização como Possibilidade: a emergência do poder da Multidão.....	19
1.1.5 – Cidade Moderna: um novo palco para velhos conflitos civilizacionais.....	22

1.2 – Favelas: Arenas de Opressão Histórica

1.2.1 – Genealogias do Eu e do Outro: um drama civilizatório nas cidades.....	26
1.2.2 – A Formação Rio de Janeiro pelo Olhar das Favelas.....	33
1.2.3 – Maré: um bairro à margem da avenida chamada Brasil.....	36

1.3 – Favelas: Campos de Resistência

1.3.1 – A Máquina de Guerra da Periferia.....	40
13.2 – O Resgate da Dimensão Comunitária.....	49
13.3 – Entre Capítulos.....	57

2. CEASM: UM PROJETO POLÍTICO DA MULTIDÃO NO SÉCULO XXI

2.1 – Uma Alternativa que Vem dos Moradores.....	58
2.2 – O Ethos Local e a Consciência Universal.....	63
2.3 – A Reconexão com a Macrofísica do Poder.....	69
2.4 – A Rede de Comunicação do CEASM.....	76
2.5 – Pequeno Apêndice sobre Comunicação e Poder	
2.5.1 – O Bios Midiático.....	84
2.5.2 – Sociedade de Controle e Biopoder.....	88
2.5.3 – Poder na Pós-Modernidade: Oligopólios da Comunicação.....	91

3. O CIDADÃO: UM JORNAL COMUNITÁRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

3.1 – Duas Marés: a Fábula Midiática e o Real Histórico.....	97
3.2 – Breve Histórico dos Veículos de Comunicação na Maré.....	101
3.3 – Surge o Jornal O Cidadão.....	103
3.4 – Fazendo um jornal Comunitário.....	104
3.4.1 – A Equipe do Jornal.....	105
3.4.2 – O Projeto gráfico.....	107
3.4.3 – Manual O Cidadão de Redação e Estilo?.....	109
3.4.4 – O Projeto Editorial.....	111
3.4.5 – A Matéria Principal.....	112
3.4.6 – Quando o Cotidiano da Maré Vira Notícia.....	115
3.4.7 – Descrevendo o Perfil da Multidão.....	120
3.4.8 – Uma Página para a História da Maré.....	125
3.4.9 – Penduricalhos.....	127
3.4.10 – Outras Editorias.....	128

3.4.11 – A Aventura de Ser Pautado pela Multidão.....	130
3.4.12 – Publicidade, Administração e Recursos.....	131
3.4.13 – A Distribuição do Cidadão.....	133
3.5 – O Cidadão e a Identidade Mareense.....	133
3.6 – O Cidadão, a Palavra-Mundo e a Violência	136
3.7 – Um Jornal do CEASM ou um Jornal da Maré?.....	139
3.8 – Um Veículo de Comunicação Comunitária.....	146
3.9 – Sondagem de Opinião sobre O Cidadão.....	149
3.10 – Considerações Finais.....	154
 LINHAS FORA DE LUGAR.....	 156
BIBLIOGRAFIA.....	160

PRIMEIRAS LINHAS

*Aos esfarrapados do mundo
E aos que neles se descobrem
E, assim descobrindo-se,
Com eles sofrem,
Mas, sobretudo,
Com eles lutam.*

(Paulo Freire)

Era uma matéria sobre a Escola de Samba Gato de Bonsucesso. A entrevista estava combinada para as sete da tarde com o presidente da agremiação. Por volta das seis, eu deixava a Escola de Comunicação da UFRJ, localizada na Urca, bairro de renome internacional por abrigar o Pão-de-Açúcar, cartão postal da Cidade Maravilhosa. Em pouco tempo, peguei um lotado ônibus 484, como era de costume naquele horário. Morador do subúrbio da Leopoldina, passei os últimos 12 anos fazendo esse itinerário. Sempre me chamou a atenção o momento quando o ônibus deixa a brisa fresca do Aterro do Flamengo para adentrar a densa e abafada ambiência de concreto do Centro da Cidade. É uma passagem que lembra as experiências psíquicas descritas nos livros do antropólogo Carlos Castañeda em seus estudos com ervas alucinógenas no México. Ainda é a mesma cidade, mas parece mudar de dimensão. A viagem segue atravessando toda região central do Rio até chegar no trânsito intenso da Avenida Brasil. É onde fica meu ponto de baldeação, bem ao lado da Vila do João, uma das 16 comunidades populares que formam o Complexo da Maré. Meu destino ficava mais adiante, em outra comunidade: a Nova Holanda. Em menos de cinco minutos de uma segunda condução, chego à entrada da Rua Teixeira Ribeiro. Desço e sigo aquela movimentada via que guia moradores e visitantes para dentro da Maré.

A ocasião da matéria do Gato se dava num período turbulento da vida social da comunidade. Há menos de uma semana, um dos jovens chefes do tráfico local tinha sido morto em tiroteio com a polícia. Além disso, não fazia muito, cerca de dois meses, uma facção rival tentara, sem sucesso, invadir a Nova Holanda. Não sei bem se é um sentimento pessoal ou algo partilhado com o conjunto de moradores... A verdade é que, em dias como esse, o próprio ar que se respira ao percorrer os espaços da comunidade parece impregnado

de uma sinistra qualidade de tensão. Quando entrei na *Teixeira*, já estava há uns quinze minutos atrasado. Fui seguindo pela maior rua comercial da Maré, margeada por lojas de todo o tipo: de móveis, produtos nordestinos, roupas, barraquinhas de camelôs, supermercado... À medida em que a rua se afastava da Avenida Brasil e se aprofundava na comunidade, o cenário ia mudando: menos pessoas circulando e uma gradual escuridão devido às lâmpadas estrategicamente inativas, alvejadas em seus postes. Na confluência com a Rua Principal da Nova Holanda, a negritude do ambiente era quase completa. Dava uma intensa impressão de desamparo, acentuada pelo vai-e-vem nervoso das motos pilotadas por jovens com fuzis nas costas.

Já estava perto da sede do Gato. Faltava fazer a manobra que mais me deixa tenso em dias assim: deixar a *segurança* da via principal para pegar uma viela, travessa ou beco. Ambiente escuro, ruas meio desertas, gente circulando armada de moto... Uma inesperada configuração que já me deixava arrependido de não ter desmarcado a matéria pela manhã. Mas já que estava ali, entrei na ruazinha que levava ao Gato. Ao chegar próximo ao portão da Escola, eis que surge, de repente, diante de mim, o fantasma que desde a Urca eu torcia para não encontrar. Próximo ao muro da agremiação, um pequeno grupo de jovens armados, aparentando idades entre 14 e 18 anos, jogava conversa fora com a naturalidade de quem termina uma partida de futebol. Não tinha mais jeito... Restava lançar mão do mesmo artifício já usado em outras situações semelhantes: simular uma calma que não existe, seguir o caminho com se nada anormal fizesse presença ao redor... E rezar para virar uma criatura invisível e passar despercebido. Foi meio difícil. O portão estava fechado e parecia não haver ninguém no Gato. Dei uma batidinha na porta de metal...e nada. Pronto: lá estava eu no temido *mato sem cachorro* que várias vezes me assombrara o pensamento durante o dia.

Bati novamente na porta. Era de um profundo desconforto ficar parado ali. A proximidade dos jovens traficantes permitia escutar suas conversas no já tão familiar dialeto. Com a beiradinha dos olhos, tentava avistá-los: os vultos esqueléticos na rua escura, um fuzil encostado na parede, um braço negro e fino sacudindo no ar uma pistola prateada... E eu morrendo de medo de ser interpelado pelo grupo. Principalmente porque o trabalho como editor do Cidadão – o jornal de bairro da Maré, já tinha me proporcionado a

oportunidade de ver esses quase míticos personagens do imaginário urbano carioca em ação... Já ia embora, quando, nas últimas batidas, o portão se abriu. E uma figura solitária me convidou para entrar no *porto seguro* da quadra do Gato.

Mas qual a razão de começar a dissertação com essa história? Resposta: a partilha de uma reflexão. Durante muito tempo fiquei matutando sobre a aventura da matéria do Gato. Pensava na ironia: 60 curtos minutos, uma viagem de ônibus... e é o suficiente para transportar-se do colorido cartão postal do Rio para o seu reverso mais obscuro: as milícias urbanas que formam a contraparte visível do tráfico de drogas. Tentava enxergar algum sentido mais profundo na situação: de estudar numa universidade localizada na Zona Sul da cidade e trabalhar num ambiente marcado pela escassez, onde explode com mais intensidade a bomba da histórica desigualdade social do país. De pensamento em pensamento, veio uma primeira percepção: ser um dos poucos representantes da classe média a conhecer de forma tão aguda as duas faces do capitalismo: o fausto de sua parte mais rica e sua sombra projetada nas periferias pobres.

Hoje, seguem rumos diferentes minhas reflexões sobre meu singular trânsito pela cidade. Não se trata de conhecer as duas faces do Capital – essa perversa racionalidade de mundo que modelou a existência humana no planeta nos últimos 300 anos. Não existem dois rostos. Mas um só. A verdadeira face do capitalismo é apenas uma tenebrosa sombra. Eis o segredo guardado na experiência descrita acima: o que me era dado conhecer face-a-face era o verdadeiro rosto do Capital, a sinistra identidade que se esconde sob a hipnose midiática em que entrou o mundo. Nada de maravilhas tecnológicas ou dos sonhos de felicidade prometidos pelo mercado. Mas um movimento turbilhonar de arrastar a vida dos povos para o mais profundo e enlameado poço da miséria humana... Seja a pobreza material que envolve maioria esmagadora da população do mundo; seja a pobreza simbólica, que não deixa escapar ninguém, abarcando toda a humanidade. É isso o que me era mostrado na aventura da matéria do Gato: o rosto do Capital refletido na miséria de jovens traficantes, em sua maioria negros, de baixa ou nenhuma escolaridade, recrutados nas redes sociais mais pobres das favelas, com perspectiva de vida de 25 anos.

Mas a face do Capital também se reflete na História e em cada pequena aresta da situação geopolítica mundial. Seria tarefa inglória listar todos os feitos do capitalismo. Nos

concentremos então na sua obra-prima: a África Subsaariana, uma região modelada com esmero por 300 anos de duro trabalho do Capital. É o continente retalhado pelos interesses econômicos das grandes potências: a exploração-roubo de diamantes, ouro, petróleo, cobre, cobalto e muito mais. O cenário histórico do violento aniquilamento das estruturas culturais, econômicas e sociais dos povos locais. Da separação e deslocamento de 10 mil etnias – muitas deixadas sem a base natural mínima, como água e terras férteis. É a terra dos grupos sociais jogados uns contra os outros em sangrentos conflitos étnicos. Eis a descrição da labuta que durou séculos até a África ganhar os mais perfeitos contornos do rosto do Capital: um continente da crise crônica de água, da desertificação, das epidemias, da miséria, da fome, das guerras civis.

Mas o que estaria acontecendo agora nesse imenso gueto continental de morte situado no outro lado do Atlântico, um estranho e triste lugar onde 90% das pessoas vivem na linha da pobreza. O que acontece em pleno Continente Negro no exato momento em que começa a novela das oito na Rede Globo? A resposta é de embrulhar o estômago. Cerca de 815 milhões de africanos estarão passando fome, 500 mil crianças podem ficar cegas por falta de vitamina A e 50 milhões de homens e mulheres estarão ameaçados por lesões cerebrais pela carência de iodo. Não que falem alimentos no mundo. A produção mundial atual é suficiente para dar a cada pessoa 1,7 quilo de cereais, feijão e nozes por dia; 200 gramas de carne, leite e ovos; meio quilo de frutas e vegetais. O problema é que as três pessoas mais ricas do planeta, concentram a renda equivalente ao PIB dos 48 países mais pobres.

É justamente na África onde estão os 78% das vítimas da Aids no mundo – 28,5 milhões de seres humanos. Também é no continente berço da raça humana onde em diversos lugares todas as pessoas estão condenadas ao analfabetismo pelo fato de ninguém ter dinheiro para comprar um lápis. É a terra das savanas e leões dos filmes de Hollywood... e onde 180 mil refugiados desaparecem do dia para a noite, saindo a vagar pelo mundo em busca de comida. É o território que abriga regiões onde crianças e adolescentes andam armados de fuzis e metralhadoras para cuidar da segurança nacional, porque todos os homens adultos já morreram. É o ponto do mapa *mundi* que indica a localização do Monte Kilimanjaro... e das cidades onde quase todos os homens passam o dia e a noite sentados

em becos, imóveis, para não gastar energias, uma vez que não sabem quando comerão. São países como o Congo, onde pigmeus dizem que estão sendo massacrados e devorados....e de outras etnias que denunciam o fato de que seus inimigos devoram corações, fígados e pulmões, cortam órgãos sexuais para utilizar em rituais... Tudo acontecendo no mesmo horário da novela das oito!! Em 300 anos, o Capital completou sua obra na África. Quanto tempo precisará para concluir sua missão no mundo?! Os exemplos citados acima, com poucas adaptações, se encaixam na realidade social de qualquer canto do planeta já tocado pelas mãos do capitalismo.

Essa indigesta introdução tem o objetivo permitir uma primeira afirmação: a presente dissertação pode ser qualquer coisa, menos um trabalho imparcial. No cenário geopolítico atual, imparcialidade é o disfarce mais discreto da omissão – que por sua vez, é a mais dissimulada e sub-reptícia forma de serviço às forças do Capital. Na melhor das hipóteses, se refere a uma crença inocente herdada do legado iluminista. É a idéia de uma razão transcendental, capaz de olhar para a natureza e a realidade social bem de cima, isolada numa incorruptível esfera de produção de verdade, imunizada de qualquer paixão humana ou condicionamento cultural... Uma triste mitologia que ainda deixa traços de influência nas Ciências Sociais.

Não é esse o caso aqui. Muito pelo contrário. O presente trabalho não tem pretensão nenhuma na construção de verdades. Constitui-se, antes, num esforço quase hercúleo de superar as limitações teóricas do autor na busca por ângulos de visão social, de perspectivas teóricas que permitam mapear aspectos diversos dos fenômenos sócio-políticos desencadeados pelo capitalismo em sua fase tardia. Mas, principalmente, tentar localizar saídas para os tristes descaminhos tomados pela desgovernada humanidade desse início de século XXI. Trata-se da tentativa de interpretação do mundo feita a partir de um cenário histórico, de compromissos e lugares bem delimitados. É uma perspectiva de produção de conhecimento que ganhou o difícil nome de hermenêutica.

Pode-se perguntar: que lugares e compromissos seriam esses de onde partem a construção da dissertação? Vamos então delimitar o lugar número um. Esse é um trabalho marcado pela profunda descrença de que a existência humana pode ser plena dentro de uma racionalidade capitalista de mundo. Segundo: essa dissertação é construída pelo olhar de

um jovem de classe média, oriundo de um subúrbio carioca, que se formou jornalista no mesmo movimento em que auxiliava a materialização de um projeto de comunicação comunitária num dos maiores conjuntos de comunidades populares da América Latina: a Maré. É alguém cujo território existencial passou ser integrado também pelo cotidiano, estratégias de vida e ambiência cultural das favelas cariocas. Nesse sentido, a formulação de idéias aqui expostas são elaboradas dentro de um *ethos* de compromisso com um conjunto de forças de transformação social ativas nesses espaços – materializadas na figura do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré: o CEASM.

Eu me arriscaria mesmo numa afirmação: esta dissertação foi elaborada com o pensamento menos na academia do que nos grupos sociais para os quais supostamente essas reflexões poderiam prestar serviço. Um reflexo disso é próprio texto do trabalho. Foi escrito duas vezes: uma para comportar o conteúdo teórico. Outra, para se desfazer dos maneirismos acadêmicos e se fazer acessível aos movimentos sociais a quem as injunções de idéias apresentadas pudessem enriquecer o espaço-tempo do olhar social. Durante o processo de redação, não tinha em mente uma banca de avaliação ou qualquer outra abstração. Mas minha equipe de repórteres do jornal O Cidadão formada por jovens da Maré, além dos companheiros de outras redes de ação do CEASM. Não vejo razões para ocultar isso. Até porque, acredito que seja essa uma releitura do papel da universidade nos tempos de hoje: ser parceira e instrumento das forças sociais que lutam por uma nova ordem de mundo.

É até possível que o conservadorismo acadêmico venha perguntar: mas que trabalho é esse onde o olhar está misturado com o objeto? A resposta está na beiradinha da tecla do computador: essa talvez seja uma dissertação sem objeto. Mas um universo teórico onde campo de ação e campo de reflexão se confundem, seguindo as linhas mestras da metodologia de pesquisa-ação de Paulo Freire. Mantém correspondência também com movimento de *praxis* dos arquétipos da teoria marxista: um movimento contínuo de reflexão-que-modifica-a-ação-que-modifica-a-reflexão-em-busca-da-transformação-do-mundo. Existe outra razão que legitima a proximidade entre autor e campo de análise. Poucas combinações de formulação de idéias são tão perigosas quanto esta: *um-jovem-de-classe-média-falando-sobre-favela*. Exemplos disso são apresentados de forma rotineira

pela produção jornalística sobre os espaços populares nas grandes cidades. O que uma visão acadêmica conservadora chamaria de corrupção do olhar, eu consideraria como ponto privilegiado de observação. É, sim, um trabalho parcial. Mas em nenhuma hipótese quer dizer que não seja científico.

Outra delimitação teórica do olhar com que foi elaborada a dissertação pode ser explicada pela minha inserção nas atividades do Laboratório de Estudos sobre Comunicação Comunitárias da Escola de Comunicação da UFRJ – LECC. O Laboratório é formado por pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação. Entre seus objetivos está a transformação em campo de análise das emergentes formas de comunicação não agenciadas pelo Capital. Além da possibilidade de abrir as portas da universidade para um trabalho em parceria com forças da sociedade civil. Nesse sentido, o roteiro *Maré-LECC* e *LECC-Maré* acabou se constituindo na própria materialização do movimento da *praxis*.

O quarto lugar que define o enquadramento do olhar social empregado na dissertação é o campo das chamadas Teorias da Comunicação. À medida em que o Capital globalizado virtualiza, complexifica e vaporiza os fenômenos sócio-políticos do mundo pós-moderno, ganham destaque *disciplinas de encruzilhada*, como a Comunicação. São campos epistemológicos que reúnem várias áreas de conhecimento. Correspondem a ferramentas mais adaptadas à investigação da nova configuração geopolítica determinada pelas tecnologias de informação, que transformaram as dinâmicas sociais em fugazes eventos de natureza quase imaterial. Pode-se dizer que o instrumental epistemológico das ciências clássicas estava organizado para observar o mundo *coisa-substância*, que tinha sua metáfora na física newtoniana, marcada pelas correlações materiais e lineares de forças. O mundo atual parece estar mais próximo da física quântica, onde tempo-espaço entram em misteriosos agenciamentos não cartesianos... Onde, no universo do infinitamente microscópico, um fóton é partícula para no momento seguinte se desmaterializar em comprimento de onda. É nesse *mundo-mídia* controlado pelas agências de publicidade, que a Comunicação ganha destaque no seio das Ciências Sociais.

Dentro dessa perspectiva comunicacional, esse trabalho foi construído na busca de angulações ou campos de visão social que permitissem uma posição favorável de análise dos fenômenos estudados. Por isso, lançou-se mão de teorias elaboradas em diferentes

escolas de pensamento – e que, numa primeira instância, podem até parecer contrapostas umas as outras. Mas é só uma ilusão, reflexo do condicionamento antigo do mundo observado como coisa. Na esfera de análise em que se contempla o *mundo-eventos* ou *mundo-processos* pode-se, sem dificuldades, encarar os fenômenos sociais como vetores de forças. São virtualidades que guardam em si uma potência de manifestação de acordo com os agenciamentos históricos em questão.

Dessa forma, existe um vetor analisado na Escola de Frankfurt por figuras como Theodor Adorno onde se considera a mídia como um poder ditatorial capaz de manipular as massas e transformar em marionete a consciência dos povos. Essa mesma possibilidade convive com a perspectiva das escolas de estudos culturais representadas por estudiosos como Nestor Garcia Canclini, que considera existir na consciência popular um movimento de resistência, apropriação e re-singularização no processo de recepção da cultura de massa. Num esquema semelhante, Gramsci via em instituições como o sindicato canais que conectavam as forças da sociedade civil ao aparelho de Estado, permitindo que a esfera estatal fosse remodelada de acordo com os interesses da população. Já Foucault considerava a questão pelo ângulo oposto. Organizações como os sindicatos eram espaços onde as contradições do sistema ganhavam visibilidade permitindo ao Estado fazer os reajustes necessários. Na perspectiva defendida nessa dissertação, pretende-se não trabalhar com categorias de certo ou errado. Mas vetores de forças que se manifestam ou não de acordo com os agenciamentos históricos. Não mais *esse ou aquele*. E, sim, a possibilidade do *esse e aquele*.

Delimitado o território social e histórico de onde parte o olhar construtor desse trabalho, pode-se então seguir para a explicação de sua estrutura. Tendo em mente a imagem da busca por ângulos de visão da realidade social observada, a metáfora de um balão serve bem aqui. Nesse sentido, a primeira parte é quase um exercício de olhar em perspectiva panorâmica... A mesma visão que se tem quando o balão está o mais longe possível da superfície. Representa uma tentativa de ampliar o tempo-espço da percepção social. De perceber que as atuais forças de resistência e dominação em conflito na globalização são muito mais antigas do que aparentam. São *encarnações* de potências sociais que possuem uma trajetória de lutas civilizacionais a se perder de vista nos

contornos da História. É nesse contexto que são apresentados espaços e atores sociais confrontados no caldeirão em ebulição dos grandes centros urbanos. Um foco especial é dado ao mais singular dos territórios urbanos: as favelas. Entre o mapeamento das forças de opressão e resistência que incidem nesses espaços, faz-se uma aposta: os espaços favelizados das grandes cidades guardariam importantes chaves de transformação social no século XXI.

Uma segunda parte do trabalho representa uma descida do balão a um nível mais próximo do solo. Representa a tentativa de mostrar que a aposta feita nos capítulos anteriores não é em vão. É quando o foco da análise se concentra no Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré, entidade responsável pelo Jornal O Cidadão e cujo movimento de intervenção social tem um significado profundo não só na Maré, mas em outros espaços favelizados e na própria cidade. Mais do que a reflexão sobre a ação político-social de uma instituição, o CEASM é visto aqui como a materialização de uma nova configuração das forças sociais engendrada no seio das minorias representativas. Um especial destaque é dado para a Rede de Comunicação do CEASM, que trabalha na tentativa de construção de um parque de tecnológico de comunicação comunitária na Maré.

A parte final da dissertação corresponderia ao momento em que o balão aterriza com força no chão. É uma reflexão sobre uma das mais interessantes experiências de comunicação comunitária na atualidade: O Cidadão – o jornal do bairro Maré. Através da análise do jornal, suas edições, histórias e experiências pretende-se fazer uma discussão sobre a comunicação comunitária hoje: suas conceituações, sua pertinência dentro do cenário geopolítico atual e suas possíveis formas de manifestação. Nessa parte do trabalho, a narrativa se impregna da subjetividade do autor e ganha quase ares de primeira pessoa, um dispositivo intencional e simbólico para sinalizar de maneira bem clara o princípio regente de todo o trabalho: *vida x reflexão, academia x ação social* só tem sentido se caminharem juntos. Em síntese, esta dissertação é a história de um jornal comunitário escrevendo sua aventura no dia-a-dia da periferia do mundo globalizado do século XXI. É a história de um jornal... no entanto, para ser contada com êxito, faz-se necessário percorrer outras Histórias...

Capítulo 1

FAVELA: DIMENSÕES CIVILIZACIONAIS DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

1.1 Percorrendo o Labirinto do Capital em busca da saída

1.1.1 – A História e o Tempo: uma brincadeira de desmontar mundos

Um peregrino que viajasse pela Europa no século VI teria diante de si o cenário de um mundo em decomposição. Em sua jornada, encontraria inúmeras ruínas de antigas cidades romanas. Outrora portentosas, no tempo do apogeu do império, nessa época já não passavam de abandonadas construções de pedra, destruídas e desprezadas pelos invasores germânicos vindos do norte e do leste. Povos com nomes estranhos como Godos, Ostrogodos e Visigodos se espalhavam pelo solo europeu, apagando com seu estilo de vida rural a civilizada urbanidade dos romanos. É possível que o viajante também encontrasse pelo caminho algum templo dedicado a qualquer um dos inúmeros deuses do panteão da Antiguidade. No entanto, dificilmente presenciaria a manifestação dessas antigas tradições culturais. Já nesse período, o cristianismo se mobilizava para apagar os resquícios da cultura pagã e erguer as bases de sua doutrina teológica, que se consolidaria nos séculos posteriores. Vivia-se o limiar de uma era onde todo um universo de formas, modelos culturais e instituições firmemente estabelecidos em séculos anteriores por uma poderosa civilização se evaporava como que por mágica dos contornos sócio-geográficos da História.

Nesse devaneio de imaginar o passado, não se pode deixar de pensar: que sentimentos e idéias habitariam o coração e a mente de um cidadão romano poucas centenas de anos mais para trás, no início do século II d.C. Nesse período, Roma atingia o apogeu como civilização. O incomparável poderio bélico do Império estendia os braços do domínio romano a quase todo o mundo conhecido na Antiguidade: Península Ibérica ao oeste, Britânia e Gália ao norte, Germânia e Mesopotâmia ao leste, Norte da África ao sul... A águia romana flamulava nos limites da geografia antiga, submetendo povos e culturas de toda diversidade. Roma, a capital imperial, era um esplendor sem par entre as cidades do

mundo antigo. A suntuosidade dos edifícios públicos, templos, jardins, os aquedutos... a imensidão dos subúrbios, que faziam a urbe se perder horizonte a fora... uma grandiosidade que espanta mesmo o homem do século XXI, que hoje pode revisitar o passado na imaterialidade da tecnologia digital.¹

Mas voltemos ao Cidadão Romano de 1900 anos atrás. Mergulhado no cotidiano de costumes e instituições de seu tempo; inebriado pelo poder e glória de sua civilização; compartilhando com outros concidadãos o sentimento de *Pax Romana* diante de um mundo unificado pela força da espada... é quase certo que nosso companheiro fosse tomado por uma impressão de fim da História, a ilusão de duração eterna daquela *forma-mundo* romana. Pobre Cidadão Romano! Com a consciência entrincheirada no seu limitado *espaço-tempo-vida* de 50...60 anos, não percebia o que estava sendo tramado, ali nos interstícios de sua época, na oficina misteriosa da História, onde se forja com sangue, ferro e fogo, o destino do próprio homem. Uma piscadela de olho... três mínimos séculos seriam suficientes para varrer a grande e eterna Roma do mapa ocidental.

É que, para além da embaçada e curta visão do homem, a ampulheta dos ciclos históricos nunca pára. E sobre os escombros da Antiguidade, a árvore da Idade Média e sua lógica teocêntrica de mundo floresceu, deu seus frutos e finalmente foi superada por outro plano de criação da consciência humana. Sai a ordem do medievo. Entra em cena a era Moderna e seu aparato tecnológico e racionalista, tirando o mundo de sua tranquilidade medieval; movimentando a experiência humana na velocidade do *vai-e-vem* das máquinas de fábricas e da intelectualidade iluminista... ondas de História avançando sobre os castelos de areia dos mais diversos patrimônios culturais criados e instituídos pelo homem: formas sociais, filosóficas, técnicas e religiosas.

Um esforço de imaginação a mais: imagine agora a segunda metade do século XXIII. O ano é 2264. Um homem consulta um documento antigo e, por acaso, encontra a afirmação categórica do cientista social e ex-analista do Departamento de Estado dos Estados Unidos Francis Fukuyama, feita em 1989 – mesmo ano da queda do Muro de

¹ Dentre os projetos de reconstrução digital da Roma Antiga, um trabalho disponível e de fácil acesso na indústria cultural é o filme *O Gladiador*, de Ridley Scott.

Berlim. Dizia ele: “*A História chegou ao fim*”.² Terminada a ameaça do comunismo na Europa Oriental, pensadores ligados à esfera do poder dominante não hesitavam em profetizar o capitalismo como a triunfante estação final do trem da História... a barca da humanidade estaria destinada a navegar *ad aeternum* no tranqüilo mar do Capital globalizado, uma *forma-mundo* sem inimigos ameaçadores nem fronteiras.

É bem possível que nosso personagem de 2 séculos adiante não pudesse conter o riso. Pobre Fukuyama! Ilustre representante das idéias e da arrogância do poder hegemônico de seu tempo! O que sabia Fukuyama do ininterrupto curso dos acontecimentos? Lá, quase 300 anos mais para frente, onde o futuro existe como virtualidade, como deixar de apostar todas as cartas na possibilidade de o capitalismo ser apenas mera lembrança de glórias e misérias do passado? Tal como as ruínas romanas são hoje para o estudante do século XXI. Nos 10 milhões de anos que a Ciência calcula para a aventura do Homem sobre a Terra, uma coisa é certa: o turbilhão revolucionário da História nunca poupou nada nem ninguém... e não há o menor indício que vá fazer exceção com o mundo do Capital.

1.1.2– Mundo em Mutação: destranca-se a porta das possibilidades.

A humanidade nos dias de hoje tem a oportunidade de estar presente num daqueles momentos raros, quando a maré do fluxo histórico faz seu movimento de cheia, avançando sobre toda uma formação de mundo estabelecida. A globalização e seu rastro de consequências nos 4 cantos do planeta proporciona hoje a possibilidade de presenciar a liquefação de quase todas as sólidas instituições engendradas nos últimos 400 anos de modernidade. Forças mobilizadas pela varinha de condão do mercado transnacional e pela compressão do *espaço-tempo* promovida pelas tecnologias de comunicação colocam em xeque a mais valiosa instituição do mundo moderno: o Estado-Nação. E no rastro de seu esvaziamento como centro de unidade política-econômica-cultural, segue a transformação

² Em recente entrevista ao jornal O Globo, em 28-09-2003, Fukuyama reviu sua posição: “*Bem, não mudei exatamente de idéia, mas percebi que em meu trabalho não seria possível argumentar que se poderia ter o fim da História sem que se tivesse o fim da ciência. Porque, na minha visão, o que impulsiona a História é o desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia*”. Quer dizer: não o Homem, mas a técnica como sujeito da História.

das mais diversas instituições: a família, os sistemas de representação política, a ciência, o espaço público, a vida em comum na sociedade.

Insegurança generalizada. Eis uma boa síntese do que é o viver num gelatinoso mundo em acelerada mutação. A velocidade das transformações do cenário geopolítico mundial e a já citada compressão do *espaço-tempo* provocada pelas tecnologias da informação a serviço do Mercado tornam aguda a desconexão entre as diversas instituições sociais com sua vinculação real à prática de vida cotidiana dos povos. A crise de credibilidade nas abstrações dos contratos e sistemas sociais engendrados no mundo moderno torna ainda mais liquefeita a vida no mundo atual: partidos políticos, formas de governo, a ciência, sistemas jurídicos... tudo o que antes garantia uma certa solidez à existência agora perde consistência e ganha ares de coisa vaporosa.

Soma-se a esse quadro de insegurança global, a violência em escala planetária provocada pelo acúmulo da endêmica miséria humana provocada pelo sistema capitalista nos últimos séculos. É algo que se manifesta nos fundamentalismos do Oriente Médio, nos conflitos étnicos das regiões devastadas pelo colonialismo, no caldeirão em ebulição que reúne pobre e ricos nas grandes metrópoles mundiais. Sem contar com a hipertrofia do aparato bélico planetário: armas nucleares em mãos de países instáveis como Índia e Paquistão, armamento militar pesado em posse de grupos civis nas grandes cidades, a máquina supersônica de guerra das grandes potências mirando na frente de nações contrárias à submissão integral ao Capital.

Não se pode deixar de lembrar de armamentos mais doces, mas não menos destruidores, como a indústria de entretenimento mundial, responsável pelo gradual esvaziamento simbólico dos povos do planeta e a generalização da lógica de consumo. Só para encerrar: a desmedida exploração dos recursos naturais do globo já permite a previsão de uma crise de abastecimento planetário de água potável para os próximos 30 anos. Profundos desequilíbrios na ecologia humana e ambiental que prometem enredos de ficção científica ainda para a primeira metade do século XXI. Utilizando uma metáfora de Anthony Giddens,³ a impressão que se tem hoje é mais a de se estar num carro de rolimã

³ Giddens, A., 1991, p.59. Em verdade, a metáfora de Giddens é o carro de Jagrená, mais erudita e difícil de visibilizar. Por isso, a adaptação de imagem de descontrolo de Giddens com o carrinho de rolimã.

sem freio, descendo íngreme ladeira abaixo, do que pilotando um carro a motor cuidadosamente controlado e dirigido.

Mas diz a sabedoria popular: tudo e toda coisa tem seu outro lado na moeda. Que outra face poderia então co-existir no mal-estar generalizado da vida em um mundo em mutação? A resposta para essa questão requer atenção e agudeza no olhar para observar um outro lado desses tempos de pós-modernidade. No cenário geopolítico global de um velho mundo em desmonte e de um novo mundo que não chegou de todo ainda, a lei dos ciclos históricos reabre o portal de possibilidades imensas para as forças de transformação social. Com a flexibilização e ocaso das estruturas sociais da modernidade clássica, liberam-se forças antes aprisionadas pelos sistemas de poder e dominação vigentes. Com a chegada da era do Capital globalizado abrem-se novos campos e modelos de ação antes impensados.

Só para citar exemplos. A relativização e a falência do ideal moderno de progresso faz cair por terra a idéia de um mundo unitário em evolução rumo a um modelo *branco-europeu*. Entra em cena uma proliferada variedade de culturas reivindicando seu espaço no cenário cultural, político e econômico do planeta. Um outro campo de possibilidades trazido pelos novos tempos se relaciona com o espraiamento mundial de uma ambiência tecnológica, que em determinadas instâncias se faz passível de apropriação pela sociedade civil como instrumentos de intervenção social. Bom exemplo disso é o imenso potencial social do uso das tecnologias digitais e das técnicas e dispositivos de comunicação postos a serviço de grupos locais e movimentos sociais. Forças de opressão e potências de transformação realinham seus exércitos diante dos campos de batalha da pós-modernidade.

Vive-se tempos marcados pelo surgimento de novos atores políticos, pelo estabelecimento de novas hierarquias de espaços sociais, pela revitalização de poder das ações locais e da vinculação comunitária. Novas formas de lutas descortinam-se no horizonte do século XXI. Às forças sociais, é solicitada redobrada atenção na reconfiguração das estratégias de intervenção social. Aos pensadores comprometidos com uma ordem mais humana de existência, é preciso movimentar o intelecto para uma nova leitura de mundo, sintetizar as formas válidas do passado com a potência de mudança trazida pelo novo. A despeito da arrogância das forças conservadoras no poder e sua profecia de eterna hegemonia do capitalismo, é hora de reativar as utopias de um mundo

novo....e aproveitar a luz de cada fresta de possibilidade de transformação trazida pela economia dos novos tempos.

1.1.3– Globalização como Perversão: a hegemonia do Polinômio Ocidental de Poder

O que com cotidiana naturalidade se acostumou chamar de globalização está muito longe de ser um processo unitário, consensual, fechado, concluído e sob o controle estável de forças hegemônicas. Muito pelo contrário. É um fenômeno multidimensional, marcado por profundas contradições e conflitos de forças. Um reflexo disso é a imensa proliferação de nomes para definir o fenômeno que se esconde por trás do rótulo genérico de globalização: modernidade líquida, modernidade tardia, pós-modernidade, mundo globalizado, sociedade de consumo, sociedade da informação, sociedades de controle, sociedade pós-industrial, era de uma pós-sociedade civil... Tantos nomes quanto pensadores e os infínitos ângulos possíveis de observar o fenômeno.

Interessa nesse trabalho, perceber a geopolítica do mundo atual permeada por dois grandes vetores de forças em luta por hegemonia. Pode-se mesmo dizer que duas globalizações estão em jogo. Uma é a que poderíamos chamar de globalização perversa, numa paráfrase ao termo desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos. É a tentativa da implantação de uma *forma-mundo* em suas dimensões *política-econômica-cultural* de acordo com interesses e racionalidade dos grupos que representam a linhagem do Capital, os atuais detentores da hegemonia de poder. O outro vetor de forças que atua na construção de uma ordem global alternativa se relaciona com a imensa multiplicidade de culturas e povos espalhados pelas periferias do planeta: nas Áfricas, Ásias, Américas Latinas – e mesmo nos centros de poder. São os grupos postos à margem na partilha das riquezas do Capital, representantes dos mais de 1 bilhão de seres humanos espalhados pelo globo que sobrevivem com menos de um dólar por dia. São pessoas e coletividades que confrontam as forças desumanizantes do sistema capitalista nas micro-relações do dia-a-dia e nos macro-poderes das relações sociais.

O primeiro olhar do trabalho vai para a globalização como a perversidade de um sistema capitalista sem fronteiras inaugurando uma era imperial do Capital.⁴ É o macro processo de reestrutura geopolítica coordenado por uma conjuntura de forças de alcance global, como o poderio econômico e tecnológico das trans-nações abrigadas sob a sigla G-7⁵ e o poder tecno-bélico dos Estados Unidos – sede do cetro imperial. Para evitar a confusão provocada pela justaposição de tantos fenômenos na palavra Globalização, René Dreifuss⁶ subdivide o fenômeno em 3 megaprocessos: Mundialização, Globalização e Planetarização.

A Mundialização estaria ligada à interferência em escala global da racionalidade ocidental capitalista nos mais diversos patrimônios culturais espalhados pela Terra. É a inserção do denominador comum da lógica de consumo nos valores, tradições e culturas dos povos do planeta. É um movimento que se escora nas tecnologias de comunicação e entretenimento operadas pelos mercados – não mais por governos! – e que atua no sentido de homogeneizar e fragilizar as identidades culturais não-hegemônicas. É o fenômeno que Mc Luhan identificou com a metáfora da Aldeia Global.

Esse talvez seja o aspecto do complexo fenômeno da globalização mais fácil de perceber pelo seu imbricamento no cotidiano: O PM assassino de São Paulo se chama *Rambo*, o programa mais comentado da TV é o *Big Brother*, jovens de favelas e da zona sul do Rio de Janeiro gastam dinheiro e tempo em *Lan Houses* operando jogos de computador, como o *Counter-Strike*. Populações do interior de São Paulo, de Bali, Londres ou de um recanto qualquer na África conhecem a Nike e o Tom Cruiser. Na Rússia e no Iraque se bebe Coca-Cola...e é bem possível que grande parte dos habitantes desses lugares saibam pouco ou quase nada sobre os sistemas culturais que formaram seus pais e avós. E quem, ao viajar para o exterior, não sentiu aquela bizarra sensação de *sentir-se-em-casa* ao entrar

⁴ A era imperial do Capital se diferencia do período imperialista do capitalismo, onde o mundo conhecido possuía fronteiras fixas e era dividido pela influência das potências colonialistas. Dentro da perspectiva do capitalismo globalizado inaugurando um novo Império mundial não existem fronteiras ou barreiras fixas. Na verdade, é um campo unipolar de poder que incorpora gradualmente o mundo inteiro em suas fronteiras abertas e em expansão.

⁵ G-7 é a sigla que abriga os países de economia mais industrializada do mundo. São: Estados Unidos, França, Canadá, Japão, Inglaterra, Alemanha e Itália.

⁶ Dreiffus, R., Revista TB, Rio de Janeiro, 139:97 / 172, out.-dezembro, 1999.

num Mc Donalds de outro país? Sob o poder de irradiação da mídia, um *ethos* capitalista mundial vai unindo a vida no planeta em torno das mesmas referências simbólicas.

Um outro aspecto do fenômeno globalista seria a Globalização propriamente dita, que diz respeito aos processos de transnacionalização da economia e dos recursos financeiros. Contrariando as leis do capitalismo clássico, o turbocapitalismo atual se caracteriza pela formação de imensos oligopólios e à formação de mega-corporações conectadas em rede pelo planeta, interpondo suas ações à autonomia dos Estados nacionais. Essa parte do fenômeno global também se liga intimamente às inovações tecnológicas,⁷ responsáveis pela criação de uma economia virtual. É a era do capital digital capaz de circular em fração de segundos por bolsas de valores de Tóquio, Londres, São Paulo...e deixar sob constante ameaça de colapso relâmpago as economias de países periféricos. Atrás de manchetes garrafais estampadas em grandes jornais, como “*O Mercado Está Nervoso*”, “*O Mercado Está Instável*”, esconde-se uma nova forma de coerção: a chantagem globalizada do capital especulativo.

Com a economia mundial introjetada numa ambiência densamente organizada em torno das novas técnicas de comunicação, transformam-se radicalmente os processos produtivos de bens materiais pelas técnicas de produção imaterial da informação. Marcos Dantas⁸ ilustra bem como se aplica este *capital-informação* produzido na atualidade. É o caso da Benneton, que emprega em sua sede em Milão apenas trabalhadores do mundo da informação: administradores, publicitários, estilistas, desenhistas industriais, processadores de dados... Na Califórnia, a empresa possui uma fábrica altamente tecnologizada onde se produz tecidos em operações físico-químicas que quase dispensam a ação do homem. O velho manejo da matéria só acontece no trabalho terceirizado das fábricas situadas no sudeste asiático, nas firmas de transporte e nas lojas – quase sempre, franquias. Em síntese: o que a Benneton produz é apenas informação.⁹

⁷ É interessante perceber o que se esconde por trás da idéia de um mundo onde as inovações tecnológicas estão espalhadas pelos 4 cantos do Globo. Uma análise mais atenta mostra que as capacidades científicas de produção de tecnologia estão firmemente territorializadas nas grandes potências.

⁸ Dantas, apud Gindre, G., 2002 p.107

⁹ Uma face sinistra da substituição do trabalho industrial por serviços e informação é a eliminação de milhões de empregos, funções e postos de trabalho ao redor do planeta. Cria -se, como novo fenômeno global, a endemia do desemprego transnacional. Incluem-se, entre os desempregados do século XXI, os que foram

O terceiro processo inserido no conceito genérico de globalização seria o fenômeno de Planetarização. Essa definição de Dreiffus diz respeito à reconfiguração do quadro geográfico-estratégico da política mundial com a formação de uma nova comunidade política planetária, onde reinam soberanos os interesses do mercado transnacional. É um movimento que se baseia em instituições transnacionais de coerção e gestão, como a *polícia planetária* norte-americana, e em organismos de normatização trans-econômica, como o FMI e o Banco Mundial. Reorganiza-se um cenário global em que meta-organizações são capazes, por meio de diferentes mecanismos, de interpor seus interesses aos projetos políticos, econômicos e culturais do Estado-Nação no sentido da neoliberalização dos mercados. É a fase Imperial do Capital, onde forças unipolares atuam num mundo sem fronteiras. Mundialização, Globalização e Planetarização... nomes diferentes para a mais potente máquina de produção de miséria material e subjetiva já descrita na história.

O objetivo dessa breve análise é descrever o poderoso vetor de forças que tenta capitanear o fenômeno da globalização. É a tentativa de reformatação do mundo e da existência humana de acordo com as demandas de expansão contidas no DNA do Capital. Representa também a movimentação dos grupos dominantes em busca de um reajuste nos mecanismos da geopolítica atual que garantam sua permanência no poder. Mas fica no ar a pergunta: que forças seriam essas que estão por trás da globalização como perversidade? Um olhar atento nos anais da História permite perceber os contornos do que se poderia chamar de linha genealógica do Capital. Na verdade, trata-se de um núcleo de forças em torno do qual gravitam as referências culturais, políticas e econômicas do poder hegemônico nos últimos 500 anos. É o que caracteriza-se aqui como Polinômio do Poder Ocidental: *homem-branco-heterossexual-europeu-capitalista-burguês-cristão...* já em ação desde os primórdios da era moderna, e que vem assumindo os lugares-chaves da hegemonia do poder capitalista em diferentes períodos.¹⁰

desalojados de seus postos pela tecnologia; os jovens que sem capacitação e conhecimento para ocupar trabalhos de ponta estão condenados a vagar no limbo do desemprego e sub-emprego; os empregados reciclados que não vão acompanhar a velocidade das mudanças e se tornaram aposentados precoces; além dos desempregados estruturais. Em síntese, a pobreza e o desemprego se transformam em elementos estruturais e irreversíveis do sistema.

¹⁰ Na tentativa de conceituação da figura do Polinômio Ocidental de Poder e sua configuração como núcleo de força regente em movimento nos intertícios dos jogos de dominação do mundo moderno, é interessante pedir

Em seu artigo, *O Discurso da Exclusão: Globalização e Ocidentalização do Mundo*, Mohhamed ElHajji comenta ser a globalização nada mais nada menos que um desdobramento histórico, o estágio culminante do triplete civilizatório *ocidentalização-modernização-racionalização* do mundo, base do grande projeto da *Humanidade Unificada* tal como é concebido pelo Polinômio Ocidental e cuja realização e concretização é sua responsabilidade moral e dever filosófico. Diz :

*De fato, o que distingue a modernidade ocidental das demais formulações civilizacionais ensaiadas pelo mundo é, justamente, a sua convicção de não ser apenas um modelo cultural possível, mas sim o ponto “evolutivo” final da própria experiência humana, o Modelo Cultural, ou melhor, o Metamodelo Universal, enquanto caminho simbólico e direção cultural únicos e unilaterais, para o qual todas as culturas devem fatalmente convergir e no qual todas as formas civilizacionais vão inelutavelmente se esgotar.*¹¹

1.1.4– Globalização como Possibilidade: a emergência do poder da Multidão.

Uma constante nos ambientes de formulação teórica conservadora é a idéia fatalista de uma globalização de mão-única gerenciada pelas forças hegemônicas. No entanto, uma análise mais aprofundada permite perceber outro movimento de forças se agitando sob a capa da fantasiosa idéia de um *Capitalismo-Fim-da-História*. Ainda seguindo a trilha das palavras de Milton Santos¹², junto com a perversidade sistêmica do capitalismo transnacional se esboça, nas periferias do mundo, uma outra globalização. Em meio ao caos da pós-modernidade, configura-se como possibilidade concreta a rearticulação de culturas e racionalidades não-hegemônicas em movimento para deslocar o Capital do centro do mundo... e colocar o Homem em seu lugar.

ajuda a Michel Foucault e dizer: essa abstração chamada Polinômio de Poder não são pessoas nem coisas – coisas vistas aqui como eventos, fatos sociais, acontecimentos, referências simbólicas. Mas um *continuum* de pessoas -que-fazem-coisas-que-fazem-pessoas...

¹¹ El Hajji, M., in Leitão, C. (org), 2003, p51.

¹² Santos, M., 2003.

Manifesta-se hoje no cenário geopolítico das forças em atrito na globalização uma espécie de *Terceira Lei de Newton Social*, engendrando um contínuo de *para-cada-ação-uma-reação* no campo político e cultural. Dessa forma, ao lado das forças globais desterritorializantes surgem a valorização do território, das práticas cotidianas e das identidades. Junto com o individualismo da sociedade de consumo co-existem nichos sociais de iniciativas de solidariedade. Em paralelo ao pensamento único propagado pela mídia, aparece a multiplicidade afirmativa das mais diversas culturas. O global suscita a reconstrução do comunitário. Em oposição ao cada vez maior monopólio das tecnologias da informação, grupos da sociedade civil se apropriam de tecnologias de comunicação na criação de uma outra ordem informativa. Uma guerra de guerrilha se desenrola escondida aos olhos desatentos.

Analizando os subterrâneos da História, é possível mesmo encontrar uma genealogia das forças de pluralidade e transformação que voltam a estar ativas no mundo hoje. Antônio Negri e Michael Hardt¹³ lembram que no começo da era moderna duas forças opostas já se confrontavam. Lá, nos primórdios do renascimento europeu, duas modernidades se delineavam. Entre 1200 e 1600, o comércio transformara a Itália num ambiente bem diverso do resto da Europa medieval. Cobrindo distâncias que só exércitos e mercadores podiam viajar, o cruzamento de diversas culturas, racionalidades e filosofias deram ao homem europeu chaves para a libertação do jugo da transcendência teológica. O poder criador descia dos céus. A humanidade descobria seu poder no mundo e integrava essa dignidade a uma nova consciência de razão e potencialidade. A imanência criadora do homem no mundo se manifestava nas artes, na ciência, filosofia, política... Galileu, Da Vinci, Bacon... uma potência revolucionária permeou os primeiros momentos do Humanismo europeu. Noções de igualdade, singularidade e comunidade, cooperação e abundância ressoavam pelo mundo conhecido. Conhecer e agir no mundo passam do plano da transcendência para a esfera da imanência. O plano da vida revoluciona os sistemas teológicos de dominação.

Negri e Hardt afirmam que nesse mesmo momento, as forças conservadoras vigentes, ameaçadas em seu poder e impossibilitadas de retornar ao passado, desencadeiam

¹³ Negri, A., e Hardt, M., 2003. p.89

um movimento cultural, filosófico, político e social de contra-revolução. Novos dispositivos de dominação são ativados para expropriar e dominar as forças emergentes. São criadas barreiras de contenção contra a reapropriação do poder pela Multidão. Surgem novos poderes transcendentais de dominação: a abstração dos contratos sociais, a esquematização das regras da razão, a construção das mega-identidades sob o teto soberano do Estado-Nação. A Renascença terminou em guerra entre as potências de imanência e as forças de dominação transcendente. Venceu a modernidade conservadora numa paz sempre instável, mantida precariamente pelo poder ordenador e disciplinador do Estado. O Polinômio Ocidental de Poder garante sua hegemonia...¹⁴ Até que a roda da História conduza novamente à era das dissoluções.

Na visão de Gianni Vattimo,¹⁵ a Modernidade em seus aspectos essenciais não existe mais. Para o filósofo italiano, o que se conhece como Período Moderno acaba com a falência da idéia de progresso, quando não é mais possível se falar em história unitária e linear, ordenada e construída por um centro – o Ocidente, um modelo ideal de civilização, onde em algum momento de sua trajetória evolutiva povos, culturas e racionalidades não-ocidentais deveriam chegar. É o que se acostumou a chamar de *Discurso Unitário da História*, a representação do passado construída por grupos e classes sociais dominantes. De acordo com Vattimo, a falência da grande meta-narrativa histórica ocidental teria sido impulsionada pelo fim do colonialismo. Mas a razão principal de seu declínio foi mesmo o desenvolvimento de uma sociedade de comunicação generalizada: o mundo da comunicação de massa. Em outras palavras, a exposição constante das mais diversas culturas e o encurtamento das distâncias entre povos explodiram a narrativa única.

Em pleno século XXI, num mundo manchado pela miséria humana em cada recanto do planeta, se tornou irônico o mito do Ocidente como destino glorioso dos povos. O que acontece hoje no tecido sócio-político planetário é o desenraizamento da massa cultural que gravitava em torno das referências simbólicas do Polinômio de Poder Ocidental. Nesse aspecto, a globalização e seu aparato midiático provoca uma explosão sócio-política mundial, libertando as diferenças, os elementos locais, os dialetos... Ressurgem as Áfricas,

¹⁴ Negri e Hardt afirmam que toda a modernidade foi permeada pela crise das forças de transformação contra as de conservação, o que se manifestou nos inúmeros conflitos civis do período.

¹⁵ Vattimo, G, 1989, p.10

as Ásias, as Américas Latinas... novos tipos de racionalidades em busca de uma horizontalização com a cultura hegemônica. Observar o fenômeno da globalização por esse ângulo, permite o vislumbre da oportunidade histórica de um diálogo entre civilizações. Talvez se possa mesmo resgatar a idéia de Roger Garaudy¹⁶ e pensar numa concepção sinfônica da cultura capaz de descentralizar a percepção do mundo da matriz simbólica ocidental, relativizando o pequeno eu de cada um e dessa forma permitir a descoberta do outro sem a dominação. Quantas oportunidades de reencontro entre civilizações não foram perdidas nos últimos 500 anos! Uma atrás da outra, ocasiões para o diálogo entre culturas foram desperdiçadas. E não existe matemática humana para calcular as vidas perdidas e o sangue derramado nas periferias do planeta nos últimos séculos. Mas, novamente, a roda dos ciclos históricos destranca a porta das possibilidades.

1.1.5– Cidade Moderna: um novo palco para velhos conflitos civilizacionais

Globalização perversa, globalização como possibilidade... Antes de ser realidade social materializada, o fenômeno do globalismo representa conjuntos e vetores de forças sócio-culturais em disputa no cenário pós-moderno de um mundo em mutação. Fica aqui uma pergunta: em que espaços do planeta aconteceriam hoje os embates entre as forças em confronto na geopolítica planetária? Uma pista está na observação da própria dinâmica interna do processo de globalização: o esvaecimento das fronteiras nacionais, o fluxo migratório entre países, a virtualização do jogo financeiro internacional, a compressão do *espaço-tempo* pelas tecnologias da informação, o aumento da desigualdade de distribuição de recursos e riquezas, a proliferação de imagens-mundo para todos os lugares através da mídia, a informatização dos processos produtivos. Cada canto do planeta se transforma num holograma da configuração política mundial de poder. Nas palavras de Negri e Hardt:

A transformação da geografia imperialista do mundo e a realização do mercado global marcam uma mudança no modo capitalista de produção. O mais importante é que as divisões espaciais nos três mundos (primeiro, segundo e terceiro) ficaram tão misturadas que a qualquer momento nos

¹⁶ Garaudy, R., 1986, p. 56

*deparamos com o Primeiro Mundo no Terceiro, o Terceiro no Primeiro (...) O Capital parece se confrontar com um mundo definido por novos e complexos regimes de diferenciação e homogeneização, ora se desterritorializando, ora se territorializando*¹⁷

Dessa forma, o Terceiro Mundo pode ser encontrado na periferia latina de Nova Iorque e o Primeiro Mundo se faz presente no centro comercial da Avenida Paulista em São Paulo. As metrópoles mundiais se transformaram em hologramas onde em cada cidade se repete a intrincada tecitura de fios da geopolítica mundial. Os conflitos entre capital global x forças sociais, grupos hegemônicos x minorias, Primeiro x Terceiro Mundo, globalização perversa do Capital x globalização da Multidão, as oportunidades de reajustes e diálogos civilizacionais... nada disso acontece num abstrato *mapa mundi* virtual. É vivido a cada hora do dia nas tramas cotidianas de quem mora em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador.

São nos grandes centros urbanos que se corporificam as forças em confronto na globalização. Como não perceber a imagem holográfica do poder hegemônico global na nova elite desterritorializada das grandes cidades, pessoas que habitam um universo densamente tecnologizado, que têm acesso ao trânsito digital imediato a qualquer parte do planeta. É uma nova elite financeira desconectada com a cultura local de seu país, que se identifica mais com seus pares em Tóquio, Nova Iorque e Berlim do que com o vizinho ao lado. São os habitantes do que Dreiffus¹⁸ chama de arquipélagos tecnológicos, os *tecnobergs*, comandantes de um sistema econômico interconectado globalmente.

Zigmunt Bauman,¹⁹ em sua análise sobre as consequências humanas da globalização, afirma que a divisão entre áreas de escassez e de riqueza numa grande cidade não se limita somente à questão do espaço. Mas ao acesso à mobilidade, à velocidade, ao uso das infovias da informação. Somente uma pequena elite tem o direito de mobilidade: do acesso ao capital transnacional, das viagens intercontinentais, das auto-estradas virtuais.

¹⁷ Negri, A., e Hardt, M., 2003. p.13

¹⁸ Dreiffus, R. Revista TB, Rio de Janeiro, 139:97 / 172, out.-dezembro, 1999.

¹⁹ Bauman, Z., 1999, p.129

Em contrapartida, a grande parcela pobre da população estaria fadada ao imobilismo, a um aprisionamento na própria cidade. Para Bauman, a marca dos excluídos na era da compressão espaço-temporal é o imobilismo. Nesse campo de análise, a cidade e seus condomínios de classe alta e coberturas, bairros de classe média, subúrbios e suas favelas estariam divididos não só em termos espaciais. Mas por zonas de temporalidade e velocidades de locomoção distintas.

Não que se vá desconsiderar a importância do vetor *velocidade-mobilidade* na reprodução da vida social nos tempos de hoje. A questão é que pensamentos como o de Bauman tendem a considerar uma hierarquia de valores de *tempo-espaço-vida* estipuladas na ambiência mesma do capitalismo turbinado. A exclusão se caracterizaria pela não inserção no mundo formatado pelo Capital, onde predominam o consumo e a racionalidade técnica, a desterritorialização dos vínculos de identidade e cultura, a acelerada velocidade das comunicações e do financismo internacional. Cabe aqui um conjunto de questionamentos: seria possível construir a existência em outros ambientes não domesticados pelo Capital global? Que importância ainda teriam, nas grandes cidades, os espaços marcados pela dimensão territorial e comunitária, pelo tempo lento da reflexão e da vida cotidiana, de uma racionalidade mais voltada para o humano do que propriamente para o racional-técnico? E que agenciamentos transformadores não surgiriam na união da potência tecnológica hoje disponível ao Capital com o poder da vida mergulhada no tempo profundo do homem e seu cotidiano?

Dessa forma, a busca por saídas alternativas à espinhosa trilha traçada pela globalização perversa pode passar bem longe dos condomínios de luxo da urbe moderna. E é no momento mais escuro dos efeitos da globalização perversa que os holofotes iluminam os espaços periféricos dos grandes centros urbanos como campos de construção política e de afirmação de culturas minoritárias. Lugares com outros tempos e racionalidades, territórios existenciais de maior resistência à domesticação pelo Capital. Não são poucos os estudiosos que começam a suspeitar que possíveis chaves para transformação social no mundo do capital globalizado podem estar guardadas na áreas mais pobres dos grandes centros urbanos.

É justamente esse tipo de perspectiva que fez Milton Santos, um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, fazer a seguinte aposta: são nas áreas de maior escassez de recursos e de oportunidades, onde vida e luta se confundem, que é possível haver uma tomada de consciência, a emancipação cultural dos jogos de dominação do capitalismo. Nas próprias palavras do geógrafo brasileiro:

*A cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos do tempo, que são também donos do espaço.*²⁰

Uma nova produção de agenciamentos políticos capazes de fazer frente ao Capital global estaria prestes a eclodir a partir da periferia dos centros urbanos. São lugares onde, na imanência do alerta permanente e da luta diária pela sobrevivência, se forjaria um novo movimento de forças sociais: a política *dos de baixo*, elaborada a partir de suas visões de mundo e lugares.

Nesse ponto, chega-se num divisor de águas do trabalho. As 25 páginas escritas até aqui tiveram por objetivo ampliar o espaço-tempo de abordagem das forças em jogo no mundo hoje. No entanto, a função principal da trajetória de argumentação usada até aqui é servir como fio condutor a um conjunto de considerações cuja sustentação não parece ser de todo tranquila. Uma primeira afirmação: um dos mais importantes *bcus* irradiador de ação política no século XXI pode ser encontrado na radicalidade mais profunda da periferia das grandes cidades, a favela. Em seu conjunto, são espaços sociais hoje dotados de grande potência transformadora, da antiga linhagem das forças imanentes da Multidão. São os territórios de vida que, historicamente e em certos aspectos, mais resistência impuseram ao domínio do Capital. São áreas da consciência social que mais guardaram campos de subjetividades não domesticadas pelo capitalismo. Esse trabalho é antes de tudo uma suspeita de que nas favelas dos grandes centros urbanos estão guardadas importantes chaves para a transformação social do nosso tempo.

²⁰ Santos, M., 2003, p.132

Uma segunda afirmação: os grandes centros urbanos são hologramas espaço-temporais onde, sob diferentes formas e redes de relações, se refletem antigos conflitos civilizatórios não resolvidos. É sobre essa manifestação tão singular e específica da cidade, a favela e seus moradores, que reside a maior carga acumulada de opressão histórica e de desequilíbrios da ecologia humana provocados pelo Capital globalizado. Em outras palavras, as áreas favelizadas dos grandes centros urbanos são uma espécie de *reencarnação* da figura do *Outro Cultural* e sua conflituosa relação com as forças de hegemônicas de dominação do Polinômio Ocidental de Poder... Uma relação que igualmente incorporou diferentes grupos sociais nos diferentes tempos da cronologia histórica e nas diversas espacialidades do planeta. Nesse sentido, a questão das favelas ganha uma dimensão civilizatória. Seguindo as reflexões do comunista cristão Roger Garaudy, em seu livro *O Ocidente é um Acidente*²¹, a vida nas grandes cidades no mundo de hoje guardam uma oportunidade única de um diálogo entre civilizações. É seguindo esse caminho de reflexão que prosseguem as próximas linhas do texto. Gradualmente, o vôo da elaboração teórica começa a descer da abstração do universo das idéias para a densa região dos homens, onde o jogo da vida tem lugar... mais especificamente, no Rio de Janeiro.

1.2- Favelas²²: Arenas de opressão histórica.

1.2.1 - Genealogias do Eu e do Outro: um drama civilizatório nas grandes cidades.

“O BNDES financiou, a prefeitura deu apoio e a ONG CEASM está realizando o que parece ser o mais sério levantamento realizado em favelas do Rio. Até porque o pessoal dessa ong teve facilidade para entrar nos barracos porque seu núcleo é formado por universitários oriundos da Favela da Maré – que hoje, como marco inicial de suas desventuras nem favela mais se chama. Pespegaram-lhe o pomposo nome de “Complexo”.

²¹ Garaudy, R., 1983

²² Esse trabalho é reflexo de um compromisso político com os grupos e espaços sociais em questão. Todas as formas que definem a favela pelo discurso da ausência serão evitadas: *comunidade pobre, comunidade de baixa renda, comunidade carente*. O termo favela tem um sentido pejorativo no imaginário social. Contudo, tem também um uso quase político por pessoas e grupos diversos provenientes desses espaços, uma espécie de demarcação de identidade. É também o termo sociológico com que se denomina esses grupamentos sociais. Sua utilização no trabalho transita entre as duas últimas opções.

(...) Na Maré, são 38.083 barracos, contabilizados pela ong CEASM, que já contou efetivamente 102.828 habitantes (...) Nesses barracos, só miséria e doença, analfabetismo e violência, a revelar uma única coisa: a solução do caso das favelas é não haver mais favelas.

As cidades não podem se desenvolver com cidadãos pela metade, gente que não pagando imposto, representa um peso descomunal para o resto da sociedade. (...) Não pagar imposto é apenas a primeira omissão de uma vida – a do favelado – que desse modo já começa cheio de vícios. Na favela, não há como consertar as coisas. O censo revela que na Maré o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola é de 6,4%, enquanto para o Brasil esse índice é 4,2%. Em alguns bolsões mais miseráveis da favela 16,9% das crianças nessa faixa de idade não frequentam a escola. (...) Também é alto o número de pessoas que já foram vítimas de ferimentos por tiro, como o de pessoas em cuja família já aconteceram assassinato. O mesmo quanto a estupros e ferimentos provocados por facas e pedaços de pau. Mas impressionante mesmo é o número de vítimas de roubos e furtos. (...) O problema da favela exige cada vez mais uma solução definitiva. Claro que civilizada e humana. Ou as grandes cidades naufragam nesse mar encapelado.²³

O texto acima reproduzido foi publicado em dezembro de 2000 como editorial de uma das mais conceituadas empresas de comunicação do país: o Jornal do Brasil. Seu conteúdo de colorido quase fascista comenta um censo comunitário²⁴ realizado por uma organização social da Maré – um conjunto de 16 comunidades populares situado num subúrbio carioca. Artigo interessante esse! Corresponde a um daqueles momentos de descuido no exercício verborrágico e... pronto: despenca no chão o ralo verniz civilizatório mantenedouro da aparência de convivialidade harmoniosa entre diferentes grupos sociais no Brasil globalitário do século XXI.

²³ Jornal do Brasil, 12 de dezembro de 2000

²⁴ O Censo Maré realizado pelo CEASM é uma experiência única de um censo comunitário realizado em comunidades populares no Brasil. Teve a colaboração de entidades como o IPEA, a UFF e a Prefeitura do Rio. Quando for concluído em toda sua extensão, será a mais profunda fonte de informações sobre grupamentos sociais do gênero. Como pode-se ver, seus dados vão bem mais além do que os poucos pontos pinçados e escolhidos a dedo para compor o editorial do jornal.

Analisando o tom virulento e agressivo do texto, fica explícito o sentimento de repulsa e desgosto dos grupos que habitam a noosfera do poder hegemônico nas grandes metrópoles para com a proximidade de seu vizinho mais pobre: *o favelado*. Publicado num dos mais importantes jornais do país, num espaço destinado à opinião da empresa, o texto é uma ilustração valiosa de um conjunto de princípios que rege a relação dos setores hegemônicos no poder e os espaços de favela: a bipolarização do campo social entre *Eu* e o *Outro*, a definição desse outro através do discurso da ausência, da descomplexificação, do preconceito.

O editorial em questão é uma obra-prima. Poucos textos jornalísticos recentes concentram tanto preconceito por parágrafo. Vejamos como se define a Maré e sua população que, de acordo com o próprio censo citado, chega a 130 mil habitantes. “*Nesses barracos, só miséria e doença, analfabetismo e violência (...) Representam um peso descomunal para o resto da sociedade. Não pagar imposto é apenas a primeira omissão de uma vida – a do favelado – que desse modo já começa cheia de vícios.*” Tão pesado é o texto que durante a leitura tem-se a impressão de que o autor vai sugerir campos de concentração para resolver o problema das favelas. Ficam explícitas as formas de reprodução simbólica desses espaços. Só para listá-las... A desinformação: “*Na Maré, são 38.083 barracos*”. O texto apresenta este espaço social a partir da definição de forma-aparência que supostamente caracterizaria as áreas favelizadas da cidade. Em verdade, uma comparação com a forma arquitetônica de outros espaços da urbe. Mas a questão aqui é a seguinte: dizer que as 38.083 residências da Maré contabilizam um igual número de barracos, que remetem a miseráveis construções de madeira é, na melhor das hipóteses, mistura de maldade e desinformação. Espaços populares cariocas como a Maré sofreram grande urbanização nos últimos 20 anos e maioria de suas construções são de alvenaria. Os 38.083 barracos não existem no real histórico, mas no universo do preconceito social.

Imagina-se que o jornalista responsável pelo texto escreveu o editorial com um dicionário de termos pejorativos ao lado. Em toda descrição daquela realidade social relatada, não existe um qualitativo positivo com que se constrói a imagem daquele singular ambiente urbano, espaço constituinte da mesma cidade do suposto editor. A favela e sua população é representada pelo que supostamente não teria, a partir sempre da visão do

jornalista. “*Só miséria e doença, analfabetismo e violência.*”. Aqui quase não se descreve uma realidade, mas estigmatiza-se o outro com cuidado na seleção de palavras. “(...) *é alto o número de pessoas que já foram vítimas de ferimentos por tiro, como o de pessoas em cuja família já aconteceram assassinatos.* O Censo Maré traz uma das análises mais completas da realidade dos espaços populares como a Maré. No entanto, os dados relatados no texto são periféricos e pouco dizem do total da pesquisa. Falar de roubo, furto, assassinatos é quase uma perversa edição dos piores momentos das estatísticas.

Em tão poucas linhas, o editorial acima conseguiu disponibilizar para análise o discurso da ausência na criação e definição do outro, sua estigmatização, descomplexificação, a distorção de informações afastando a descrição de uma base real-histórica. Mas o pior é ter de afirmar que o texto em questão não é uma exceção à regra. Diariamente, conteúdos e formas noticiosas das mais diversas empresas jornalísticas no país executam a tarefa de retratar de maneira distorcida a realidade dos grupos sociais não detentores da hegemonia de poder. São manifestações midiaticizadas da real natureza do sentimento dos setores médios e elitizados do tecido social urbano brasileiro em relação à imensa parcela da população mais pobre.

Mais uma vez esse trabalho faz uso da relativização do *tempo-espaço* histórico. É que esse artifício de vislumbrar o passado permite perceber, no artigo do JB, a reprodução histórica da equação binária de fundação da civilização ocidental e seu desenvolvimento nesses últimos 3 mil anos: *o eu x o outro*. Interessante notar que em plena era da informação, o exemplo acima mostra que o instrumento usado como arma para dar estocada nesse *outro cultural* é o mesmo usado em dezenas de séculos passados: o dispositivo discursivo manipulado pela matriz de Poder do Polinômio Ocidental, usado sem escrúpulo para desqualificar a presença do *inimigo-outro* no imaginário da sociedade vigente. É o uso da elaboração discursiva como elemento de descomplexificação, de conceituação negativa e homogeneizante, de inferiorização comparativa, do discurso da ausência. Está tudo ali, onde sempre esteve.

Nesse momento, vai se cometer aqui um pecadilho: o resgate de um filme norte-americano, chamado no Brasil de *Possuídos*, protagonizado por Denzel Washington, que estreou nos cinemas cariocas em janeiro de 2001. É um filme de suspense extremamente

normal, daqueles que se teria vergonha de fazer uma citação acadêmica. O longa-metragem conta a história de um policial que persegue um *serial killer*. No meio do filme, descobre-se que o assassino está incorporando um demônio chamado *Azazel*. Desde o mundo antigo, a sinistra entidade perambula de corpo em corpo, cometendo em cada período histórico seus crimes... e quando seu hospedeiro está para morrer, a criatura transmigra para outro corpo. E é essa parte do filme que justifica sua intrusão no trabalho: uma metáfora, a imagem de uma entidade maligna que vaga através da história usando diferentes corpos, em diferentes épocas, para cometer seus crimes.

Metáfora forçada?! Nem tanto! Basta dar uma olhada nos anais da história e perceber que o tal do Editorial do JB sempre foi escrito e reescrito em vários outros idiomas e épocas. Podemos encontrá-lo redigido em latim no *Comentários da Guerra Gaulesa*²⁵, escrito por César há cerca de 20 séculos, ao liderar a invasão do Império Romano à Gália. O texto é uma das poucas obras contemporâneas a descrever a sociedade Celta e a representa como primitiva e supersticiosa, entregue a práticas deploráveis – logo, carentes dos benefícios que traria sua dominação pela civilização romana. A obra com que se faria a descrição de um povo para a posteridade foi feita para justificar uma invasão. Caminhando mais pelo tempo, chegamos à era do Capital em sua fase de acumulação primitiva, do mercantilismo e das descobertas continentais. Não foram poucas caravelas que aportavam na Europa trazendo detalhes das novas terras e descrevendo os exóticos povos pré-colombianos: um bando de preguiçosos, vagabundos e inaptos ao trabalho...ou bons selvagens, sem as máculas da civilização. Solução encontrada para resolver a questão da produção colonial: importar escravos negros, criaturas semi-animais, que nem alma tinham. Material idêntico se encontra nos relatórios de oficiais franceses e ingleses das expedições colonizatórias na Ásia e na África: a pintura de um quadro de barbárie e bestialidade que precisava ser aniquilado ou domesticado.

Só para citar um exemplo mais recente inscrito num épico da literatura brasileira: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, considerada a primeira grande reportagem do país. Em seu clássico, o escritor descreve para a República quem eram os camponeses moradores de

²⁵ Rutheford, W., 1994, p.48

Canudos: fanáticos-hereses, miseráveis seguidores de Antônio Conselheiro. Na tentativa de traçar sua origem racial, surge essa observação:

*A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílico-guarani ou o tapuia, exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado.*²⁶

É fácil dar uma dimensão atual e internacional à questão, trazendo-a para a era do Capital em sua fase tardia. Basta folhear qualquer jornal diário, ir até a página da editoria internacional e dar uma lida nos depoimentos de Bush e seu governo sobre as nações islâmicas e o *eixo do mal*. Catalogar esse tipo de discurso poderia encher estantes inteiras de bibliotecas. Variações sobre um mesmo tema repetido em dois acordes na sinfonia da dominação no curso dos séculos: A relação entre o *eu bélico-dominante* e o *outro a ser subjugado* vem reencarnando em diferentes corpos sociais através da História, obsediando as ideologias políticas e filosofias, a ciência e as artes, a economia e as mais recônditas manifestações da vida social dos povos ocidentalizados do planeta.

Daria um imenso trabalho traçar origem ou fazer genealogia em termos civilizatórios mais amplos dessas relações culturais obsessoras na História Ocidental. No entanto, importa mais abordar a manifestação desse princípio ativo de dominação ocidental em suas últimas reencarnações. É o arquetípico Polinômio Ocidental de Poder: *homem-branco-europeu-rationalista-ciêntífico-capitalista-burguês...* e sua manifestação no jogo de poder do mundo moderno e no sistema capitalista. Trabalhar com a idéia do Polinômio torna mais fácil o delinear da matriz etnocêntrica dominante que serve de modelo simbólico para as classes que detêm o poder em diferentes cantos do globo. Uma matriz que tem como seu oposto outro polinômio: *índio-negro-oriental-mulher-pobre-mestiço...* Não é

²⁶ Cunha, E, 1983. p.60

difícil perceber a herança cultural colonialista, transmigrada nos últimos 100 anos, em novas formas de dominação e de exclusão na globalização.

Antônio Negri e Michael Hardt, lembram que a própria natureza do colonialismo produz figuras de alteridade e administra seus fluxos:

*A construção negativa de outros não europeus, é finalmente, o que funda e sustenta a própria identidade européia.(...) A identidade colonial funciona antes de tudo pela lógica maniqueísta da exclusão. (...). Os colonizados são excluídos dos espaços europeus não só em termos físicos territoriais, e não somente em termos de direito e privilégios, mas até em termos de pensamentos e valores. O sujeito colonizado é construído no imaginário metropolitano como o outro, e, dessa maneira, tanto quanto possível, o colonizado é posto fora das bases definidoras dos valores europeus*²⁷

Não fica difícil colar esse trecho ao editorial de abertura do JB e descobrir que se trata de coisas de mesma semântica. Ambos lidam com o mesmo hospedeiro cultural opressor. Hoje já não existe o discurso aberto etnocêntrico. No entanto, seus referenciais simbólicos migraram para o discurso sociocêntrico. Não é mais a raça a razão da inferioridade, mas a cultura e seus hábitos e costumes.

Uma vez esses comentários postos e espalhados em cima de uma imaginária mesa argumentativa aqui presente, pode-se voltar ao tema que começou essa reflexão: uma análise das populações urbanas pobres, manifestadas nas favelas das grandes cidades, encarnação da presença do *outro* – herdeiros tupiniquins da histórica exclusão social brasileira: o negro, o índio, o mestiço, o nordestino, o campesino...

Talvez seja útil fazer uma rápida visita ao livro *No Mesmo Barco – Ensaio de Hiperpolítica*, de Peter Sloterdijk.²⁸ Em sua obra, o autor busca desmascarar o que chama de grande bomba relógio prestes a explodir: a representação de uma humanidade unificada à força por um projeto político hegemônico, forjador de afinidades e criador da ilusão de

²⁷Negri, A., e Hardt, M., 2003. p.141

²⁸ Seguindo o desenvolvimento desse movimento, Sloterdijk chega ao que ele chama de Hiperpolítica, modelo vigente nas sociedades atuais, caracterizada entre outras coisas pela atomização e alienação do indivíduo.

uma humanidade linear, evoluindo junta no rio da História rumo ao ideal modelizado pelo Polinômio de Poder Ocidental. O autor faz um caminho diferente das análises marxistas do evolucionismo histórico da política baseado na produção econômica. Sloterdijk visualiza, nas relações sociais de povos ditos primitivos, uma espécie de paleopolítica. Trata-se de um vetor arquetípico criador, no ambiente social interno, de uma espécie de útero protetor, uma dimensão formadora de identidades como estratégia de defesa contra a natureza hostil representada pela figura do inimigo.

Sloterdijk segue sua análise percebendo a complexificação das sociedades primitivas. Visualiza então o desenvolvimento da paleopolítica para a megapolítica. É a era dos Estados Modernos, caracterizada pelo movimento bipolar do eu x natureza. Nesse ponto, o campo de conflito se translada para o interior da sociedade. É a alta cultura dominante que se singulariza e se reúne no centro. Cria-se, então, automaticamente sua margem, sua sombra ou como quiser: seu outro. Na Europa industrial, esse outro se manifestou no surgimento e divisão de classes: patrões e classe operária. A questão é que em nações de industrialização precária e tardia, como os países da América Latina, essa organização interna entre *eu x outro* ganhou outra cara. De um lado, os ricos e sua noosfera de poder, da qual partilham também de forma parcialmente encaixada os setores médios da sociedade. Do outro lado, os pobres, habitantes das margens do tabuleiro da reprodução social no país. São eles o negro, o índio, a mulher, o mulato, o nordestino, o camponês, o baixo assalariado, que no caldeirão urbano atual se amalgamou na figura do *favelado*.

1.2.2 – A Formação Rio de Janeiro pelo Olhar das Favelas.

Um breve passeio na história da formação das favelas cariocas serve bem de exemplo para traçar esses paralelos. É o Rio do século XIX. No atual Centro da Cidade concentravam-se pobres e ricos misturados, reflexo da sociedade escravocrata, condição que obrigava a elite a buscar formas explícitas de diferenciação: nas roupas, hábitos, pintura das casas. Tão logo os ares da sociedade feudal foram ficando para trás, forças movidas pelo espírito de ordem e progresso da República injetavam transformação na *vergonhosa* situação. A classe abastada descobre a Zona Sul e a Tijuca. Os pobres, ex-

escravos e imigrantes habitam os cortiços no Centro da Cidade. O século XX mal despontava.

Com o desenvolvimento capitalista, sopram mais forte os ventos da vida moderna. No Centro da Cidade, os cortiços, imensos casarões usados pelas classes populares, vão sendo desmanchados pelo poder público. É a conhecida reforma do prefeito Pereira Passos, que remodelou o Centro do Rio, destruindo cortiços e morros da região. Afinal, não era suficiente mudar a fisionomia da cidade, era necessário também mudar a população pobre e mestiça em favor dos costumes *civilizados* de matriz européia.

Era discurso comum entre a elite da época dizer que as doenças que infestavam a capital estavam associadas aos usos e costumes do pobre – principalmente de origem negra. Eis o que diz o texto produzido pela equipe do Observatório Social da Maré na publicação *Quem Somos? O que Somos? O que Fazemos?*:

*Ninguém nem pensou na falta de conscientização e oportunidades de uma sociedade recém saída dos horrores da escravidão – com a classe popular sem qualquer direito às condições mínimas de cidadania, como educação, saúde, moradia, trabalho, voto, lazer, palavra.*²⁹

Esses acontecimentos marcavam a transição do regime escravocrata para o regime do trabalho livre – que exigia uma disciplina social e hábitos considerados salubres para o ingresso nas fábricas de manufaturas que eram inauguradas no espaço urbano carioca. As áreas ocupadas pelas populações empobrecidas foram identificadas como focos de doenças, de baixa condição sanitária, um cancro da cidade que deveria ser extirpado. Dito e feito pelas reformas de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, ilustres habitantes da noosfera do poder dominante.

Expulsos do centro, eis os pobres habitando áreas desprezadas pela especulação imobiliária da cidade: as encostas e trechos alagados da Baía de Guanabara, um movimento que seria uma constante no século XX, intensificado na década de 50 e 60 devido à crise no campo provocada pelo latifúndio. Durante boa parte da primeira metade do século passado,

²⁹ Souza, J et alii, 2003. p.15

as políticas públicas para as áreas de favelas refletiram de forma cristalina o sentimento de desprezo pela presença e figura desse *outro* cultural incorporado na figura do *favelado*. Durante quase todo o século, as áreas ocupadas pelas populações mais pobres foram vistas como doença no tecido urbano. Até os anos 60, não foram poucas as remoções de milhares de pessoas para o embelezamento da Zona Sul e áreas valorizadas da cidade. Somente nas últimas décadas, as regiões favelizadas seriam reconhecidas pela administração municipal e entrariam em mapas da cidade. Quer dizer: só no final do século XX passaram a existir para a administração urbana.

O objetivo dessa breve rememoração da história das favelas é um só: apresentar o tecido social pobre das grandes cidades como herdeiros do papel do *outro*, um papel que mantém fortes laços de ligação com o período colonial. Também é interessante notar que as táticas de dominação presentes no aparato discursivo dominante permanecem como uma constante no tempo e espaço histórico: afinal, o *outro* é doença que precisa ser extirpada, é bestialidade a ser combatida ou domesticada para e pela exploração capitalista. Ou mesmo, algo que é desconsiderado a ponto de não existir na esfera do formalismo social.

Ainda seguindo as reflexões feitas pela equipe do Observatório Social da Maré pode-se dizer que a favela sempre foi definida por sua negação. Sempre foi conceituada pelo que ela *não é* ou pelo que *não tem* em relação à cidade. É a parte da urbe apreendida como um espaço destituído de serviços urbanos – água, luz, esgoto, coleta de lixo. É um fim de mundo sem ordem – arruamento, numeração domiciliar, pavimentação. É a região globalmente miserável, covil dos sem lei – antro de marginais e desocupados. É a morada dos sem cidadania – baixa escolaridade e fraca participação política. E também dos sem moral – famílias desagregadas e pessoas inclinadas a todo tipo de vício. Enfim, a expressão do caos social mais brutal. É o lugar expresso e definido socialmente pela ausência – sentido representado com perfeição num termo tão em voga, usado e abusado para designar esses espaços populares: *comunidade carente*.³⁰

Hoje, as favelas e suas populações recebem o impacto da mais moderna máquina capitalista de estigmatização e homogeneização cultural. A mídia, evolução máxima do aparato bélico-discursivo em poder do Polinômio Ocidental, sempre mirado para a fronte

³⁰ Ibid.

do *outro*. As populações dos espaços populares são representadas na mídia sempre pelo viés de 3 lentes. A violência, a pobreza e a marginalidade dizem respeito à lente mais comum e a usada no editorial de abertura do capítulo. Outra lente é a do pobrezinho, da vítima social – muito apropriada por setores da esquerda. Há também a representação das favelas na ordem do romântico ou do exótico. E em geral termina por aí. Toda complexidade que caracteriza a vida nesses espaços é limada na ordem discursiva. Pensando em termos de geopolítica, é o mesmo que aconteceu e acontece com o discurso ocidental que homogeneiza a África, a Ásia, a América Latina, o Islã. A matéria-prima da discriminação é e sempre foi a mesma.

1.2.3 – Maré: um bairro à margem da avenida chamada Brasil

Nessa parte do trabalho, já se faz necessária uma aproximação maior com o espaço da cidade que emoldura a experiência social que vai ser descrita na segunda parte dessa dissertação: o jornal O Cidadão. Eis uma breve descrição do bairro Maré.

Em 2002, foi publicado no Brasil o livro *O Ano em que Zumbi Tomou o Rio*, do escritor angolano Eduardo Agualusa. A obra inspira-se num cenário realista-fantástico de uma Cidade Maravilhosa sitiada por uma guerrilha revolucionária, surgida a partir dos grupos armados do tráfico de drogas e sediada num imaginário Morro da Barriga – referência simbólica ao Quilombo de Zumbi. Se Agualusa quisesse construir sua ficção com uma tonalidade mais fantástica – e até mais realista! – poderia tranquilamente utilizar a Maré como cenário de seu romance. Não só pela complexidade geográfica e humana que caracteriza esse espaço da cidade, mas pela força com que marca presença no imaginário social carioca hoje.

Para ninguém achar que é exagero, segue uma breve descrição do bairro: a Maré é um conjunto de 16 comunidades situadas num subúrbio do Rio de Janeiro, ocupando uma posição geográfica estratégica. Basta dizer que a Maré se localiza entre a Linha Vermelha e a Avenida Brasil, as duas principais vias de acesso à cidade e que ligam o Centro do Rio ao também próximo Aeroporto Internacional do Galeão. Em outras palavras, significa dizer que, para entrar e sair da cidade, é necessário margear alguma das comunidades da Maré.

Nas vizinhanças, situam-se o maior campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um importante centro de pesquisa - a Fundação Oswaldo Cruz.

De acordo com o Censo Maré, o bairro tem uma população de cerca de 130 mil habitantes vivendo em quase 40 mil domicílios.³¹ Só para se ter idéia da dimensão populacional da Maré: se no ano de 2000, o bairro se transformasse em município seria a 17ª cidade do estado, com população superior a municípios como Angra dos Reis e Cabo Frio. Além disso, teria direito a uma câmara de vereadores com até 21 representantes.³² A população local é formada, em sua maioria, por pessoas de origem nordestina ou negra, de baixa renda familiar, com baixo nível de escolaridade. Em grande parte, são integrantes do mercado de trabalho informal. Em termos de equipamentos urbanos, a Maré nos últimos 20 anos conquistou relativo grau de urbanização: tem 16 escolas públicas, uma extensa rede de pequeno e médio comércio. Quase a totalidade de suas construções são feitas de alvenaria. No geral, as ruas são asfaltadas. O grande *déficit* da região acaba sendo a falta de aparelhamento cultural. A região não possui teatros nem cinemas e são limitadas as opções de lazer.

Analisar o processo de formação do bairro Maré é percorrer os meandros da exclusão social brasileira. No passado, a região de terrenos alagadiços à margem da Baía de Guanabara, onde situa-se o bairro hoje, fazia parte de grandes propriedades de terra que foram sendo desmembradas com o passar do tempo. No início do século, pequenos núcleos de povoamento já se aglutinavam em torno de pequenos portos na região, como o Porto de Inhaúma e Maria Angú. Na maioria dos casos, o povoamento era formado por pescadores.

Mas a história da Maré como foco de ocupação urbana começa mesmo na década de 40 e 50, com o desenvolvimento industrial da capital Rio de Janeiro. Nessa época, a cidade recebe um grande fluxo de pessoas vindas do Nordeste e das regiões rurais, que buscam integrar-se ao meio produtivo, alocando-se o mais próximo das oportunidades de trabalho. O paradeiro de grande parte desses migrantes são as regiões desprezadas pela especulação imobiliária, como as terras de encostas e áreas alagadas. Neste período, a região da Leopoldina já tinha mostrado seu potencial econômico e se transformado em núcleo

³¹ A Rocinha e o conjunto do Alemão (terceiro e segundo conjuntos mais populosos de comunidades populares do Rio) têm respectivamente 56 mil e 65 mil habitantes de acordo com o Censo do IBGE.

³² Souza, J et alii, 2003, p.36

industrial com a refinaria de Manguinhos. Tal fato atraiu o interesse de ocupação da região. Como as terras boas do subúrbio tinham se tornado objeto da especulação imobiliária, restou para a camada mais pobre a ocupação das áreas alagadiças no entorno da Baía da Guanabara.³³

No final da década de 40, já existem indícios de ocupação da região por palafitas – barracos de madeira construídos sobre a lama e a água. Surgem focos de povoação nas comunidades da Baixa do Sapateiro, Parque Maré e o Morro do Timbau - única região naturalmente de terra firme. A faixa de palafitas se estendia por toda a área da Maré e somente no início da década de 80 foi erradicada da região. Através dos depoimentos de antigos moradores, pode-se ter idéia das baixas condições de vida enfrentadas por parte da população da Maré, habitantes de uma espécie de *Veneza Brasileira de Madeira* erguida sobre o lodo da Baía de Guanabara.

A construção da Avenida Brasil, concluída em 1946, foi um importante fator na ocupação da área, tanto na facilitação do transporte como pelas obras de aterro na região. Esse processo de ocupação prosseguiu durante a década de 50, resultando na criação de outras comunidades como Rubens Vaz e Parque União. Nos anos 60, um novo fluxo de ocupação da Maré teve início. Durante o Governo Estadual de Carlos Lacerda (1961-1965), foram realizadas obras de modernização na Zona Sul da cidade com a consequente erradicação de favelas nessas áreas e remoção de sua população para regiões distantes e desvalorizadas do município. Em 1961, moradores de favelas como Praia do Pinto, Morro da Formiga e desabrigados das margens do rio Faria-Timbó foram transferidos para habitações provisórias construídas na Maré pelo governo. É a origem da comunidade de Nova Holanda, que em 1971, com a chegada dos removidos da favela Macedo Sobrinho, no Humaitá, teve um considerável aumento populacional.

O começo dos anos 80 marca a primeira grande intervenção pública do Governo Federal na Maré: o Projeto Rio, que foi lançado pelo Ministério do Interior do governo João Figueiredo e previa o aterro das regiões alagadas com a transferência dos moradores das palafitas para construções pré-fabricadas construídas pelo extinto BNH. São as comunidades da Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança.

³³ Vaz, L., 1994

A partir daí, a Maré tem seus limites de ocupação estabelecidos numa forma parecida com a de hoje.

Em 1988, foi criada a 30ª Região Administrativa, abarcando a área da Maré. É a primeira Região Administrativa da cidade abrangendo exclusivamente uma área de favelas. Esse fato marca o reconhecimento das novas características da região, que se consolida como um complexo de bairros populares. A área de abrangência da R.A envolve as comunidades da Praia de Ramos e Roquete Pinto – em Ramos; e Marcílio Dias – na Vila da Penha. Dessa forma, a Maré ganha um novo traçado e se transforma num dos maiores complexos de comunidades populares da América Latina.

Pequenas alterações desses limites aconteceram somente no final dos anos 80 e nos anos 90, devido a políticas de remoção da prefeitura. Nesse período, foram construídas as habitações das comunidades Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas para transferir moradores de áreas de risco da cidade. Mais recentemente, foi construída a comunidade do Salsa e Merengue, alojando desabrigados que ocupavam abrigos provisórios nas proximidades. Sem falar de pequenas ocupações que surgiram em áreas periféricas das comunidades locais, como Mandacaru, em Marcílio Dias.

Devido às peculiaridades de sua história, a Maré tem marcado uma presença constante no imaginário social carioca. Quase sempre dentro do discurso da ausência. Até o início da década de 80, quando a região era ocupada por palafitas, a Maré era um símbolo nacional de miséria, condição retratada na música *Alagados* da banda de rock Paralamas do Sucesso. Atualmente, o bairro é conhecido na cidade como um dos lugares mais violentos do Rio, devido aos constantes conflitos entre grupos rivais que controlam o tráfico de drogas nas contíguas comunidades locais.

1.3- Favelas: Campos de Resistência.

1.3.1- A Máquina de Guerra da Periferia

As favelas são formas diversificadas de produção do espaço urbano; reunindo de algumas dezenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos mobiliários urbanos – casas e apartamentos – vivenciando diferentes níveis de violência e presença do poder público, além de se constituírem como espaços em condições ambientais diferentes e emolduradas por diferentes paisagens.³⁴

Chega novamente a hora de mudar o rumo da dissertação. É momento de fazer um desvio dos discursos de ausência que marcam a representação da favela no imaginário da sociedade, independente em que instância de poder são produzidos: mídia, poder público, academia. O que vai ser buscado daqui para frente é uma abordagem horizontal, não-hierarquizada com outros espaços da cidade. É uma tentativa de, num lance de olhar afirmativo, analisar estratégias, características, processos históricos e subjetivos que singularizam a favela na cidade – vista aqui não como um universal homogêneo, mas uma multiplicidade em suas formas de manifestação. Além disso, interessa também mostrar que a histórica resistência dos espaços favelizados contra a dominação do Capital faz com que essa parcela do território urbano guarde hoje chaves de transformação política para século XXI.

Tão viciado se encontra o olhar do *senso comum acadêmico*, que não é tarefa muito fácil descobrir ângulos de abordagem que permitam uma percepção auto-afirmativa das favelas – e que levem em conta sua dimensão de contraposição às forças do capitalismo. Um exemplo dessa dificuldade: ao se buscar um enquadramento Gramsciano de análise, a fragilidade histórica do tecido da sociedade civil brasileira, somada à desconecção e desorganicidade dos canais institucionais das favelas com o espaço político formal,

³⁴ Souza, J et alii, 2003, p.23

compromete qualquer consideração mais aprofundada. Mesmo uma análise voltada para o patrimônio cultural popular em luta por hegemonia contra outras formas culturais dominantes não fornecem bom ângulo de visão social. Até porque, a mídia hoje engoliu e expropriou grande parte dessas manifestações. Na Maré, por exemplo, os últimos 10 anos foram suficientes para que tradições como Folias de Reis desaparecessem do mapa.

Um outro caminho de abordagem poderia ser a utilização das linhas de estudos culturais que apontam estratégias de negociações simbólicas entre grupos populares e setores hegemônicos detentores dos dispositivos de produção da cultura de massa. É um caminho seguido por antropólogos como o mexicano Nestor Garcia Canclini.³⁵ No entanto, o campo apontado para as negociações nesse tipo de abordagem é o próprio território do consumo, condicionado densamente pelo mercado. Nesses estudos, se afirma um suposto poder e liberdade dos grupos populares de se apropriarem dos símbolos de consumo propagados na esfera midiática, revertendo-os e adaptando-os à suas estratégias cotidianas. Mas esta, é uma trilha de abordagem que se mostra por demais frágil e com pouca eficácia política. Entre as muitas objeções que se poderia fazer a esse campo de análise, estaria o questionamento da suposta liberdade de negociação na ambiência do consumo. Seria mais ou menos como enfrentar um leão na floresta portando apenas um pedaço de pau. Como afirmam Armand e Michele Mattelard:

*A era da chamada Sociedade da Informação é também a da produção de estados mentais. É preciso pensar de maneira diferente, portanto, a questão da liberdade e da democracia. A liberdade política não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente na possibilidade de dominar essa vontade.*³⁶

Um ângulo interessante de reflexão sobre as favelas são as abordagens que analisam o poder e as relações de dominação inscritos na superfície das relações cotidianas, instituições e micro-estruturas da vida social. Nesse sentido, Michel Foucault traz chaves

³⁵ Canclini, N., 1997

³⁶ Mattelard, A. e Mattelard, Michele, 2000

importantes para úteis considerações. Em seus estudos sobre as relações entre produção de saber e poder, e das estratégias capitalistas de dominação social, o filósofo francês faz a seguinte afirmação: com a implantação do capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX, tornou-se necessário pelo sistema inserir na sociedade uma racionalidade produtiva capaz de estabelecer controle eficaz sobre o número cada vez maior de habitantes das grandes cidades. Precisava-se de um dispositivo de dominação que respondesse a três critérios: tornar o exercício de poder o menos custoso possível (pela baixa despesa econômica e pela relativa invisibilidade suscitando pequenas resistências), fazer com que os efeitos desse poder fossem levados ao máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, aumentar na sociedade os aparelhos (escolas, hospitais, indústria...) por onde esse poder seria exercido... em suma: fazer crescer a docilidade e utilidade de todos os elementos do sistema. É o que foi chamado de *Sistema Disciplinar de Poder*³⁷, um conjunto de técnicas para normatizar e assegurar a ordenação das multiplicidades humanas a serviço do Capital.

Para Foucault, o poder não seria uma espécie de substância que uns detêm e outros não. Mas uma rede difusa de relações que permeia toda a sociedade em seus aspectos micro e macro: as estruturas políticas, a linguagem, a arquitetura urbana. As disciplinas fazem funcionar as estruturas de poder da maneira mais discreta possível, através de poderes anônimos exercidos pela vigilância hierárquica, o registro contínuo, a classificação, os regimentos e a ordenação do tempo e do espaço. O objetivo seria controlar o corpo social inteiro. Era projeto das forças de dominação do Capital criar uma sociedade *saudável*, normatizada e subserviente à manutenção da sociedade capitalista. É um sistema que só funciona de forma eficaz se o dispositivo normatizador for introjetado pelo indivíduo.³⁸ São micro-poderes atuando no cotidiano.

Uma boa forma de visibilizar o poder disciplinar é ver seus efeitos na linguagem. O exemplo dado aqui é comum entre pessoas que cresceram em favelas ou em periferias da cidade – como é o caso do autor desse trabalho. O processo de formação cultural nesses espaços é, em geral, feito em ambientes sem maior sofisticação intelectual. O aprendizado da língua acaba se fazendo com os chamados *vícios de linguagem*, recursos de

³⁷ Foucault, M., 2003

³⁸ Ibid

comunicação que fogem da língua normatizada. Um exemplo clássico: sempre que eu me descuidava e soltava um *para mim fazer isso, para mim fazer aquilo*, aparecia alguém para lembrar que é errado falar assim. Mas por que errado se é um recurso de comunicação da língua e que permite perfeita compreensão? É porque esse registro foge da modelização da linguagem feita na alta cultura, na esfera de poder hegemônico do Polinômio de Poder. Os outros registros são deslegitimados. Não são outros registros, mas registros errados, que devem ser banidos. E essa normatização é feita na família, na escola e em todo um conjunto de dispositivos que invisibiliza essa dominação.³⁹

Para Foucault, o corpo é um dos pontos-chaves onde se inscrevem as relações de poder: o corpo humano que é ordenado e educado na racionalidade arquitetônica das prisões, escolas, ambientes fechados. E também o corpo social que vai ser protegido das imperfeições.⁴⁰ Nesse aspecto, poderíamos ver a cidade como um grande corpo social agenciado pelas normatizações do Capital. Existem lugares onde o fluxo de disciplina tem maior poder e espaços onde a disciplina tem efeito menor. Aqui, pode-se delinear uma característica dos espaços de favelas: são os espaços, no corpo da cidade, que mais resistências impuseram às modelizações disciplinares do Capital. Isto é, o agenciamento da vida cotidiana faz um embate severo com os vetores de dominação capitalista. No caso do Rio de Janeiro, a própria ocupação territorial da cidade pelas favelas se caracteriza como um embate contra as disciplinas de poder.

Não é surpresa que os espaços populares da cidade vão receber outro tratamento do poder público em relação aos espaços mais disciplinados da urbe. Se o dispositivo disciplinar não funciona, é usada a violência explícita que tanto caracterizou nos últimos 100 anos a relação *poder público x favela*. São espaços onde o corpo da cidade não sofre terapêutica. Mas, sim, métodos cirúrgicos para a extirpagem da *doença* que, como cancro, contamina a urbe. A paz é dada quando se considera o mal fora do corpo da cidade formal. É o princípio evidente na política higienista de Pereira Passos e Oswaldo Cruz tirando os

³⁹ É claro que a língua normatizada é utilizada e buscada por razões mesmas de poder. Falar “*para mim fazer*” na academia é antes de tudo se fragilizar nessa esfera de poder que contém suas próprias regras. No entanto, os recursos que Deleuze chama de *línguas menores* podem ser empregados como artifício político. Um bom exemplo pode ser visto acompanhando discursos como o do líder do MST, o economista João Pedro Stédille

⁴⁰ Foucault, M., 2003.

cortiços do centro do Rio. Ou mesmo da política remocionista de Carlos Lacerda, na década de 60, que removeu da Zona Sul favelas como Praia do Pinto (no Leblon) e Macedo Sobrinho (no Humaitá). É interessante perceber na década de 60, a criação de instituições disciplinares para as favelas, como a Fundação Leão XIII, que tinha como uma de suas atribuições ordenar a ocupação dos removidos para habitações provisórias e ensinar disciplinas da *vida civilizada* na cidade.

Dessa forma, a favela se torna então um campo de batalha entre a forma-mundo construída na racionalidade do Capital e a forma-mundo condicionada à potência-vida do cotidiano e suas estratégias de sobrevivência em ambientes de opressão e escassez. Esse foi um dos grandes trunfos do sistema capitalista nos últimos três séculos: ocultar o poder de dominação, ordenando o sistema no seio da própria vida cotidiana dos povos. É um controle que ficou mais invisível e poderoso com o advento dos meios de comunicação, a chamada *Sociedade de Controle*. Nesse sentido, o domínio capitalista não se dá só na esfera de governo e economia. Mas se espalha nas instituições sociais, nas normas do cotidiano, na linguagem e na própria paisagem da subjetividade humana. É todo um vetor modelizador da experiência do homem que acaba sendo formatada pelo Capital – inclusive a cidade e sua arquitetura.

Em *Caosmose*, Félix Guatarri⁴¹ sugere como a organização dos espaços interfere na subjetividade. Ele lista três formas nas quais a formação subjetiva se produz nos dias de hoje: campos de significação do cotidiano, como a família, a educação e o meio-ambiente. Compõem também esse processo de construção do cenário subjetivo, os estímulos provocados pela indústria da mídia. No entanto, Guatarri afirma que existem estímulos que, mesmo não sendo processados em termos de linguagem ou tornados conscientes, também produzem efeitos no campo subjetivo. É o que pode ocorrer numa visita a um museu quando, por algum motivo, um quadro ou uma escultura provoca estranhamento, ativando e atualizando elementos de subjetividade. É nesse processo de formação polifônica por diferentes elementos heterogêneos, que se forma a subjetividade, construindo territórios

⁴¹ Guatarri, F., 1992

existenciais⁴². Guatarri critica a organização dos espaços da cidade, uma arquitetura de efeito cada vez mais homogeneizante e domesticador da própria subjetividade. Dentro desse campo de visão, os espaços nos interpelam e interrogam sob um ponto de vista estético, ético e afetivo. Casas e edifícios são formas enunciadoras que produzem movimentos de subjetivação: estilística, histórica, afetiva. Diferentes partes da cidade produzem discursos.

Que discursos produziriam então diferentes áreas do Rio de Janeiro? Pegue-se, por exemplo, espaços da cidade agenciados recentemente pela especulação imobiliária capitalista. Observando a Barra da Tijuca,⁴³ é fácil perceber como a própria arquitetura condiciona um modo de vida. A ocupação se dá por imensos condomínios espaçados e isolados uns dos outros. Cada um tem estrutura de micro-cidade. As avenidas são vias expressas de alta-velocidade. Perfeitamente adequado a um padrão-vida cada vez mais individualizado e acelerado de quem não precisa mais da cidade. Eis uma rotina possível de quem mora nesses espaços: tomar banho em piscina privativa de manhã, pegar o carro com ar refrigerado-vidro-fumê-fechado, seguir por largas ruas até a garagem do trabalho, subir no elevador para, somente à noite, sair no escritório e ir para a casa no mesmo esquema. É um mundo habitado pela elite transnacional, que quase prescinde do contato com o outro, com a cidade e suas formas. É onde o domínio do Capital se faz completo em toda dimensão da existência, no mais profundo da subjetividade humana.

Félix Guatarri diz que a cidade reflete hoje os efeitos de homogeneização e controle do universo subjetivo: sua arquitetura híbrida, seus shoppings.... Seria preciso uma re-singularização dos processos de subjetivação num esforço quase político de reformulação estética-arquitetônica da cidade. Que tipos de discursos e outros agenciamentos produziram, então, os territórios menos tocados pelo poder do Capital? Analisando a arquitetura das favelas, percebe-se que esses são espaços onde cada pequeno pedaço de formação urbana se relaciona menos com o vetor reprodução-capital e mais com a

⁴² Guatarri concebe o campo subjetivo como se fosse uma dobra contínua ligando o que tem dentro com o que tem fora, interconectando fluxos. São territórios existenciais abertos para universos incorporais. Evita a idéia de um sujeito metafísico retendo e se apropriando da subjetividade. O território subjetivo é então um processo, uma produção constante.

⁴³ Outros espaços com forte agenciamento do Capital como a Zona Sul forneceram mais dificuldades por pertencerem a agenciamentos imobiliários mais antigos.

potência-vida-cotidiano de quem o habita. São regiões da cidade onde os vetores de homogeneização perderam terreno para a singularidade das formas conectadas quase organicamente aos movimentos do dia-a-dia da população.

Quem já teve a oportunidade de caminhar pelas ruas da Maré ou de qualquer favela carioca sabe que esse é um exercício contínuo de percepção das complexidades, estratégias e singularidade que remodelam o próprio espaço urbano – muitas vezes, em franca oposição às intervenções do poder público. É o caso da questão arquitetônica, que mantém uma identidade própria, muito mais vinculada à mobilidade de formas cambiantes engendradas no dia-a-dia dos moradores do que ao espírito estático de planejamento de outras áreas da cidade. São ambientes apartados de um agenciamento domesticador, anti-criativo. De todas as acusações do discurso de ausência que recaem sobre as favelas, a mais injusta talvez seja conceber esses espaços como a massa homogênea que é idealizada no imaginário social. É uma afirmação clara no texto da arquiteta-urbanista Paola Berenstein Jacques, inserido no livro *Maré: Vida na Favela*.

A pseudo-semelhança entre as mais diversas favelas cariocas pode ser desmentida em um rápido passeio pela Maré. A diversidade de formas está patente em diferentes comunidades do complexo. Quase todas as morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas referentes a habitações populares têm ou tiveram um exemplar na Maré: da favela labiríntica de morro ao mais cartesiano conjunto habitacional modernista, passando por palafitas e conjuntos habitacionais favelizados. Vai-se do padrão mais informal ao mais formal, que acaba se informalizando também⁴⁴

Considerar essa condição de parcial desconexão da favela com as formas agenciadoras do Capital modelador da urbe formal pode conduzir a apostas importantes. Uma delas é vislumbrar nesses espaços populares, a co-existência – ao lado da exclusão social e da vulnerabilidade econômica – de um amplo campo de produção de devires,

⁴⁴ Jaques, P., 2002, p.19

criações, subjetividades e estratégias não subordinados ao controle das formas agenciadoras de dominação. É quase um questão ético-política apostar na existência de momentos e lugares onde os devires nordestinos, negros, tradicionais, comunitários têm margem de atuação na construção de subjetividades sem vínculos estreitos com a hegemonia do poder econômico. As favelas propiciam condições onde podem emergir, nesses espaços populares, variações das constantes sociais vigentes, rupturas com o sistema de dominação.

Pode-se perceber nuances dessa micropolítica, ao observar com mais detalhe o processo de favelização de conjuntos habitacionais construídos pelo poder público na área da Maré. Desde o início da década de 80, conjuntos planejados pelo Governo Federal e pela prefeitura têm sido instalados na região. No entanto, nesses 20 anos, um devir de natureza quase orgânica da *casa-morador* foi transformando o que era *padrão-empurrado-goela-abaixo* pelos projetos perversos de habitação popular do poder público. O tempo passa e a alinhada casa de um andar ganha um puxado para fazer a vendinha, outro puxadinho para aumentar o quarto, sobe um andar para o filho que casou, bota ladrilho verde para embelezar a moradia, sobe mais um andar para o filho mais moço que se ajuntou com a vizinha, faz uma área de lazer na laje para o churrasco de sábado... e pronto: a *casa-Estado* não resistiu à potência mutante da *casa-devir-morador*. Quem compra uma casa em qualquer imobiliária adquire um bem abstrato, neutro, sem história. Cada pequena habitação dos espaços populares guarda histórias de 20, 30 anos de vida na dura lida dos que foram colocados à margem do Capital.

O vetor *potência-vida-cotidiano*, que perpassa a existência nos espaços populares, muitas vezes cria campos de relação social que se interpõem à própria abstração do contrato social. Um exemplo é o que se chama direito de laje, algo completamente ausente da jurisprudência imobiliária formal. Por direito de laje, entende-se uma estratégia de reprodução social utilizada pelos moradores de áreas favelizadas, e que consiste no direito de vender a laje de seu imóvel para outro morador construir sua casa na parte de cima. Como não existe regulação da lei, o dispositivo usado em geral é a mediação da associação de moradores, que elabora um contrato entre as partes. O trato local se sobrepõe à ineficiência da abstração do contrato global. É uma forma de reprodução do capital da

família que pode doar a laje como bem ou herança para os filhos ou vender como forma de geração de renda.

Trazer a questão das favelas para esse campo de análise permite inserí-la na perspectiva do universo deleuziano de Mil Platôs.⁴⁵ Nesse campo de elaboração teórica, a configuração geopolítica do mundo é vista como uma grande máquina produtora de fluxos: de vida, subjetividade, controle, desejos, devires, saberes, política, ciência... Que reproduzem seus efeitos na micro e macrofísica da existência sócio-política. Nessa dimensão maquínica de mundo, duas forças de dominação se destacam: uma delas é o Estado, que atua por aprisionamento e ordenação, retendo e criando padrões entre os fluxos. Outra é o capitalismo, chamado de uma axiomática, que atua criando modelos de funcionamento dos fluxos. Nesse abstrato campo de forças, o próprio Estado é modelizado pelo Capital. E é no controle dos fluxos que se processa a dominação. Ao analisar o *Tratado de Nomadologia*⁴⁶, inserido no volume 5 de Mil Platôs, fica no pensamento a idéia de associar a *Máquina de Guerra Nomádica*, descrita por Deleuze e Guattari, às dinâmicas sociais da própria cidade. Para os autores, o termo *Máquina de Guerra* é associado a franjas, estruturas-fluxo exteriores ao mecanismo de poder do Estado e do Capital. São forças capazes de desestabilizar as estruturas cristalizadas das instituições de poder, fazer aquilo que foi transformado em movimento-padrão de dominação, entrar em estado de liberdade, de variação, de devir.

É justamente a inserção parcial da favela nas estruturas formais de dominação, que permite visualizar *Máquinas de Guerra*, campos de resistência contra o poder hegemônico. Não é difícil perceber a cada vez menor probabilidade de se engendrar *Máquinas de Guerra* em ambientes habitados por setores médios da sociedade – que se encontram bem alojados e saciados dentro das estruturas de poder político e econômico vigentes. Recolocando essa questão nos espaços da cidade, pode-se afirmar o seguinte: uma das características que singularizam as favelas na urbe moderna é que esses espaços populares são *Máquinas de Guerra* que fazem a cidade entrar em variação contínua, em devir, entrar nas linhas de fuga das forças de dominação.

⁴⁵ Deleuze, G., e Guattari, F., 2002

⁴⁶ Ibid.

A questão da potência do cotidiano se sobrepondo a esferas de dominação do poder capitalista vem sendo trabalhada por outros autores e de outras formas. Na atual fase da história, em que os tentáculos do Capital, através da mídia, perpassam os mais profundos rincões da existência humana, dissociando a experiência de vida de sua dimensão real, Antônio Negri e Michael Hardt⁴⁷ vão denominar essa potência imanente do cotidiano de Multidão. É a força da multiplicidade, um plano de singularidades, de formas criativas não agenciadas pelo Capital ou pela *forma-Estado*. Em seu livro *Império*, os autores afirmam que o próprio movimento de expansão de Capital globalizado ao destruir formas sociais do mundo moderno, como as mega-identidades nacionais, destruiu também barreiras que limitavam fluxo de vida das minorias. A força que se opõe ao Império, é a potência imanente da Multidão.

1.3.2- O Resgate da Dimensão Comunitária

Nessa grande mesa de apostas sobre a possibilidade de construção de um novo projeto de mundo, vale a pena fazer outra consideração: uma importante chave para neutralização da já insustentável crise de convívio social nas grandes cidades pode estar guardada nos espaços de Favela. É o que poderíamos chamar de resgate da dimensão comunitária da existência. Não deixa de ser curioso perceber que, no imaginário urbano, são os espaços favelizados que recebem a torto e a direito o rótulo *comunidade*. Quase tudo nesses espaços ganha adjetivação do comunitário: se alguém monta uma rádio local, é comunitária. Se algum grupo faz um ação assistencial, é trabalho comunitário. Se uma ong desenvolve alguma intervenção social, é projeto comunitário. A Vila do João é uma comunidade da Maré, que também é uma comunidade. A alcunha comunitária para os espaços populares está na boca de todos: da mídia ao próprio morador, cada um se apropria do termo ao bel-prazer. Uma consequência disso, é que muitos pesquisadores, ao estudar as favelas, não utilizam o termo. Então, um primeiro trabalho para refletir sobre a questão da comunidade nos espaços populares seria tentar dar uma arejada no campo de produção conceitual, para depois ver o que teria comunidade a ver com favela.

⁴⁷ Negri, A., e Hardt, M., 2002

É interessante comentar: à medida em que avança o projeto e os efeitos do fenômeno da globalização, a questão da comunidade ganha, cada vez mais, destaque no terreno das Ciências Sociais – seja como solução a ser buscada, ou retrocesso a ser evitado. Um bom caminho de discussão e que pode abrir portas de reflexão para pensar a dimensão comunitária no espaço de favela, é fazer uma breve recuperação do conceito de comunidade dentro das Ciências Sociais.

Formulações sobre comunidade atravessaram um longo percurso através da História. Foi pensada desde a Antiguidade Clássica, passando pelo pensamento cristão medieval e tendo seus desdobramentos na era Moderna. Figuras tão distintas como Hobbes, Marx e Kant de alguma forma tangenciaram o tema. No entanto, o responsável pelo aporte do estudo sobre comunidade na sociologia foi o alemão Ferdinand Tönnies, no final do século XIX, numa época em que o Capitalismo Industrial transformava bruscamente o campo das relações sociais na Europa. Em sua obra *Comunidade e Sociedade (gemeinschaft e gesellschaft)*, Tönnies usa um artifício teórico que influenciaria a forma como os estudos de comunidade seriam desenvolvidos dali para frente. Através da análise sobre aspectos comuns do relacionamento social, como: família, território e posses de bens; o sociólogo alemão estabelece uma dualidade entre duas esferas de relação: Comunidade e Sociedade. A primeira, marcada pela proximidade dos vínculos sociais, cujos arquétipos mais internos são a família, as relações de vizinhança, de amizade. A outra esfera de estruturação social é a Sociedade, cuja forma de relação social está ligada à racionalidade imposta pela Era Moderna. É um campo de interação sócio-política marcado pelo contrato social, que organiza um tipo de relação mecânica entre indivíduos.

É dentro desse campo bipolar, *Sociedade e Comunidade*, que no último século diversos pensadores estruturaram o pensamento do comunitário. De uma lado, a Comunidade e seus derivativos semânticos: é o campo da racionalidade afetiva, dos agrupamentos sociais orgânicos, do território, dos valores da tradição, da identidade, da vida grupal, da vontade coletiva, da vida rural ou em pequenos povoados, do cotidiano, do trato, do pré-moderno. Do outro lado, surge a Sociedade e também seus desdobramentos semânticos: é a esfera da racionalidade instrumental, das relações organizadas de forma

mecânica, dos valores da razão, do individualismo, da vida nas grandes cidades, do contrato social e das representações abstratas que regem a vida na sociedade capitalista.

É preciso comentar que as diferentes leituras de Comunidade a partir de Tonnies criaram uma grande barafunda sociológica, com o manuseio do conceito pelas mais diversas escolas de pensamento. Exemplos: o termo *comunidade* foi por diversas vezes usado como crítica ao modelo de sociedade capitalista e à fragilização das instâncias da vida comum, da perda da dimensão solidária da existência, do excesso de individualismo. Foi também vista com o saudosismo de um passado de ouro que nunca existiu ou a ilusão de um futuro paraíso comunitário de uma etérea época que nunca chegaria. Foi atacado pelo pensamento de origem liberal, como a tentativa de trazer à tona antigas estruturas cerceadoras da liberdade do sujeito, a volta da tradição opressora, algo impensável na livre sociedade de consumo. Também foi a *comunidade* vista como a substância de identidade justificatória de inúmeros massacres a que o mundo ocidental assistiu nos últimos séculos: dos vínculos da pureza de sangue, cultura, religião... e que o Nazismo é o exemplo mais claro e tenebroso.

No entanto, quanto mais se espalha no planeta a globalização perversa e seus efeitos: a homogeneização das culturas, a lógica do consumo, a pobreza de grande parte da população mundial; mais se fortalecem as idéias ligadas ao local e ao comunitário. Nos últimos 10 anos, diversos autores vêm mobilizando esforços para realizar uma releitura do conceito na tentativa de aplicá-lo nas dinâmicas sociais atuais. Raquel Paiva, em seu livro *Espírito Comum*,⁴⁸ tenta atualizar e descobrir a utilidade do tema comunidade na crise das relações sociais nos tempos de hoje. Raquel sugere ser importante a não bipolarização ou valorização dos termos *Comunidade e Sociedade*. Seria preciso encará-los como princípios ativos que co-habitam a vida do homem na pós-modernidade atual. Dessa forma, os conceitos de *Comunidade e Sociedade* necessitam ser admitidos e percebidos em suas distintas configurações.

Uma rápida olhada na história permite ver como os princípios comunitários e sociais estão imbricados. O Estado Moderno, por exemplo, grande vetor da racionalização societal, só conseguiu existir e sobreviver graças à construção do sentido de pertencimento

⁴⁸ Paiva, R., 1998

e identidade dos povos abrigados em seu território. Outro exemplo: o sistema patrimonialista, esquema marcado pelo conjunto de bens e propriedades em posse de um grupo familiar, é um aspecto que ainda integra a vida política brasileira, inserido dentro da abstração do jogo político moderno. Luciano Fedozzi⁴⁹ afirma que cidadania é o poder do indivíduo frente ao Estado. Por isso, é incompatível com o poder patrimonialista onde os direitos são doados pelo senhor num sistema de clientela. A cidadania moderna estaria vinculada à racionalização das leis e à impessoalização do Estado. Em países como o Brasil, o racional-legal não acabou com patrimonialismo, que permaneceu como estrutura na modernidade.

Ter em mente esse conjunto de questões evita o maniqueísmo que tanto prejuízo já trouxe ao estudo de comunidade. Dependendo do agenciamento social dado, dimensões comunitárias e societais guardam tanto formas perversas como redentoras de relacionamento social. De uma forma bem geral, poderíamos afirmar: a cidadania pertence ao reino do societal, a solidariedade à esfera comunitária. Nas palavras de Raquel Paiva:

*O que se coloca em questão quando se fala em comunidade é a possibilidade de haver hoje um projeto comunitário em meio à heterogeneidade e atomização da esfera societária reinante na grande cidade. Talvez a primeira tentativa de se ingressar nessa idéia seja a vivência do ser comum*⁵⁰

E talvez realmente seja essa a forma mais saudável de ingressar com o tema na reflexão sobre a favela. É pensar comunidade menos como substância, mais como produção de vínculos e sentido social; menos como coisa, mais como processo. Pode-se, então, retornar o olhar para os espaços de favela e o todo maior da qual esse espaço faz parte: a cidade. Seria interessante refletir sobre o conjunto de relações comunitárias e societais que permeiam esses territórios físicos e existenciais. Uma questão, por exemplo, a ser levantada. É comum no pensamento social a percepção de que a atuação do vetor globalização-mercado-mídia produziu extrema fragilização das relações de vínculo: com o

⁴⁹ Fedozzi, L., 2000.

⁵⁰ Paiva, R., 1998, p.84

território, com o outro, com o cotidiano, e mesmo com o real histórico. Muniz Sodré⁵¹ afirma que a empresa midiática é hoje o grande instrumento responsável por redefinir as formas sócio-políticas da atualidade com base nos valores do mercado: consumo, lucratividade, eficiência, competitividade e outros, relativos ao dinheiro e à mercadoria como conteúdo fundamental da consciência. Dessa forma, anula-se o horizonte ético-social onde gravitam princípios como bem-estar coletivo, fins políticos, consenso, vinculação comunitária.

Contudo, é preciso perceber que a cidade é vetorizada de formas e intensidades diferentes pelo poder do Capital globalizado e seu braço tecno-midiático. Existem, nos centros urbanos, regiões onde o *habitar o espaço* se dá num movimento de profunda desterritorialização, um quase desabitatar. É o caso já citado dos condomínios das classes mais ricas da cidade. Outros lugares são marcados pela imbricação intensa entre território e cotidiano. No primeiro caso, poderia-se citar os bairros ocupados pelas elites transnacionais, imersos na esfera de consumo, transitando nas infovias de informação. A vinculação com território e realidades construídas no entorno é quase nula. Em outros espaços, ocupados por setores médios, até existe um efeito de desterritorialização pela imersão na esfera da mídia e do consumo. No entanto, as dificuldades da vida na cidade e a necessidade de utilização dos serviços urbanos o trazem de volta para o território.

Mas, entre os espaços da cidade, é a ainda a favela que mantém um contato mais ativo com a dimensão territorial da existência. Na Maré, por exemplo, as referências territoriais estão sempre presentes na vida da maioria da população. Assim, a Nova Holanda tem suas micro-áreas bem delimitadas: Campo da Pati, Rua Principal, Rua Tatajuba. A Avenida Brasil funciona como uma grande limite simbólico que divide a Maré e o lado de lá. Existem fronteiras delimitadas pelos diferentes grupos que controlam o comércio de drogas no local. Em decorrência disso, a rua Evanildo Alves, entre Nova Holanda e Baixa do Sapateiro, se transforma numa fronteira imaginária, que limita o tráfego intercomunidades para boa parte da população.

É importante dizer que a vinculação territorial nos espaços populares traz efeitos tanto para o bem como para o mal. Sabe-se que um dos grandes desafios a serem superados

⁵¹ Sodré, M., 2002, p.173

pela população das favelas é o direito de transitar pela cidade, ter acesso ao múltiplo e diversificado patrimônio cultural-urbano como forma de conquista da cidadania, através da ampliação do espaço-tempo da existência. É importante considerar também que, na era da midiatização generalizada, o território já não é o único vetor existencial. O fato de um morador quase não sair de sua micro-área no Parque Maré não significa que suas referências simbólicas são totalmente definidas pela ambiência cultural do território. Considerado o profundo estado de midiatização das classes populares nos dias de hoje, é bem possível que os conteúdos simbólicos e de vida perpassados pela TV sejam mais influentes que o vetor territorial.

Seguindo ainda essa linha de reflexão, deve-se encarar com muita suspeita as afirmações das correntes de pensamento que apontam o surgimento de comunidades virtuais: identidades criadas a partir de gostos, estilos, preferências de consumo. Muniz Sodré⁵² adverte que esses campos de interação via mídia, em geral, apenas põem as pessoas em relação umas com as outras. São instantes de contato superficial, sem a densidade vinculativa ou a profundidade de experiência com o outro. Continua-se sozinho no universo do consumo.

Já se poderia então esboçar um entendimento de *comunidade*: um movimento de produção de sentido existencial vinculado à prática do cotidiano, ao real histórico, à co-presença, ao bem comum da coletividade, da partilha de valores. É nesse sentido que a vida territorializada dos espaços populares pode trazer chaves importantes de novas formas de ser em comum. A proximidade com o outro, a experiência de escassez partilhada pelo grupo, o reconhecimento dos problemas em comum podem suscitar campos de estratégias e de socialização que se interponham ao vetor de individualismo e indiferença social propagado como *modus vivendis* do Capital globalizado. É um pensamento compartilhado em outras palavras com geógrafo Milton Santos:

(...) O território não é um dado neutro nem um ator passivo. (...) já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar

⁵² Sodré, M., 2003. p.195,

*tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história, como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente*⁵³

Não se pode deixar de reconhecer que, dentro desse campo de abordagem, a questão comunitária ganha uma dimensão política. Principalmente, se relacionada a outros agenciamentos que integrem a vida da população de favelas nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do restante da cidade. Nesse sentido, o singular caminho teórico percorrido por Roberto Esposito,⁵⁴ em sua reflexão sobre comunidade, traz chaves importantes para uma abordagem ético-política do comunitário. O teórico italiano foi buscar a compreensão de comunidade através da análise etimológica da palavra - *communitas* do latim. Esposito analisa que *communitas* é formada por dois vocábulos: o primeiro é o prefixo latino *cum*, presente igualmente em palavras como comércio e comunicação. *Cum* é o que nos coloca diante do outro, que reúne, que agrega – um correspondente do grego *koinos*.

Mas o que aprofunda o sentido de *communitas* é a segunda palavra: *munus*. O termo latino tem significado direto com *onus* e *officium*, ambos significando um dever. Relaciona-se também com a palavra *donum*, doação. Eis o sentido de *Munus*: uma doação, uma dívida, um dar que não se pode deixar de dar, uma tarefa diante do grupo. Seguindo uma trilha oposta ao caminho seguido por grande parte da tradição sociológica *Com munus* não é substância de identidade ou uma coisa. Mas um vazio originário, que coloca um ser como devedor do outro, que o induz a sair de seu enclausuramento subjetivo para a situação de estar exposto ao outro. Nesse sentido, comunidade não seria o mero estar junto, mas a tarefa assumida diante do grupo, um trabalho coletivo em busca do bem comum.

Esposito afirma também que toda a sociedade moderna se construiu através da tentativa de anulação dessa dívida originária. A modernidade e as diversas propostas de racionalização dos contratos sociais tentariam imunizar o indivíduo da dívida e do dever

⁵³ Santos, M., 2003, p.80

⁵⁴ Esposito. R., 2003.

originário de doação.⁵⁵ Surge então o termo *immunitas*, que caracteriza o estado de espírito do individualismo moderno. E não é muito lembrar que na era do Capital globalizado é a mídia quem assume o papel de imunização do *munus* social.

Uma última consideração sobre a questão comunitária pode ser dada analisando a reportagem da revista *Veja*, publicada em dezembro de 2000. Dizia a manchete: *A periferia cerca a cidade*. Ilustração: uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura – remetendo à visão de formigas saúvas em movimento – vão *devorando* gradativamente prédios brancos e limpos. Não existe exemplo mais límpido e ilustrativo do temor, atávico em amplos setores sociais do Rio de Janeiro e outras metrópoles, de que o *morro desça* e a cidade seja dominada pelo caos.⁵⁶ Não é preciso ir além para perceber que a questão comunitária não diz respeito só aos espaços de favela. Na imensa crise civilizatória que o capitalismo despeja no já frágil tecido urbano das grandes metrópoles, a questão do ser-em-comum em termos geopolíticos mais amplos é um dos grandes trabalhos destinados aos grupos que assumiram a responsabilidade de construção de um novo modelo de sociedade.

Comunidade se refere sim, à favela; mas também à cidade... e às guerras civis na África, aos diferentes grupos terroristas ativos no planeta, à política externa dos EUA, à violência física e simbólica nos grandes centros urbanos. Dessa forma, projetos de intervenção político-social que atuem nos espaços populares só podem ser efetivos se contemplarem a cidade como um todo em seu raio de ação. Uma última aposta desse sub-capítulo: na construção de um espírito comum entre povos do planeta e entre grupos sociais que habitam os centros urbanos, um dos mais importantes e poderosos instrumentos pode ser a utilização dos sistemas de comunicação convencionais e alternativos. É nesse sentido que projetos de comunicação comunitária, como o que vamos descrever na Maré, têm responsabilidade de atuação muito mais ampla do que a simples intervenção comunicativa nas comunidades locais.

⁵⁵ Esposito afirma que Hobbes foi quem melhor desenvolveu a proposta de *Immunitas*. Ao afirmar que o estado natural ou comunitário dos grupamentos sociais se baseava na ameaça de todos contra todos, o homem lobo do homem, o autor de *Leviatã* vai prescrever a imunização desse estado, da comunidade originária.

⁵⁶ Souza, J. et alii, 2003, p.27

1.3.3- Entre Capítulos.

Uma breve síntese da trajetória de argumentação feita até aqui. Os problemas gerados pela globalização têm um profundo cunho civilizatório. As cidades são hologramas que reproduzem nas teias de suas relações sociais, um microcosmo dos conflitos globais. Os povos e grupos minoritários representam as forças da Multidão, que atravessaram o tempo histórico em atrito incessante com os grupos no poder. Nos centros urbanos, as favelas são as legítimas herdeiras da linhagem da Multidão. São espaço que guardam, como potência, importantes chaves de transformação social para o século XXI.

Agora segue um questionamento que fará passagem ao próximo capítulo. As favelas são historicamente centros de resistência ao Capital. Mantém ativas forças de transformação contidas no cotidiano, no vínculo comunitário, na imanência da vida. Em certo sentido, correspondem à parcela menos domesticada pelo Capital nos grandes centros urbanos. No entanto, sua esfera de poder ainda é limitada... Não tem acesso direto aos restritos espaços onde se fazem os jogos de poder. Mas o que aconteceria, se as forças da Multidão num lance estratégico entrassem de forma orgânica nos circuitos dos fluxos de poder: no campo do conhecimento acadêmico, nas redes de produção cultural da cidade, nas esferas de construção de políticas públicas, na apropriação de dispositivos e técnicas de comunicação? A apresentação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM pode trazer algumas dessas respostas.

Capítulo 2

CEASM: UM PROJETO POLÍTICO DA MULTIDÃO NO SÉCULO XXI

2.1 - Uma Alternativa Que Vem dos Moradores.

A abertura desse capítulo traz uma afirmação que pode parecer de presunção e ousadia sem limites: O Centro de Estudos e Ações Solidária da Maré – CEASM é um projeto político cuja importância se mede em termos de cenário geopolítico mundial. Ok! Mas por que? Não só pelo conjunto de projetos que desenvolve abrangendo as 16 comunidades da Maré. Nem apenas pela proposta de fazer intervenção social em níveis profundos das redes sociais locais em suas dimensões culturais, educacionais e comunicativas. É uma afirmação que não se sustenta só pelo fato de a entidade acessar, a partir da instância comunitária, esferas de reprodução de poder e saber global. Nem mesmo se justifica somente pela imensa complexidade social da Maré ou pelo caldeirão de problemas sociais em que se transformou o Rio de Janeiro. O que permite posicionar o CEASM em destaque entre o movimento de atores na geopolítica contemporânea é um pouco de tudo isso também. Mas é, principalmente, o fato de representar a ativação e a reconfiguração de uma poderosa conjuntura de forças políticas no seio da Multidão, das minorias empobrecidas que habitam a periferias do século XXI. Eis uma breve descrição do CEASM.

É partir do reconhecimento da falência da política social do governo neo-liberal – incapaz de gerar melhorias efetivas na condição de vida da população local em setores cruciais no mundo globalizado, como a Educação – que surge o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré: o CEASM. A entidade é fruto da iniciativa de um grupo de moradores que cresceram em alguma das comunidades da Maré, pessoas já com experiência de participação em diversos projetos que materializaram transformações positivas na vida das comunidades do bairro. São homens e mulheres, conhecedores e inseridos no imaginário e no cotidiano da população local, representantes de um reduzido grupo de moradores que conseguiu furar o cerco da exclusão social e chegar às universidades.

Eis, talvez, o mais poderoso trunfo do CEASM em sua atuação na Maré: a percepção ampla das dinâmicas de exclusão social vivenciadas no dia-a-dia do morador, o conhecimento de como as forças globalizantes atuam na fragilização das redes sociais locais que formam e regem a vida no bairro: a família, entidades esportivas e educacionais, grupos culturais e religiosos. É dentro da proposta de uma intervenção efetiva nessas diferentes redes de pertencimentos, formadas pelo cotidiano dos moradores, que se enraíza a proposta do CEASM. Principalmente, em relação ao jovem, por sua vulnerabilidade diante das violências sociais existentes no Rio de Janeiro. Dessa forma, fica mais fácil visualizar os contornos que delimitam a ação da entidade no espaço social da Maré. Uma ação integrada de diferentes e complexas áreas de atuação: Educação, Memória, Cultura, Trabalho, Comunicação.

Não é coincidência que a entidade tenha surgido inicialmente com a proposta de um curso de pré-vestibular (CPV) para os moradores da Maré⁵⁷. O curso foi implantado no início de 1998 e marca um momento de transição nas lutas sociais no bairro. No histórico dos movimentos sociais da comunidade, o foco era geralmente dado a situações críticas, que afetavam de forma imediata a vida do morador. Ou, então, a reivindicação de aquisições de infra-estrutura urbana básica: esgoto, luz, água encanada. Remexendo a história da região, não é difícil encontrar exemplos de mobilização da população local. No final da década de 70, moradores e associações de diversas comunidades da Maré se organizaram para pressionar o governo federal e evitar a remoção pelo Projeto Rio. Outra experiência de luta popular aconteceu na Nova Holanda, no início da década de 80. Foi quando a Chapa Rosa, formada em sua maioria por mulheres, venceu a eleição para associação de moradores da comunidade, desbancando o grupo conservador ligado à Fundação Leão XIII. Esse movimento foi responsável por diversas conquistas de ordem de infra-estrutura para as comunidades da região. No entanto, com a presença do CEASM no cenário social da Maré, cria-se uma nova perspectiva de reivindicação comunitária: a aquisição de bens culturais como caminho para conquista da cidadania.

⁵⁷ De acordo com dados do IPLAM-Rio, de 1997, a taxa de analfabetismo entre os moradores da Maré acima de 15 anos corresponde a 18,6% da população do bairro. A média entre as comunidades populares cariocas é de 15,3 %. Na Cidade do Rio de Janeiro, essa média fica em torno de 6%.

Dentro dessa perspectiva, não é difícil compreender o porquê de as ações do CEASM iniciarem-se com um curso de pré-vestibular comunitário. As duas primeiras turmas do CPV-Maré começaram em 1998, com 130 alunos improvisados em duas salas emprestadas por uma das igrejas católicas locais. Os professores foram recrutados nas comunidades do bairro entre aqueles que cursavam ou já tinham completado o ensino superior. No início, a base do trabalho era voluntária. A ajuda financeira de empresas e entidades externas, como a Light, a Secretaria Municipal do Trabalho e a Embaixada do Canadá, permitiu uma melhor estruturação do curso, o pagamento de bolsas para os professores e a conclusão das obras na sede da entidade – um espaço cedido pela associação de moradores do Timbau.

Hoje, o CEASM ocupa um prédio de 3 andares no Morro do Timbau, uma das comunidades do bairro. É uma constante entre os visitantes de primeira vez, ficar espantado com a infra-estrutura da sede da entidade, onde existem 4 salas para 70 alunos equipadas com televisão e vídeo. Conta também com uma biblioteca popular e um laboratório didático voltado para alunos do ensino médio e fundamental. O espaço abriga um parque de comunicação local, composto pela redação de um jornal comunitário e diversas oficinas como produção de vídeo, fotografia e produção gráfica. Além disso, sedia o arquivo histórico dona Orosina. Atualmente o CEASM tem, como outros espaços, uma sede na Nova Holanda e a Casa de Cultura, que está sendo idealizada como um centro cultural para a região.

O CPV-Maré integra a Rede de Educação do CEASM, que é formada por outros projetos, como as turmas do curso preparatório para o ensino médio e de 5ª série, voltadas para estudantes que farão provas para escolas técnicas. Essas turmas servem de estágio e apoio para os universitários da Maré, que ministram aulas como monitores. Também fazem parte da Rede de Educação outras iniciativas, como uma biblioteca para estudantes do bairro. Além de um projeto denominado Programa de Criança, feito em parceria com a Petrobras, que desenvolve atividades culturais envolvendo cerca de 1450 crianças de 8 escolas públicas na Maré.

Outro trabalho da Rede de Educação é o Núcleo de Línguas Estrangeiras, um convênio com a faculdade de letras da UFRJ. Cerca de 180 alunos se dividem em turmas de

inglês, espanhol e italiano. O curso de línguas evidencia uma característica do projeto político do CEASM: apesar da proposta de atuação local, a entidade não está desconectada das dinâmicas sociais do mundo globalizado. Essa constatação é corroborada por outro campo de atividades desenvolvido pelo CEASM. Na entidade, é possível fazer cursos práticos de informática que abrangem desde o nível introdutório até programas avançados e específicos.

É interessante observar que o caminho trilhado pelo CEASM em seu trabalho social em prol da conquista de níveis mais plenos de cidadania na Maré passa pela inserção do morador nas tendências sociais da globalização. Não como mais um elo entrelaçado na agrilhante cadeia de consumo. Mas no papel de um sujeito crítico e politicamente ativo na sociedade em que vive. É a luta pelo rompimento da lógica excludente capitalista, que tem mesmo dificuldade de imaginar a figura do *favelado* falando italiano e espanhol, fazendo doutorado em universidades ou manuseando tecnologias como a internet e modernos programas de informática. Pode-se dizer que, em essência, a ação política do CEASM opera dentro de uma perspectiva dialógica entre poder local e sociedade global. É um fato que fica explícito na gama de parceiros da entidade: governo federal e municipal, empresas públicas e privadas, instituições de pesquisa e universidades.

Essa característica dialógica do CEASM serve de álibi contra as principais críticas e acusações dirigidas aos movimentos de cunho comunitarista: o perigo representado pela ação de grupos revestidos de caráter fechado e conservador, que têm como projeções macrosociais mais negativas o fundamentalismo e o ultra-nacionalismo. Dentro dessa perspectiva de intervenção no espaço geográfico e social da Maré, surge como necessidade intrínseca do trabalho o resgate da cultura local e o estudo dos fóruns de intercâmbio cultural com a sociedade. Esse é o objetivo da Rede Memória. A rede foi idealizada como instrumento de registro e resgate das práticas cotidianas desenvolvidas pelos moradores da Maré e que concorrem para a formação de um sentido de identidade da população local. O trabalho da Rede de Memória se estrutura em diferentes níveis.

Dentro da proposta de ação da Rede Memória está prevista a coleta e processamento das informações e dados sobre a vida do morador em diversas linguagens: fotos, fitas de vídeo, documentos escritos e registros da história oral dos moradores – principalmente dos

mais antigos, arquivos vivos da memória dos primeiros passos da construção da comunidade. Num outro estágio do trabalho, a Rede Memória pretende a difundir o acervo para a comunidade na forma de produção de cartilhas, exposição de fotos e veiculação na mídia. Diversas exposições fotográficas dentro e fora do bairro já foram realizadas, além de um seminário sobre a História do Rio, vista sob o ponto de vista dos subúrbios.

Vale destacar que o trabalho da Rede Memória se direciona no sentido de promover o fortalecimento de um vínculo interno de identidade do morador através da valorização da história e das práticas cotidianas locais. Essa atuação busca a criação de canais que possibilitem o surgimento de uma nova percepção do vínculo comunitário entre os moradores da Maré. Não mais o sentimento de comunidade fornecido pela experiência coletiva de exclusão e discriminação da população, mas um sentido comunitário orientado pela identidade histórica, cultural e do cotidiano dos moradores. O CEASM também é sede do Observatório Social da Maré, que tem seu núcleo formado por universitários do bairro e que pretende se constituir como um pólo local de pesquisa, reunindo dados históricos, sócio-econômicos e culturais da região.

Outro importante espaço do CEASM é a Casa de Cultura da Maré. Situada nas proximidades da Linha Vermelha e da Avenida Brasil, a Casa de Cultura é uma espécie de braço de atuação do CEASM no Campo Cultural. A idéia é que o espaço se transforme num equipamento capaz de promover o intercâmbio cultural entre diferentes moradores da cidade, além de funcionar como um aglutinador de iniciativas de produção cultural local encaminhadas pelo CEASM. Estão nos planos da entidade a implantação de uma escola de música, de dança e um centro de produção teatral. Também está sendo idealizada, para a Casa de Cultura, a construção do museu histórico da Maré. Um outro projeto previsto para o local, ao se concretizar, terá um grande impacto no bairro e em toda região da Leopoldina. Será a construção do Cine-Maré Estação – uma parceria entre prefeitura e Grupo Estação de Cinema para implantar duas salas de projeção na Casa de Cultura.

2.2 – O *Ethos* Local em Busca da Consciência Universal

Em termos administrativos, o CEASM é dirigido pela diretoria fundadora e por um grupo colegiado formado por diferentes representantes dos projetos. A concepção de intervenção social da entidade está hoje dividida em 3 grandes redes, onde se agrupam os projetos, que são idealizados para atuar de forma interconectada: Rede de Comunicação, Rede de Educação e Rede de Cultura. É um planejamento conceitual que por si mostra o quão profundo se pretende ir num projeto de intervenção no tecido social local. Em termos jurídicos-administrativos, o CEASM se caracteriza como uma entidade civil sem fins lucrativos, uma ong. No entanto, mais interessante do que observar a racionalidade organizacional, é perceber a configuração mais interna de forças que estão por trás da formação do CEASM.

O surgimento do CEASM é resultado de uma rara conjunção de fatores que caracterizam a entidade como um fenômeno extremamente singular. Primeiro, o grupo fundador é formado por moradores e ex-moradores de alguma das comunidades da Maré, representantes de uma das áreas de favelas mais extensas e populosas do Rio de Janeiro. São também pessoas que atingiram a formação de graduação ou pós-graduação em diferentes universidades; e que mesmo após a ascensão do padrão sócio-econômico de vida continuaram ligados à Maré: seja pelo vínculo territorial de moradia, seja pelo envolvimento no campo social. Além disso, parte do grupo já tinha longo histórico de envolvimento político com causas comunitárias na Maré e em cenários políticos mais amplos.

Dentro da obtusa visão com que imaginário social reconhece os espaços de favela, imagina-se sua população como uma massa social uniforme e homogênea, o que representa antes de mais nada um *pré-conceito* social desvinculado do real histórico. É esse pensamento, o responsável pelo discurso tão propagado na mídia de que todos os jovens moradores de espaços populares são traficantes em potencial. Nada é mais errado. Um olhar atento e desarmado desses *pré-juízos* percebe que as favelas são intrincados complexos humanos formados por imensa multiplicidade de grupos e redes sociais. É uma imensa gama de personagens que vão desde as pessoas que moram nas áreas periféricas da própria favela – vivendo situação de pobreza e exclusão num território já marcado pela

escassez – até os grupos que se apresentam com a estrutura sócio-econômica de uma classe média.

Cada grupo faz suas trajetórias de vida em redes sociais distintas: integração a instituições locais, trânsito a espaços da comunidade e da cidade, campos de relacionamento social. Dessa maneira, um jovem que atua como gerente de uma boca de fumo na Vila do Pinheiro, percorreu redes sociais diferentes das de um universitário da Nova Holanda. E este, por sua vez, tem trajetória diversa da do rapaz da Baixa do Sapateiro, que trabalha como vendedor numa sapataria no vizinho bairro de Bonsucesso. Em linhas gerais, para cada fluxo específico em redes sociais distintas, diferentes formas de construção como sujeito. Nesse sentido, seria interessante perceber que a formação do CEASM representa a institucionalização de uma rede extremamente diferenciada e pouco numerosa no bairro: os que fizeram um trajeto de conclusão do ensino superior.

Aqui é preciso resgatar o sentido mais interno da palavra instituição, que no senso comum foi substancializada na idéia de um prédio, a sede de uma organização, um grupo de trabalho, uma instância de representação social. Perde-se de vista o sentido de movimento caracterizado pela cristalização de forças sociais que dão origem à estrutura institucional. O filósofo canadense Kenneth Schmitz⁵⁸ aborda a questão da instituição como a estabilização de um conjunto de práticas, idéias, estratégias e pensamentos, que se solidificam numa forma definida e organizada com o objetivo de assegurar o bem comum do grupo e representar as vontades coletivas do corpo social. Para Schmitz, a idéia de comunidade como substância tem um caráter vago e ilusório. São essas estabilizações de processos sociais, as instituições, que dão forma visível à sociedade: a linguagem, os sistemas políticos, a ciência, a tecnologia, formas culturais, organizações sociais.

Mas que práticas, estratégia, experiências e visões de mundo estariam cristalizadas na forma-instituição CEASM? Algumas pistas são dadas pelo geógrafo e educador Jaílson de Souza,⁵⁹ em seu livro *Porque Uns e Não Outros: caminhada de jovens pobres para a universidade*. Jaílson é um dos fundadores e atuais diretores do CEASM. Em sua tese de doutorado, o ex-morador da Nova Holanda entrevistou uma série de moradores que

⁵⁸ Schmitz, K., 1995.

⁵⁹ Souza, J., 2003.

concluíram a formação acadêmica, mapeando constantes e especificidades em suas estratégias educacionais, campos de socialização local e o fluxo por redes sociais que permitiram, num ambiente marcado pela vulnerabilidade econômica, se chegar à universidade.

Jaílson considera que a vida nos espaços populares é fortemente marcada por dois vetores de forças: a presentificação e a particularização da existência. A presentificação corresponderia a uma existência permeada pela cotidianidade, que super valoriza o “*aqui e agora*” em detrimento de um projeto de futuro compreendido como um retorno a longo prazo. Nesse sentido, as limitações das referências temporais inviabilizariam o desenvolvimento de práticas utópicas individuais e coletivizadas. A essa falta de referências temporais, se associa o particularismo espacial. Os jovens inseridos nesse contexto tendem a participar de redes sociais restritas sem inserção em campos mais diversificados. Para este grupo, o espaço de sociabilidade limitada passa a ser o ponto de partida e chegada da sua existência. O desprezo ao futuro e ao passado, faz com que os jovens de espaços populares caiam na busca do imediato e tornem-se homens-consumidores de bens *efêmeros*, materiais e simbólicos.

Em seu livro *Porque Uns e Não Outros*, Jaílson posiciona os universitários como um grupo específico que, através de um conjunto de fatores, ampliaram suas referências existenciais. Na entrevista com 11 moradores⁶⁰ de diferentes comunidades que obtiveram o diploma de graduação, foram mapeados pontos comuns de suas trajetórias. Um bom exemplo é a presença, no histórico de vida do grupo de uma moralidade familiar que restringia uma circulação maior ao *mundo da rua*, a instâncias da vida cotidiana local. Era uma estratégia dos pais para evitar que a formação dos filhos fosse influenciada pela *corrupção* da ambiência cultural da favela. Em paralelo e decorrente disso, outras referências culturais eram forjadas em horizontes mais amplos que o espaço local: gostos culturais de classe média, relacionamentos afetivos com pessoas de outros bairros, uso de equipamentos de lazer em outros espaços da cidade, singularidade na manifestação de

⁶⁰ Uma parte dos entrevistados fizeram parte do grupo fundador do CEASM e atualmente compõe sua diretoria. Outros, em algum momento, tiveram participação em projetos da entidade.

padrões estéticos. Todo esse movimento caracterizou a formação de sujeitos marcado pela ampliação de um espaço-tempo existencial, de um processo de *desterritorialização*.

É esse movimento que está impregnado no DNA do CEASM. Mesmo alguns chavões utilizados na conceituação do projeto político da entidade refletem esse princípio: “*Cidadão da Maré, Cidadão do Mundo*”, “*Pensar o Mundo a partir da Maré, e a Maré a partir do Mundo*”. O *Ethos* que abriga o conjunto de valores que permeia a existência do CEASM, enquanto projeto político, é de natureza expansiva: na direção de interação com outros espaços, em busca de acesso ao patrimônio de conhecimento e herança cultural da sociedade como um todo, na apropriação de dispositivos de poder que normatizam a vida social. É um *Ethos* que se expande, sem se descolar de sua base local.⁶¹ Nesse sentido, o famoso polinômio global-local, tão discutido nas análises sociológicas da globalização, se refere bem menos a pólos opostos de força; mas num movimento de ampliação do espaço-tempo da existência, daquilo que Milton Santos chama de consciência universal: o território existencial do ser sendo expandido pela apropriação de outras culturas, outros saberes, outras racionalidades, que mesclam-se com as antigas referências comunitárias.

Os projetos do CEASM refletem de forma bem precisa esse movimento do um *ethos transcendente*. É interessante observar que a Maré se caracteriza, na cidade do Rio de Janeiro por ser um espaço dotado de alto nível de urbanização em relação a outros espaços de favelas. No entanto, manifesta precários índices educacionais e econômicos. Só para se ter uma idéia, na década de 90, o número de moradores com diploma de graduação não chegava a 0,6%. Enquanto isso, o de analfabetos alcançava quase 20%. Dessa forma, uma família tinha 40 vezes mais chance de ter um analfabeto que um universitário na família.⁶² Em 5 anos de funcionamento, o CPV-Maré já conseguiu aprovar cerca de 250 jovens do bairro para universidades públicas e para a PUC-RJ. É um número que impressiona ao se

⁶¹ Uma outra manifestação comum nesse vetor de desterritorialização é visto nos moradores que buscam se descolar das referências simbólicas locais, e na oportunidade de ascensão do nível sócio-econômico, vão morar em outros espaços da cidade, perdendo o vínculo com o espaço local. É um movimento comum entre diversos moradores, usuários dos projetos do CEASM, e obriga a entidade a mobilizar estratégias de manutenção do vínculo social local.

⁶² Dados do IPPLAN-RIO, atual Instituto Pereira Passos, coletados na publicação *Quem Somos? Quantos Somos? O que Fazemos? A Maré em dados: Censo 2000*.

considerar o histórico de aprovação nas últimas décadas e a impossibilidade de grande parte dos atuais universitários de pagar um curso de pré-vestibular fora da comunidade.

Durante o curso do CPV, tenta-se disponibilizar, junto com a preparação para as provas, a ampliação das referências culturais através de vários dispositivos pedagógicos, como visitas sistemáticas a eventos culturais fora da comunidade⁶³ e aulas comprometidas em discutir questões políticas da Maré e do Mundo. O fato de partilharem a mesma experiência de vida no dia-a-dia da Maré gera, em torno de professores e alunos, uma rede de solidariedade para superar as dificuldades comuns ao grupo: formação educacional deficiente, a problemática conciliação entre estudo e trabalho, a baixa auto-estima. Símbolo de competição social, o vestibular se transforma na Maré em prática solidária. É o aluno que domina melhor uma disciplina e forma grupos de estudos com os colegas, o professor que reúne a turma em casa à noite para repassar matérias às vésperas das provas, a torcida e alegria por cada um que consegue furar o cerco da exclusão e ingressar na universidade.

O reconhecimento da condição de exclusão social do grupo gera um sentido coletivo que faz lembrar alguns aspectos do texto de Richard Rorty intitulado *Solidariedade*.⁶⁴ É o florescer do sentimento solidário na história do *eu* atomizado contemporâneo que, através da aventura e dificuldades de um pré-vestibular comunitário, se descobre como parte do *nós* mais amplo da juventude vestibulanda da Maré. Como filósofo pragmatista, Rorty vê a solidariedade menos como a identificação de uma humanidade universal e abstrata no outro. Mas no reconhecimento da mesma rede de problemas e questões cotidianas vivenciadas pelo grupo.⁶⁵ Ao mesmo tempo, surge a consciência da importância para o bairro do ingresso de moradores na esfera acadêmica. A direção do CEASM tenta aproveitar essa percepção social que o aluno ganha no decorrer do curso para estimular o retorno e engajamento do jovem no projeto de ação social da

⁶³ Muitos dos alunos vão pela primeira vez ao teatro, cinema ou espetáculos artísticos através do pré-vestibular.

⁶⁴ Rorty, R. 1989

⁶⁵ Poderia-se dizer que a vivência cotidiana no CEASM permite ao morador sair do estado de *Immunitas* para a descoberta do *munus* coletivo, a tarefa assumida diante do grupo em busca do bem comum. Em reunião de estudos do Laboratório de Estudos sobre Comunicação Comunitária, Muniz Sodré sugeriu a possibilidade de se pensar a falta originária do *munus* não numa origem, mas num princípio. Isso talvez permitisse imaginar uma comunidade não só agenciada por forças do passado, mas por projetos de futuro e utopias. O CEASM como grupo de trabalho guarda essas características.

entidade, após seu ingresso na universidade. Dessa forma, o projeto político do CEASM se retro-alimenta da própria ampliação do espaço-tempo dos moradores envolvidos nos projetos.

Um outro projeto que manifesta bem o princípio do *ethos transcendente* é o Programa de Criança, realizado em parceria com a Petrobras, que é desenvolvido em 8 escolas públicas da região, envolvendo cerca de 1500 estudantes. O projeto é formado por uma rede de educadores que oferece para as turmas, em horários extra-aula, diversas oficinas culturais, como dança, desenho, informática, teatro e capoeira. O objetivo do projeto é transformar as escolas em redes sócio-pedagógicas, que permitam às crianças tomar contato com linguagens de produção cultural que elas não têm acesso no seu dia-a-dia, propiciando, desde as fases mais básicas da educação, a ampliação do espaço-tempo existencial. É um processo que envolve a participação da família e dos professores e educadores.

Essa característica de manifestar um *ethos local* em busca da ampliação do espaço-tempo da consciência transforma o CEASM numa espécie de interface entre local e global, que pode ser identificado por diferentes binômios: Maré – cidade; cultura local territorializada – patrimônio cultural universal; dimensão comunitária – dimensão societal. Nesse sentido, a entidade promove o encontro e interação entre diferentes racionalidades sociais. Um exemplo que serve de ilustração: no CPV é cobrada uma pequena contribuição mensal que, além de servir na manutenção, funciona também com símbolo de ação não-paternalista do CEASM. É comum o estranhamento do morador: “*Poxa, se é projeto social porque eu tenho que pagar?!.*”. É uma postura que reflete um condicionamento histórico das classes populares de subserviência aos grupos de poder, e que vem sendo confrontada no dia-a-dia da entidade. Na verdade, é uma difícil busca de equilíbrio entre princípios de vida comunal e societal, solidariedade e cidadania. Um outro exemplo ilustrativo da metáfora das portas do local abertas para o mundo é a grande participação de profissionais e colaboradores de outras partes da cidade nos mais diferentes projetos. É o caso do autor desse trabalho, que possui grande autonomia para gerenciar os projetos de comunicação do CEASM.

Algumas abordagens da idéia de *ethos transcendente* ganham conotação predominantemente política. Muniz Sodré⁶⁶ sinaliza que o processo de ampliação do espaço-tempo existencial pode funcionar como forma de emancipação das redes de dominação do Capital manifestadas no controle das subjetividades pelos meios de comunicação. O pensador baiano usa o termo *Hexis Educativa* para representar o movimento da consciência no sentido de transcender os limites da eticidade circular das redes de consumo. O radical *Hexis* vem do grego e expressa um sentido de prática sem automatismo, sem submissão à moralidade condicionante de um *ethos* específico. Ao juntar as palavras *hexis* e *educação*, Muniz pretende delinear um estado de espírito marcado pela liberdade, reflexividade, discernimento capaz de se apropriar de diferentes esferas de saberes – inclusive os da ambiência tecnológica – para fazer resistência à lógica do *Ethos* midiaticizado do Mercado.

Nesse sentido, o significado de educação é o oposto do de recepção gradual de normas e conhecimentos para um melhor encaixe ao meio social. Mas é, antes, a apropriação de um conjunto de saberes que permitam ao sujeito distanciamento e reflexividade em relação ao campo tensionado pelas forças de consumo embutidas nas estruturas sociais atuais. É um estado de espírito de conhecer profundamente os sistemas sociais de dominação para estar apto a transcendê-lo. Enfim, de ter ciência da topografia dos dispositivos de controle do Capital para movimentar a consciência rumo a dimensões mais profundas da existência. Essa é a aposta do projeto educacional do CEASM.

2.3 – A Reconexão com a Macrofísica do Poder

No caso das premissas aludidas, tornam-se evidentes as referências sociocêntricas que sustentam o olhar dirigido ao espaço favelado. (...) Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares seguem esse padrão, onde as ausências são medidas, ou parâmetros que acabam agindo como elemento de desqualificação sociocultural de

⁶⁶ Sodré, M., 2002

*determinados territórios e, evidentemente, de seus habitantes. (...) Não é casual, então, que os espaços favelados sejam vistos como um espaço externo à pólis, ao território reconhecido como o lugar de exercício da cidadania*⁶⁷

O texto acima ajuda a refletir sobre a visão que os setores hegemônicos tem dos espaços de favela: um mundo apartado da cidade, uma espécie de não-cidade. É o espaço onde são relativizados os direitos garantidos pelo contrato social que regula a vida na urbe moderna: direito à igualdade, palavra, justiça, usufruto dos equipamentos urbanos de lazer e mesmo à própria vida. Como diz a velha piada: *“Todos são iguais, mas uns mais iguais que os outros”*. Já foi comentado no trabalho, a intensa resistência histórica que a favela mobilizou contra as forças do Capital ao nível da microfísica do poder. No entanto, um projeto de transformação social assentado no futuro, há de se questionar: como resolver o problema da ausência da favela como representação direta nas macroesferas onde se produz a dominação: os meios de comunicação; as instâncias de formulação de políticas públicas; os espaços de legitimação do conhecimento, como a academia.? Na luta por hegemonia política, a favela é a parte mais vulnerável do já fragilizado tecido da sociedade civil brasileira. Em termos macropolíticos, talvez se possa dizer que os espaços populares das grandes cidades apresentam historicamente uma posição de desconexão com as esferas onde transita o poder. E é esse um dos trabalhos mais prementes do CEASM e outras organizações representativas desses espaços: reconectar as favelas com os centros de poder.

Para avançar nessa reflexão se faz necessário resgatar brevemente algumas idéias do pensador italiano Antônio Gramsci,⁶⁸ fundador do partido comunista da Itália e responsável por promover, na década de 30, uma releitura da teoria marxista através da atualização de conceitos como Sociedade Civil e Hegemonia. De acordo com a teoria gramsciana, no período absolutista, que caracterizou organização de poder na Europa do século XVII, o aparelho ideológico de dominação e o Estado se confundiam. O sistema de controle ideológico era sustentado pela Igreja. Era a época da teoria do direito divino dos

⁶⁷ Souza, J et alii, 2003, p.27.

⁶⁸ É importante dizer que Gramsci é um dos pensadores de maior influência em diversas correntes da esquerda brasileira.

reis, da origem divina da soberania do monarca. Com as revoluções democrático-burguesas do século XVIII, esse cenário político muda. O Estado se seculariza e perde o monopólio de seu teológico aparelho ideológico, que possibilitava impor uma visão de mundo na ambiência cultural da sociedade. A Igreja passa para o universo da vida privada. Agora tem que disputar sua ideologia com outras ideologias igualmente privadas.

Nesse momento, muda-se a configuração do jogo político nas sociedades européias. O Estado tem de garantir sua dominação através de aparelhos privados de ideologia, capazes de impor visões de mundo consonantes com os interesses dos grupos no poder. Com o desenvolvimento das lutas sociais provocadas pelo industrialismo capitalista, surgem outros aparelhos privados ideológicos autônomos do Estado: jornais de opiniões, sindicatos, partidos de massa. O Estado já não detém um consenso natural como na época do Absolutismo. Vai ter, então, de produzir esse consenso através de aparelhos privados de dominação ideológica. Mas, agora, competindo com outros aparelhos portadores de outras visões de mundo. É esse ambiente formado por diversas instituições em disputa por prevalecer seus interesses que se chamará de Sociedade Civil. A política do Estado vai ser a resultante de uma espécie de consenso entre esse confronto de forças.

Gramsci vai trabalhar também com uma outra idéia, a do intelectual orgânico. Com a emergência da sociedade civil e sua organização cultural, os intelectuais ligam-se às suas classes de origem, disputando a imposição de suas ideologias com a de outros grupos sociais: surge o intelectual que trabalha nos jornais, nos partidos, sindicatos. Um último conceito do pensador italiano a ser sistematizado aqui é o de Hegemonia. Antônio Gramsci usa esse termo, recuperado do pensamento leninista, para descrever a dominação por consenso, através da utilização eficaz de aparelhos de ideologia, impondo uma cultura dominante para os diversos estratos da sociedade. Dessa forma, uma cultura de dominação é naturalizada pela população. Um bom exemplo seria o de uma pessoa que trabalha dia e noite para receber uma mixaria, que mal dá para alimentar sua família, mas acaba considerando isso normal, porque: *“ô mundo é assim mesmo...tem gente rica, tem gente pobre.. .cada um com a sua sina.”* Ricos e pobres entram num consenso: *A vida é assim*

mesmo. Os grupos que lutam contra as visões de mundo dominantes e que ultrapassam a espontaneidade desse movimento, são caracterizados como contra-hegemônicos.⁶⁹

Dessa forma, quanto mais plurais forem as instituições da sociedade civil, mais saudável será a forma de governo que, por sua vez, mais atenderá aos interesses de diversas classes sociais. Quando se diz que a sociedade civil brasileira é frágil, significa dizer que, por um conjunto de fatores históricos, poucas instituições conseguem fazer frente aos interesses e ao modelo cultural dominante. Diferentemente do que aconteceu na Europa, onde o proletariado foi responsável por importantes conquistas sociais, no Brasil, o processo de industrialização tardia criou um ambiente social desfavorável à formação de instituições contra-hegemônicas sólidas. O tipo de transformação social que se operou aqui foi aquela chamada de *via prussiana*, onde as mudanças são feitas de cima para baixo. É muito mais uma espécie de concessão controlada, do que conquistas da luta popular. Foi o caso da nossa primeira legislação trabalhista, uma mistura de barganha, chantagem e concessão de Getúlio Vargas.

De posse desse brevíssimo resumo de alguns conceitos gramscianos, pode-se retornar ao início do século XXI, onde as instituições e relações existentes no seio da sociedade civil são bem diversas das do Estado Clássico. Principalmente, pela emergência do poder da mídia que perpassa todas as outras instituições, transformando-se num poderoso aparelho ideológico das forças dominantes. É aquilo que Otávio Ianni chamou de *O Príncipe Eletrônico*.⁷⁰ “(...) é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando constantemente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial”⁷¹

E chega-se novamente onde toca o ponto na reflexão sobre questão das favelas. Não é preciso queimar muitos neurônios para perceber que, entre os setores menos representados no embate de forças da sociedade civil, está a população dos espaços populares. Basta observar as instâncias legitimadoras de poder na sociedade atual e

⁶⁹ Na perspectiva revolucionária de Gramsci, chegaria um ponto em que a sociedade civil absorveria o Estado para dentro dela. O Estado continuaria a existir, mas controlado pelas forças da sociedade.

⁷⁰ Essa metáfora de Ianni, faz referência ao *Príncipe* de Maquiavel e ao *Príncipe* do Estado Moderno de Gramsci.

⁷¹ Ianni, O., apud Paiva, R., *Animus*: v.I. n.2 junho-dez 2002.

perceber: tradicionalmente que grupos sociais produzem conhecimento acadêmico sobre a cidade e sobre as favelas? A partir de que esfera social é feita a representação midiática das favelas no imaginário de toda a sociedade? Quem elabora políticas públicas como o Favela-Bairro?⁷² Para nenhuma dessas três e muitas outras perguntas pode-se responder: o próprio morador desses espaços.

Fica visível aqui uma outra dimensão da tarefa do CEASM: reconectar a Maré e as outras favelas aos circuitos de poder da sociedade civil. Basta perceber que a entidade não se constitui por um grupo disperso e isolado de universitários. Mas um grupo orgânico, uma intelectualidade orgânica da favela adestrada para disputar hegemonia nos espaços onde se reproduz o poder. O Observatório Social da Maré é um bom exemplo desse movimento político, reunindo universitários e pesquisadores locais com a missão de construir na Maré um centro produtor, receptor e difusor de informações e reflexões sobre o bairro e outros espaços populares da cidade.

Um grande passo para a formação do Observatório Social foi o Censo Maré, realizado durante os anos de 2000 e 2001 pelo CEASM, em parceria com a prefeitura do Rio e o BNDES, junto com instituições acadêmicas e de pesquisa. A realização de um censo local realizado pela própria comunidade é uma experiência única. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ficou tão impressionado com a proposta que se prontificou em auxiliar e fazer parte da pesquisa. Como na maioria dos projetos da entidade, o Censo Maré teve seu corpo de recenseadores formado por moradores, que receberam capacitação para o trabalho. A análise da segunda parte do censo – correspondente às informações qualitativas sobre a vida no bairro ainda não foram finalizadas. Quando estiverem prontas, constituirão um profundo levantamento de dados específicos sócio-econômicos locais, como número de habitantes e sua origem geográfica, nível e modalidade de rendas, nível de escolaridade e mapeamento de atividades econômicas.

⁷² Vale a pena salientar que, em termos políticos as favelas cariocas foram profundamente influenciadas pela tradição chaguista, caracterizada por uma relação clientelista entre políticos e lideranças locais. O brizolismo da década de 80 é uma adaptação do sistema chaguista, só permitindo um maior acesso aos corredores do poder executivo, mas mantendo a mesma relação clientelista. Um bom reflexo disso é a dificuldade de partidos progressistas como o PT instalarem núcleos em ambientes políticos moldados por esse condicionamento social.

Com os dados do Censo Maré será possível, a partir de um conhecimento aprofundado das instâncias de vida na própria comunidade, o estabelecimento de uma agenda social de intervenção na região pelos poderes públicos, locais e privados. É uma nova forma de fazer política nos espaços populares. Já existem mesmo formulações teóricas que apontam nesse sentido. Na opinião de Ladislau Dowbor,⁷³ com o fragilização e redução do Estado-mínimo neo-liberal ocorre hoje uma nova hierarquia de espaços. Dowbor visualiza como fenômeno atual, a gradual recomposição dos espaços comunitários, permitindo novas formas de inserção do indivíduo no processo de reprodução social. A intervenção do cidadão sobre a transformação social ressurge, então, sob nova roupagem. Não mais através do eixo político-partidário ou sindical-trabalhista. Mas na organização da comunidade como espaço de ação política e de poder vinculados às potencialidades e referências locais.

Outra tarefa do Observatório Social da Maré é reunir pesquisadores e universitários para o desenvolvimento de pesquisas que incidam sobre problemas específicos da Maré e dos espaços populares. Uma pesquisa já em ação é o *Crianças Fora da Escola: mapeando violência ocultas*. Seu objetivo é detectar as redes de vulnerabilidade existencial que levam a criança a estar fora da escola. Pretende-se, com isso, propor ao poder público políticas de intervenção elaboradas a partir da análise do problema observado por dentro, pelos próprios moradores. Um outro caso de ação política criada sob influência do CEASM é a Escola de Política da Maré, instituição fundada por universitários e integrantes do núcleo local do PT. A idéia da Escola é criar instâncias de discussão política na comunidade, buscando alternativas de participação popular diferentes do clientelismo eleitoral que caracteriza a política nesses espaços.

É essa nova configuração de forças sociais que permite a ousadia de situar um projeto aparentemente comunitário como de importância em termos geopolíticos mundiais: os herdeiros da antiga linhagem da Multidão se apropriando de esferas de poder do mundo globalizado. Que potências políticas não estariam ativas na sociedade civil daqui a 5 ou 10 anos, quando estiverem graduados e pós-graduados nas universidades os integrantes dessa imensa equipe multiprofissional da favela: pedagogos, cientistas sociais, geógrafos,

⁷³ Dowbor, L., 1998

nutricionistas, historiadores, assistentes sociais, jornalistas, dentistas, advogados, profissionais da área de exatas... todos atuando juntos na construção de uma nova política para os espaços populares e para a cidade. É interessante notar que o CEASM já não é um exemplo isolado. Outras instituições representativas dos espaços de favela com projeto político semelhante começam a surgir. É o caso do Observatório de Favelas, que pretende reunir universitários e pesquisadores de diversos espaços favelizados da cidade na produção de conhecimento, pesquisa e discussão sobre as áreas urbanas a partir da perspectiva dos segmentos populares da cidade. Um exemplo de que essa roda de possibilidades está em movimento é o presente trabalho que, com todas as suas limitações, só pôde ser elaborado a partir de um campo teórico de reflexão sobre as favelas realizado por esses mesmos grupos.

É um novo quadro político que se configura nas virtualidades do século XXI que se inicia. Basta imaginar que novos agenciamentos políticos não surgiriam caso se concretizasse a profecia de Milton Santos:

“(...) a classe média começa a conhecer a experiência da escassez, o que poderá levá-la a uma reinterpretação de sua situação. (...) já que não encontram remédios que lhe eram oferecidos pelo mercado (...) ganha a percepção de que já não manda (...) elas já não se vêem espelhadas nos partidos e, por isso, se instalam num desencanto mais abrangente em relação à política (...) o passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão. (...) Mas seu papel não estará completo enquanto não se identificar com o clamor dos pobres, contribuindo juntos para o rearranjo e a regeneração dos partidos”⁷⁴

Mas fica faltando pensar uma questão. Como fazer o jogo de poder na esfera onde o Capital tem seu mais poderoso aparato de dominação: o reino da comunicação social? Essa é a resposta que se tenta dar no próximo sub-capítulo.

⁷⁴ Santos, M., 2003, p.138-139

2.4 – A Rede de Comunicação do CEASM

Na entrada do século XXI, não é exagero dizer: um projeto amplo de intervenção político-social na cidade do Rio de Janeiro, nos espaços de periferia e favelas – e mesmo em cenários geopolíticos mais amplos – torna fundamental uma devida ação no campo da comunicação. Principalmente ao se ter em mente que os dispositivos tecnológicos de mídia são hoje o alicerce sobre o qual se escoram as dinâmicas de poder na globalização. Antigas instâncias do mundo moderno, onde se realizavam as mediações culturais e sociais responsáveis pela formação do sujeito, gradualmente se esvaziam: a escola, a Igreja, o Estado, o espaço público, a família, os partidos e sindicatos... É a mídia quem assume de maneira cada vez mais efetiva o papel da educação, da formação das subjetividades e das formas de pensar e sentir o mundo – um trabalho que, em última instância, representa os interesses do Capital transnacional.

Estas questões ganham contornos mais dramáticos quando se observa que espaços populares como as favelas, zonas de periferia e grupos de minorias representativas habitam o imaginário social sob representação dos discursos de ausência, do preconceito, da descomplexificação. No jogo da dominação social, são hoje os dispositivos de mídia quem se apropriam, confirmam e disseminam formas estéticas e discursivas que pouco ou nada têm a ver com o cotidiano desses grupos. É todo um aparato de produção social sem compromisso com um aprofundamento de formação ético-política, com a valorização do patrimônio cultural local ou fortalecimento de instâncias de identidade. Enfim, da vida social manifestada em dimensões mais profundas.

Ao se pensar um projeto como o CEASM – que tem em seu cerne a idéia de emancipação social através da cultura e da educação, na ampliação do espaço-tempo de consciência do morador, na mobilização de uma comunidade política que se organize a partir das especificidades locais para atuar no global – é crucial e estratégica a materialização de um projeto alternativo de comunicação. Na verdade, o que se idealiza é um projeto capaz de fazer uso de diversas formas de linguagem e produções estético-discursivas capazes de interagir com o campo-consciência da população local no sentido de construção de sujeitos políticos ativos. Uma proposta de comunicação que respeite e seja adequada às peculiaridades e condicionamentos cognitivos dos moradores do bairro – e que

possa mesmo deslocar esse campo cognitivo para outras esferas de produção cultural. O que se delineia então é a formação de um centro de produção multimídia que, na sua idealização arquetípica, seria formado por:

- Jornal *O Cidadão*
- Núcleo de Produção Áudio-visual e TV Maré
- Núcleo editorial Maré das Letras
- Rádio Maré-Manguinhos FM
- Portal na Internet

Mas que tipo de implicações sociais teria a construção de um parque local de comunicação comunitária na Maré? Essa é uma questão que se bifurca por dois caminhos. Um deles é mais fácil de visibilizar: é a intervenção social dentro dos limites culturais do próprio bairro. No entanto, existe uma outra ponta de ação dos projetos de comunicação comunitária ainda pouco comentada nas análises da academia: é o impacto de uma rede local de comunicação na ambiência sócio-cultural da própria cidade.

Primeiro, uma reflexão sobre a importância de uma rede de comunicação local. Disponibilizar para a população do bairro essa mega estrutura de comunicação comunitária atuando de forma massiva na produção de discursos, imagens, informações, reflexões e outras interações culturais e simbólicas permite vislumbrar uma vasta gama de intervenções sociais. Uma delas é simples de perceber: partilhar com resto da população local as reflexões, pesquisas, trabalhos, experiências e propostas do CEASM. Isso se refere menos a uma imposição de ordem ideológica. Mas, antes de tudo, diz respeito ao uso dos dispositivos de comunicação para partilhar com os moradores uma complexificação das questões locais, da contextualização e visibilização das forças políticas responsáveis pela desigualdade social que se reflete no cotidiano do bairro. É a tentativa de promover o aprofundamento da visão de mundo a partir do resgate da história e cotidiano local, das pesquisas e estudos desenvolvidos sob a ótica de referência dos espaços populares – São perspectivas inseridas nos temas e pautas de diferentes projetos do CEASM.

Vale frisar que a intervenção de uma estrutura local de comunicação vai além da questão do conteúdo. A Maré possui uma matriz cultural rica, complexa e em movimento

de mutação. Tradições como Folia de Reis e cultos de Umbanda estão desaparecendo, enquanto outras manifestações culturais vêm à tona. Implantar uma rede de comunicação comunitária significa intervir de forma significativa nesta matriz cultural local com produtos de natureza política e educativa. É o que acontece com o jornal *O Cidadão*, já há 5 anos inserido no ritmo de vida do bairro. A própria existência de jornal, TV e rádio local por si ajuda a desmistificar e desnaturalizar o processo de *construção de verdades* das outras mídias. Trazer tecnologia de comunicação para dentro de um espaço social como a favela torna mais visível o processo escondido de produção da *realidade* pelos grandes veículos de comunicação. Ao se estruturar um núcleo local de produção de discursos relativiza-se a máquina hegemônica de construção do real em que se transformou a mídia. Fica mais claro que o jogo discursivo não passa de produção cultural realizada dentro de uma base tecnológica e feita a partir de lugares e interesses específicos.

Outra missão de um sistema de comunicação comunitária é verter para a população imagens e informações ligadas aos contornos de sua praxis cotidiana de vida. É fortalecer as redes locais de solidariedade, de pertencimento, das estratégias do dia-a-dia. Ampliar os canais de pressão e reivindicação da população. Esse é sempre um dos aspectos mais importantes dos projetos efetivos de comunicação popular: o momento em que o morador entrelaça os fios de uma rede de comunicação local com as tranças de sua própria praxis cotidiana... Como público, produtor, crítico, gestor. É uma missão difícil. Principalmente, levando-se em conta que 20 anos de ditadura política e a estrutura verticalizada da mídia – que exclui a população da produção da informação – condicionaram o pobre cidadão comum a uma postura acrítica e muito menos participativa no processo de comunicação.

A dimensão local do processo comunicativo é a parte mais visível e palpável de um projeto de comunicação comunitária. Mas cabe ressaltar aqui a cadeia de *efeitos-e-reações* desencadeados em outros espaços a partir da intervenção na esfera local. Veículos de comunicação comunitária representam a possibilidade de criar na cidade, pólos alternativos de produção cultural: linguagens, conteúdos, imagens, abordagens, racionalidades... Outras formas de representar o mundo não agenciadas pelo Capital, mas a partir das referências das minorias. Já foi dito que a sociedade civil se fortalece com o aumento e multiplicidade de suas instituições. O mesmo acontece com o ambiente cultural

das grandes cidades quando estão disponíveis na sociedade discursos pautados sob diferentes visões de mundo. Não apenas o fluxo único ditado pela mídia, reflexo do interesse dos grupos dominantes. Mas a oportunidade de contactar formas de representação de mundo construídas a partir de diferentes lugares. Se a produção midiática é o lugar da superficialidade, da padronização estética, da informação-espetáculo, da representação da favela como o *outro*... veículos de comunicação comunitária podem ajudar a resgatar no imaginário social a idéia do *nós*, da dimensão humana mais profunda, da reflexão social. Nesse sentido, a comunicação comunitária é um potencial canal de diálogo entre os diferentes grupos que habitam a cidade.

O próprio CEASM sabe que a solução dos problemas da favela não se encontra só nesses espaços. Mas também nas dimensões mais amplas da própria cidade e do país. Não adianta só a Maré ter um centro de produção multimídia. É preciso que outros espaços populares, como Jacarezinho, Rocinha, Alemão e Cidade de Deus, também se constituam em pólos de comunicação local.⁷⁵ Um outro exemplo: mesmo com a eficácia de um sistema de comunicação comunitária, essa atuação não se completa se a grande mídia continua representando as favelas sob a ótica dos discursos de ausência e com pautas que espetacularizam e banalizam a vida nesses espaços. A construção de canais de diálogo com a mídia formal torna-se importante. A simples substituição de termos calcados na ausência como *comunidade carente* já produz efeitos importantes no imaginário social. O mesmo se pode dizer a respeito do aprofundamento das pautas que fujam dos lugares comuns: violência, pobreza, exotismo.

Por estar conectado a essa dimensão mais ampla da comunicação comunitária que o CEASM é um dos fundadores do Fórum de Comunicação Comunitária do Rio de Janeiro – FOCCO-RJ. O Fórum tem como base de formação um grupo inter-institucional composto por: Universidades (UFRJ, UERJ, PUC, UFF); instituições de Mídia (Canal Futura); organizações que desenvolvem ações de comunicação local ou voltadas para a praxis da cidadania (CEASM e Viva-Rio) e organizações que atuam na pesquisa e

⁷⁵ Pensa-se aqui em projetos políticos efetivos de comunicação. A maioria desses espaços possui veículos de comunicação comunitária como rádios e jornais. No entanto, por um conjunto de fatores, esses veículos não se constituem em instrumentos políticos. Um exemplo disso é que grande parte das rádios comunitárias do Rio de Janeiro são rádios comerciais locais de baixa potência.

formulação de políticas para espaços de periferia, como o Observatório de Favelas. A idéia do FOCCO é atuar junto aos diferentes movimentos e grupos que lidam com a comunicação na cidade com o objetivo de se transformar numa instância intermediária capaz de negociar conteúdos com a grande mídia e proporcionar suporte aos movimentos de comunicação popular.

Um outro aspecto da comunicação comunitária que transcende os limites da atuação local diz respeito a uma dimensão mais profunda da experiência de vida do homem no mundo moderno: é o servir de contraponto à racionalidade técnica que estrutura consciência e vida humana hoje nos tempos de pós-modernidade. Só para refletir: das pequenas às grandes coisas no cotidiano das grandes cidades, a vida se envolve numa imensa armadura técnica que passa despercebida. Quando se ascende uma lâmpada no quarto, não se tem em conta a quantidade de processos técnicos responsáveis por levar a luz desde a usina hidrelétrica até o interruptor das casas. Quando, como opção de lazer, se liga a televisão para assistir a um programa dominical, também não se pensa na complexidade técnica que isso envolve: dos sistemas de produção e transmissão ao próprio aparelho. Tudo é muito fácil: aperta o botão e acontece... Até mesmo o presente trabalho, para ser realizado, fez uso de sistemas técnicos que não estariam disponíveis 15 anos atrás – me levando a pensar que não conseguiria concluí-lo sem as facilidades do computador. Essa é uma característica crucial da vida moderna, acentuada pela pós-modernidade: um mundo que se realiza através da técnica. É o que pensadores como Martin Heidegger deram o nome de *Ge-Stell*, que significa *armadura técnica* que envolve o mundo ou *imposição da técnica*. E não diz respeito só a um condicionamento cultural, mas a um estado mesmo de consciência atual.

Acompanhando o pensamento de Heidegger, Gianni Vattimo⁷⁶ lembra que essa imposição da técnica é responsável por uma experiência de vida planificada, mecanizada, marcada pelo racionalidade instrumental e orientada pelo pensamento imediatista e superficial. O próprio desenvolvimento dos meios de comunicação deixou a mostra o poder da *Ge-Stell*, da imposição da técnica como forma de dominação, que se entrelaça nos interstícios da vida. É um vetor de desenvolvimento tecnológico onde o homem deixa de

⁷⁶ Vattimo, G., 1988.

dominar a técnica e passa a ser manipulado por ela. Esse tipo de pensamento se reflete na produção da indústria cultural de massa em diferentes filmes: *Matrix*, *Blade Runner*, *Inteligência Artificial*. No entanto, Vátimo recusa a volta a um estado idílico de não-técnica. O que defende é a utilização da técnica a partir de novos agenciamentos. Não mais determinado pelo vetor maquínico de dominação. Mas a humanização da técnica, posta a serviço de dimensões filosóficas e culturais mais profundas do ser humano, das necessidades imanentes ao bem comum e ao cotidiano.

Essa perspectiva de realinhamento da dimensão técnica com o humano vem à tona quando se analisa a etimologia da palavra *dispositivo tecnológico*. *Dispositivo* vem do latim *dispositus* (*disponere*). Quer dizer disposto, organizado de um lado a outro de uma determinada forma. Esse campo de ordenação comporta 2 aspectos: um é o lado passivo, de algo que está disposto, disponível para a utilização. Mas também reflete um vetor ativo onde é a organização já dada que formata e condiciona a pessoa para aquela forma de ordenação. Esta segunda forma de organização condicionante, na qual a técnica põe as pessoas em disponibilidade é o vetor principal da *Ge-stell* nos tempos de hoje. Nesse ponto, as favelas e periferias onde se desenvolvem projetos de comunicação comunitária são espaços onde se torna possível mudar o vetor de atuação da *Ge-stell*. Não mais a tecnologia *tecnicizando* e formatando a consciência humana. Mas a técnica sendo reinvestida por aspectos mais profundos da consciência humana: o social, o filosófico, o solidário, o bem comum. É a incorporação do ambiente técnico por vetores ligados não à reprodução do Capital. Mas das instâncias culturais não-hegemônicas, da reflexividade mais profunda, da dimensão ético-política da existência. Quem sabe esta não seria mais uma das chaves guardadas nas favelas para a transformação social no século XXI?: Serem espaços de humanização da técnica, de reinvestir a *Ge-stell* pela potência da Multidão.

Aqui chega-se num ponto em que pode-se perguntar. “*Bem...são perspectivas muito bonitas. Mas até que ponto é possível materializar essas idéias no real-histórico?. Não é muita utopia pensar num centro de produção multimídia na favela?*”. A resposta para estes questionamentos pode ser dada descrevendo o que já se materializou dentro da Rede de Comunicação do CEASM.

Sobre a Rádio. Atualmente, o CEASM e a Fio-Cruz se mobilizam em parceria para montar uma emissora comunitário-educativa. É a Rádio Maré-Manguinhos que abrange a Maré e a região de Manguinhos – um conjunto de comunidades populares vizinhas.

Sobre o Pólo de Produção Áudio-visual. Com a ajuda de financiamentos de entidades como BNDES e INFRAERO, há quase 4 anos o CEASM vem promovendo oficinas culturais de comunicação: produção de vídeo, fotografia, produção gráfica. No rastro das oficinas foi possível montar um núcleo de produção equipado com uma ilha de edição não-linear e uma câmera digital. É um nível de estrutura técnica rara em comunidades populares. A experiência dos 3 anos do curso de vídeo resultou em vários momentos na formação de jovens ambientados com as técnicas de produção para vídeo e cinema em seus diversos processos e estágios: elaboração de roteiros de documentário e ficção, operação de câmera, direção, edição e finalização. O chamado Núcleo de Produção Áudio-visual da Maré já tem no currículo mais de 12 curta-metragens inteiramente realizados no bairro pelos próprios alunos. Um dos objetivos desse núcleo é criar uma dinâmica constante de produção em vídeo e cinema que possa circular na comunidade e em diferentes espaços da cidade. Diversos trabalhos do grupo já foram selecionados para várias edições da Mostra Jovem do FestRio de Cinema, com direito a exibição no Cine-Estação Botafogo. Foram trabalhos experimentais e, de certa forma, incipientes em termos de conteúdo e linguagem. Mas só o fato de a Maré entrar como produtora neste sofisticado circuito de produção cultural já é altamente significativo. Por diversas razões não se conseguiu estabilidade e constância na produção. Ainda assim, está nos planos da Rede de Comunicação investir na criação de uma TV comunitária com transmissão a cabo e na consolidação do núcleo de produção áudio-visual.

Sobre a Editora. Em março de 2004 será lançada a Editora Maré das Letras, responsável pela publicação do livro *Lendas e Contos da Maré*. Durante meses, alunos do curso de produção literária das oficinas culturais do CEASM pesquisaram e entrevistaram antigos moradores do bairro, colhendo depoimentos sobre contos e histórias que habitavam o imaginário da população mais antiga. São contos como: *a Figueira Mal-Assombrada* do Timbau; *O Porco com Cara de Gente* nascido na Baixa do Sapateiro; *O Ensopado de Cobra*, cuja protagonista ao comer ensopado trocava de pele no verão. Os textos foram

escritos pelos próprios alunos misturando depoimentos e ficção narrativa. O apoio da INFRAERO permitiu a publicação do livro. A idéia é disponibilizá-lo à população por baixos preços, além de distribuir a obra em bibliotecas públicas e outros espaços da cidade. De um lado, reforçam-se vínculos de identidade local, das referências culturais dos moradores mais antigos que gradualmente se esvaecem da cultura da Maré. Num outro aspecto, disponibiliza-se para a cidade visões de mundo construídas a partir de referências não-hegemônicas, permitindo uma nova leitura dos espaços de favelas. A idéia da editora é se tornar um núcleo editorial capaz de produzir livros, cartilhas, agendas, folders, materiais didáticos e outros produtos impressos de natureza cultural e educativo construídos a partir das referências dos espaços populares.

Não se pode deixar de comentar: o simples fato de um grupo de moradores de um complexo de comunidades populares se apropriar de sofisticadas técnicas de produção cultural, como livro e cinema, já constitui uma profunda ação política. São produtos culturais da decantada modernidade de elaboração monopolizada pelos grupos ligados ao poder econômico. Ninguém é louco de dizer que é coisa rotineira fazer livro e cinema nas chamadas *favelas brasileiras*. Muito menos orientar as informações e discursos veiculados nessas produções a partir das necessidades e referências locais. São provas concretas de que é possível fazer a *Ge-Stell* moderna ser incorporada pelos valores da Multidão.

No entanto, o exemplo mais efetivo da Rede de Comunicação vai ser descrito no terceiro Capítulo: é O Cidadão, o Jornal do Bairro Maré.

2.5 –Pequeno Apêndice sobre Comunicação e Poder

Sem dúvida, o carro-chefe responsável pelas transformações promovidas pela globalização é o acelerado desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. Palavras desconhecidas há 50 anos, como transmissão via satélite e internet, promovem hoje um fluxo inimaginável de imagens e informações através do globo. Recantos e culturas remotas do planeta são conectados às metrópoles mundiais em tempo real via tela de computador ou televisão. Conferências são realizadas sem a presença física das pessoas. Mesmo conceitos como tempo e espaço, cristalizados no curso dos séculos pela civilização ocidental, se esvaecem nas brumas da tecnologia digital.

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o Capital consegue sua mais fabulosa máquina de dominação: onipresente, invisível, poderosa, inofensiva, doce, arraigado no profundo da subjetividade humana. Não é difícil perceber fenômenos como a virtualização da vida social e mesmo a inserção da lógica de produção midiática na praxis cotidiana dos povos. Nesse ponto do trabalho já ficou claro: não é mais possível pensar utopias de transformação social sem fazer uma releitura de mundo a partir das mutações geradas pelas mídias analógicas e digitais nas estruturas políticas e sociais da modernidade clássica. Entre outras coisas, corre-se o risco de planejar intervenção social num mundo que não existe mais. Não são poucas as teorias da comunicação que buscam redefinir um olhar para a questão da comunicação, de como a mídia espalhou o controle capitalista nas ínfimas brechas do dia-a-dia dos povos no planeta. Principalmente, pelo poder de reorganizar de uma forma bem específica instâncias da vida socio-político-cultural sob a presença imanente da batuta do Mercado na orquestração desse movimento.

2.5.1 – O Bios Midiático

Muniz Sodré considera que existe hoje uma nova forma de ambiência social criada pela mídia: *o Bios Midiático*.⁷⁷ Mídia é uma palavra usada e repetida na rotina banal dos povos, comentada e analisada por estudiosos de Ciências Sociais de todos os cantos. Mas como acontece com a massificação e vulgarização dos termos de uso corrente nas línguas contemporâneas, seu significado pode ficar um tanto obscuro e vago. O conceito de mídia usado aqui se refere mais à dinâmica social do que à estrutura propriamente dita. Para o Muniz, mídia é o medium, entidade mediadora dos tempos de pós-modernidade, formada numa equação que envolve um fluxo de informação canalizado por um dispositivo tecnológico e o efeito de criação de uma ambiência social gerada no processo comunicacional, estruturada sob os códigos de poder e interesses do mercado.

Dessa forma, mídia não é o aparelho de TV nem a programação. Mas todo o processo de interação entre público, meios técnicos, informações, estímulos sensoriais, produções estéticas, tele-realizações da vida. É a própria criação de um simulacro de existência regido pela lógica de consumo do capitalismo avançado desse início de século

⁷⁷ Sodré, M., 2002

XXI. Só para ilustrar: as meninas de 10 a 11 anos que usam shorts apertados nas festinhas de aniversário da Nova Holanda para dançar o *É o Tchan*, os inúmeros grupos de pagode que surgem nas periferias da cidade, os sonhos de sucesso dos menino que jogam bola nas escolinhas de futebol da Vila do Pinheiro... Toda essa cadeia de efeitos operada na consciência humana é Mídia.

Muniz Sodré defende a perspectiva de que a mídia – com suas injunções técnicas e sociais reguladas pela mão invisível do poder econômico – cria uma espécie de natureza paralela à vida social. Para justificar essa afirmação, o teórico baiano recorre à *Ética de Nicômano*, de Aristóteles. O filósofo grego distingue três gêneros de existência na *pólis* – o que é chamado de bios: vida contemplativa (*bios theoretikos*), vida política (*bios politikos*) e vida do corpo (*bios apolaustikos*). Cada bios é uma dimensão onde se desenrola a existência humana orientada para a busca do Bem (*to agathon*) e da felicidade (*eudaimonia*) aspirados pela comunidade.⁷⁸ É interessante anotar que Aristóteles não considera a *vida de negócios* um bios, por entender sua natureza como algo violento demais para constituir uma dimensão de existência.

Mas é justamente dentro dessa turbulência belicosa da esfera do econômico estruturada pelas tecnologias de comunicação e pelo gigantesco e acelerado fluxo de estímulos e informações – que bombardeiam de forma incessante as mais recônditas esquinas do planeta – é justamente aí, que Muniz Sodré visualiza a formação de uma nova forma de vida: o *bios midiático*. E a televisão ainda é o ícone maior desse bios, centro e poder irradiador das dinâmicas e lógicas internas dessa dimensão paralela. No turbilhão de imagens, impulsos e condicionamentos sensoriais engendrados através do dispositivo televisivo, submergem hoje os outros bios da humanidade pré-midiática. Na verdade, o bios midiático acaba funcionando como interface virtual de outras dimensões de existência antes enraizadas no real histórico.⁷⁹ Nesse ambiente de mutação tecnocultural gerado pela

⁷⁸ Tentando traduzir os bios aristotélicos talvez pudéssemos dizer: *bios theoretikos* é a vida do pensamento, *bios politikos* é a vida social e *bios apolaustikos* é a vida mais instintiva.

⁷⁹ É interessante perceber como a televisão nos últimos 30 anos foi responsável pela mudança da própria arquitetura doméstica. Mesmo em famílias de classe média baixa é comum ter TV em quase todos os cômodos. E mesmo organização do mobiliário da sala que ocupa o lugar simbólico de espaço público da casa, está toda vetorizada pela TV. Em geral, são televisores enormes que ocupam o centro do ambiente. Todo o resto parece se contorcer para se adaptar ao aparelho como se estivesse sendo sugado para dentro dele.

televisão, tempo e espaço se redimensionam. A realidade histórica se transfigura em simulacro do real, mimetizada na forma de instantâneas imagens editadas e pré-fabricadas transmitidas para todo planeta. Um novo *ethos* – radical grego referente a uma rede comum de valores e costumes – surge a partir daí. É o *ethos midiaticizado*, dimensão virtual onde pode-se habitar e construir toda uma forma de existência regida menos pela razão do que pelo circuito de estímulos sensoriais e emotivos desencadeado dentro desse novo *bios*.

Esse mundo paralelo da mídia é regido por leis internas que fazem lembrar uma versão pós-moderna do universo-espelho dos contos do escritor britânico Lewis Carol, autor de *Alice no País das Maravilhas*. Uma das características do *ethos* midiaticizado criado pela televisão é trabalhar com a lógica de hipersignificação de imagens e objetos. É o que o Muniz Sodré chama de regime indiciário da TV. São índices e signos construídos em relação de familiaridade com o público. Diante do ocaso da racionalidade reflexiva, as subliminares potências emotivas de gestos, sorrisos e comportamentos emergem com força total pelas lentes de aumento das telas de TV. Num pacto simbólico com os setores médios e populares da sociedade, iluminam-se representações do grotesco, do instintivo, do tetratológico antes ocultados sob o tapete pelo padrão civilizatório vigente. E nem precisa dar exemplo disso diante da atual programação televisiva.

É comum pensar que o controle da mídia na vida do cidadão se dá através de um comando direto, algo do tipo: “faça isso” ou “use isso”.⁸⁰ Mas na verdade, esse controle é muito mais sutil. Refere-se menos a um comando. Em verdade, diz mais respeito à construção de cenários de mundo onde as pessoas são indicadas a transitar com seus sentimentos e pensamentos, sonhos e desejos. Todos estes campos referentes à dimensão humana mais íntima acabam pautados e mesmo produzidos pela mídia. Dessa forma, o Capital não diz o que fazer. Mas estabelece os limites por onde deve circular a experiência humana. É o que se chama na teoria de comunicação de *agenda setting*. Um antigo desenho do Pateta serve de boa metáfora do que o capitalismo e seu aparato tecnológico de comunicação transformou a existência do homem nos tempos de globalização. Na animação criada pelos estúdios Disney, a consciência humana é apresentada como um

⁸⁰ Esse efeito de um comando tirano da Mídia é muito presente na Escola de Frankfurt. Não deixa de ser um vetor possível de atuação midiática – a máquina de propaganda nazista foi prova maior disso. No entanto, o vetor predominante hoje de ação da mídia é bem mais sutil do que o comando direto.

grande corredor repleto de portas em ambos os lados. Cada uma acessa a uma esfera diferente do ser: o plano filosófico e social profundo, a esfera ético-política, o campo da espiritualidade, da solidariedade, do conhecimento... O bios midiático mantém todas essas portas fechadas. Deixa abertas apenas as da emotividade exacerbada e os aspectos instintivos mais grosseiros. Corredor escuro esse onde se processa a existência do homem nos tempos pós-modernos.⁸¹

Uma última ilustração para mostrar como instâncias da modernidade clássica foram absorvidas para dentro do *Bios Midiático*. É uma breve análise do mais importante ritual democrático da sociedade brasileira, em sua mais recente versão: as eleições presidenciais de 2002. Dentre os muitos aspectos que chamaram a atenção no pleito eleitoral, o papel central representado pela equipe de marketing dos candidatos ocupa destaque especial. A natural legitimação da influência e poder decisório dos marqueteiros nas campanhas dos candidatos é sinal preocupante do esvaecimento da clássica esfera política nas brumas do universo-espelho da mídia. Se, pelo menos em sua idéia arquetípica, política era sinônimo de espaço público, retórica argumentativa, defesa de ideologias, programas de governo e todo um cenário marcado por bases de uma racionalidade moderna; hoje os tempos são outros. Política se faz nas interfaces digitais das telas de TV, convence com as estratégias e empatias construídas através do indiciário midiático, se efetiva no sempre incerto campo-reflexo dos sensorialismos e emotividades provocados no público.

E quem é essa portentosa figura do marqueteiro? É simplesmente aquele quem melhor conhece a topografia, os caminhos e as leis regentes do *bios midiático*. Marketing e mídia são termos sinônimos, estruturados sob o mesmo código do poder econômico de dominação. Ambos atuam no sentido de transformar a vida numa experiência fantasmática: da introjeção cotidiana do insaciável desejo de consumo, da espetacularização da existência, do esvaziamento do sentido. É o marqueteiro quem diz ao político o que dizer, o que vestir, como se portar, a onde ir, que alianças fazer. Antenado com o virtual campo das pesquisas de opinião, movimenta incessantemente o candidato como marionete, buscando esse ou aquele efeito no público – também habitante do mesmo bios.

⁸¹ Muniz Sodré argumenta que o estado de espírito capaz de libertar a consciência da esfera do *bios midiático* é justamente o princípio de *Hexis Educativa*, que foi apresentado num capítulo anterior.

Não é exagero dizer que Lula e o Partido dos Trabalhadores chegaram ao poder por fazer a campanha dentro das regras do *bios midiático*.⁸² Os candidatos Lula, Serra, Garotinho, Ciro eram menos representantes de programas de governo. Estavam bem mais na lógica de signos de consumo, travestidos de mídia na tentativa de melhor vender sua imagem como ilustres habitantes desse novo bios. Valiam pelo simulacro de algo. Lembram produtos da ordem de consumo como outro qualquer. Da mesma forma que as pessoas não se recordam da marca ou da cor do tênis, da camisa, da calça que compraram 4 anos atrás; também não é possível lembrar do produto-candidato. Do mesmo modo que desaparecem da memória as imagens de um capítulo de novela assistido há 4 anos, igualmente acontece com programas de governo, partidos, fatos e lutas políticas. Tudo submerge na máquina do *continuum* midiático onde uma imagem tem que dar lugar a outra para ser consumida e dar lugar a outra para ser consumida e dar lugar a outra para ser consumida e...

2.5.2 – Sociedade de Controle e Biopoder.

O conceito de Sociedade de Controle foi desenvolvido por Gilles Deleuze⁸³ para caracterizar a nova configuração do poder capitalista que gradualmente substituiria a Sociedade de Disciplina estudada por Foucault. Só rememorando: Sociedade Disciplinar é o termo usado por Foucault para conceituar os dispositivos de dominação usado pela *intelligentsia* capitalista do século XVIII até o século XX. É uma estratégia de comando social construída através de uma rede difusa de aparelhos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas. As instituições onde se desenvolvem as disciplinas são ambientes fechados: família, escola, hospital, fábrica – onde se estrutura o terreno social e se legitima a razão de ser das disciplinas. É interessante lembrar que o modelo do poder disciplinar foi desenvolvido para assegurar o controle capitalista numa sociedade cada vez mais populosa e complexa criada pela Revolução Industrial: a dominação tinha de se tornar invisível, interiorizada, econômica, capaz de alcançar todo corpo social.

⁸² Pode-se afirmar que foi uma concessão, se comparada às últimas 3 eleições presidenciais.

⁸³ Foucault em suas últimas obras já acenava a substituição das Sociedades Disciplinares pela Sociedade de Controle.

Desde o final da II Guerra Mundial, com o desenvolvimento das tecnologias de informação, uma nova configuração de dominação começa a substituir as Sociedades de Disciplina. Através do desenvolvimento dos dispositivos de comunicação, o domínio capitalista gradualmente deixa de se efetivar em espaços fechados para se fazer presente nos ambientes abertos da própria vida. Na Sociedade de Controle, a ordenação não vem de fora. Mas está embutida na consciência a partir dos sistemas de comunicação. Em verdade, é uma sofisticação das estratégias do Capital em tornar o exercício do poder invisível, todo abarcante, natural, capaz de se confundir com a própria existência. Diz Deleuze:

*O marketing é agora o instrumento do controle social, e forma agora a raça imprudente de nossos senhores. O Controle é de curto prazo e rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a Disciplina era de longa duração, infinita e descontínua*⁸⁴.

Na sociedade disciplinar, os efeitos dos dispositivos de dominação eram parciais. Um exemplo já comentado foi a questão das favelas que se constituíram em espaços da cidade só parcialmente disciplinados. Com a Sociedade de Controle não há barreiras. Os espaços, os corpos e o profundo da subjetividade são integrados na lógica do Capital.

A partir desse novo diagrama de poder, Antônio Negri e Michael Hardt vão conceituar a nova forma de dominação da era Imperial do Capital: a globalização. É o Biopoder, um esquema de dominação que acompanha a vida social por dentro, interpretando, absorvendo e rearticulando-a. O poder adquire comando efetivo sobre a vida total da população quando, através da mídia, torna-se função integral e vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade.

Como disse Foucault: a vida se tornou agora objeto de poder. A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente; e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma

⁸⁴ Deleuze, G., 1992, p.224.

*situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e reprodução da própria vida.*⁸⁵

De acordo com Michel Hardt,⁸⁶ uma chave de compreensão do Biopoder está no que Marx chamava de *absorção formal* e *absorção real* do trabalho pelo Capital. No capitalismo clássico da sociedade de disciplina, a absorção formal do trabalho pelo sistema acontecia dentro das relações de produção capitalistas. O trabalho era controlado e subordinado pelo Capital como uma força externa importada, nascida fora dos domínios do Capital. Marx prevê que a fase de *absorção real* do trabalho aconteceria quando os processos de produção fossem nascidos dentro da esfera do Capital. É o que acontece hoje na era do capital-informação que movido pelas novas tecnologias faz o capitalismo parecer uma máquina autônoma, capaz de funcionar sem força de trabalho.⁸⁷

Esse é campo da biopolítica capitalista: produção e reprodução do Capital não se dá mais na esfera das fábricas. Mas na própria vida manipulada pelo Marketing. O operário vira consumidor, produção e consumo se dão nos mesmos espaços. Os controles sobre o fluxo de informação e o uso social da mídia ganham posição proeminente no exercício de poder. Mais perverso é o modelo de exclusão nos novos tempos. Na era da sociedade disciplinar, aos desviantes do sistema estavam previstos dispositivos de reintegração. Os excluídos na era do Biopoder não possuem mais nenhuma validade ao sistema: não produzem, nem consomem.⁸⁸ Apenas representam ameaça permanente. Seguindo as profecias de Gilles Deleuze:

“É verdade que o Capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o

⁸⁵ Negri, A., e Hardt, M., 2001, p.43

⁸⁶ Hardt, M., Social Text, nº 45, 1995, p27-44.

⁸⁷ Pode-se aqui resgatar o exemplo da Benneton citado em outro capítulo. No seu escritório em Milão, o que a Benneton produz é imaterial: o capital-informação. Quem detém o poder de produção é uma pequena elite consumidora, relegando ao resto o duro, mal pago e terceirizado trabalho material.

⁸⁸ Essa nova racionalidade capitalista da exclusão permite vislumbrar a guetificação de todo o continente africano entre o Saara e a África do Sul. São milhares de seres humano nesse exato momento sob ameaça de morrer de fome, de AIDS ou de guerras civis. No entanto, para o Capital Imperial são apenas negros que não produzem e não consomem – logo, sem validade para o sistema. Para a racionalidade do capitalismo globalizado, a África Subsaariana é hoje uma sinistra mistura de Gueto de Varsóvia com Auschwitz.

confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas.”⁸⁹

2.5.3 –Poder na Pós-modernidade: Oligopólios da Comunicação

Vamos imaginar, coletivamente, que estamos produzindo um filme em Hollywood, somos todos executivos de uma grande empresa de Hollywood. Se esse filme for um cinemão, (...) pode ser feito pelos estúdios da Warner. Se for um filme alternativo, pode ser feito pela New Line ou Castle Rock. Quando chegar na TV a cabo, chega pela HBO. Depois de um tempo, quando virar um clássico, vai para a TNT. A reportagem sobre esse filme vai ser feita na CNN, o desenho animado pela Hannah Barbera, que vai passar no Cartoon Network. A reportagem sobre esse filme passa na rede Rádio CBS, que tem 2 mil e poucas emissoras nos Estados Unidos. A reportagem na TV passa na CBS que tem 500 e poucas emissoras. Essa programação passa na segunda maior rede a cabo do mundo, que é da Time Warner Cable.

As reportagens sobre o filme podem vir na revista Time, Fortune. No lançamento, você pode contar com um time de basquete - Atlanta Rocks (...) Pois reparem que todas essas empresas, mais uma série de outras, pertencem ao mesmo grupo econômico, chamado Time Warner, que recentemente foi comprado pela America On Line, que detém (...) o software que esse assinante vai usar para entrar na Internet, que é o Netscape.⁹⁰

⁸⁹ Deleuze, G., 1992, p.224

⁹⁰ Gindre, G. Palestra realizada no evento Fórum SP Século.

O exemplo dado acima descreve uma característica da era do globalismo: a formação de imensos oligopólios formados por compras, fusões e formação de blocos empresariais. No entanto, o texto de Gustavo Gindre não diz respeito a qualquer tipo de empresas. Mas a uma megacorporação envolvendo diversos setores e empresas de comunicação e entretenimento controladas pelo grupo América On Line... TVs aberta, TVs a cabo, emissoras de Rádio, gravadoras, estúdios de cinemas, distribuidoras de filmes, times de basquete... Nessa breve descrição, descortinam-se alguns segredos guardados no coração do Capital globalizado. O controle das instâncias onde se produzem o Bios Midiático, a Sociedade de Controle, o Biopoder... A esfera mágica da tecnologia capaz de transformar o real histórico em fábula, de modelar a subjetividade dos povos a favor da racionalidade capitalista. Na configuração do grupo América On Line foram apenas mostradas empresas de comunicação. Uma pesquisa mais a fundo mostraria a rede de capital acionista cruzado de montadoras de carros, empresas produtoras de transgênicos, companhias telefônicas, fábricas de chocolates... Estamos no coração da Globalização como Perversidade. Como pensar a democracia num mundo onde os mais eficazes e poderosos dispositivos de poder já idealizados pelo homem estão concentrados na mão do Capital?⁹¹

É fato: as forças ligadas ao Polinômio Ocidental detêm o monopólio dos meios de produção de comunicação e poder. Fica no ar a pergunta: o que poderia ser feito pelas forças de globalização da Multidão? Nos últimos 30 anos, diversos atores sociais, políticos e econômicos se envolveram em grandes discussões internacionais sobre a democratização dos meios de comunicação e dos oligopólios de mídia. Em 1976, a UNESCO constituiu uma comissão internacional para estudos dos problemas da comunicação envolvendo diversas personalidades na área de cultura e comunicação. O trabalho durou até 1980, culminando com a elaboração de um relatório chamado *Um Mundo e Muitas Vozes* – também conhecido como o Relatório Mc Bride. O texto é considerado o documento

⁹¹ O Brasil é um dos países do mundo onde a concentração da propriedade dos meios de comunicação atingiu níveis tão altos quanto os de renda. Seis grupos privados (Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV e CNT) controlam emissoras de TV aberta e afiliadas, emissoras de rádio, jornais e outras publicações totalizando 667 veículos de comunicação. Esses números significam o controle de 90% das emissoras de televisão no Brasil e o acesso a 87% dos domicílios em 98% dos domicílios brasileiros. In: TV Digital e a Democratização da Comunicação, produzida pelo Comitê pela Democratização da Comunicação RS.

internacional mais amplo e abrangente publicado até hoje sobre a democratização da comunicação.⁹²

Nossas conclusões se baseiam na firme convicção de que a comunicação constitui um direito fundamental tanto do indivíduo quanto da coletividade, que deve estar garantido a todas as comunidades e a todas as nações. A liberdade de informação - mais exatamente, o direito de procurar, receber e difundir informação - é um dos direitos humanos fundamentais e constitui, inclusive, um pré-requisito para muitos outros direitos.

*Para se manifestar plenamente, com todas as virtualidades que encerra e, por sua própria natureza, a comunicação depende das condições políticas, sociais e econômicas ambientais, sendo entre todas, essenciais à democracia de cada país e à existência de relações iguais e democráticas entre todos eles. Neste contexto, a democratização das comunicações, nos planos nacional e internacional, adquire toda sua importância, ampliando seu papel na própria democratização da sociedade.*⁹³

Nesse mesmo período, seguindo a onda das discussões pela democratização da comunicação, diversos movimentos sociais na área de comunicação surgiam no mundo. Rádios livres em países como Itália, Holanda e França desafiavam os poderes constituídos. Na América Latina, diversos grupos usaram o rádio como instrumentos de luta revolucionária. As pressões internacionais vieram rápido. Na era Teacher-Reagan, a ONU foi duramente criticada e acusada de interferir, em vez de propiciar liberdade de imprensa. Como represália, EUA e Inglaterra se retiraram da UNESCO, deixando a agência em situação financeira difícil.⁹⁴ A novela do *Relatório Mc Bride* deixa lições válidas para os diferentes fóruns de luta pela democratização da informação pelo planeta afora. A principal

⁹² Souza, M., 1996, p.59

⁹³ UNESCO apud Souza, M., 1996.

⁹⁴ Souza, M., 1996, p.63

delas: os grupos detentores do monopólio da comunicação se opõem a qualquer processo que envolva a palavra democratização.

No Brasil, a discussão pela democratização dos meios de comunicação e sua utilização como instrumentos de educação e formação das classes populares também não é nova. Já era feita na década de 60 pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Nesses últimos 20 anos, diversos grupos da sociedade civil se mobilizaram na busca da utilização de veículos de comunicação como instrumentos de intervenção social. Dessa forma, presencia-se como fenômeno atual o surgimento de jornais, TVs e rádios voltados para o atendimento e a formulação de discursos alternativos dirigidos a públicos locais e específicos. São propostas de comunicação orientadas pelo respeito às peculiaridades e condicionamentos cognitivos dos moradores de diferentes espaços da cidade. No entanto, em termos políticos globais, a ação desses grupos tem enfrentado um sem número de obstáculos. Só para citar alguns: dissociação entre intelectuais que idealizam um projeto democrático de comunicação⁹⁵ e grupos que estão em campo trabalhando com comunicação comunitária; a falta de recursos financeiros, técnicos e de conhecimento dos projetos de comunicação popular; a falta de informação estatística sobre os diferentes ações num campo de comunicação alternativa; a omissão de instituições sociais importantes como a universidade; a falta de instituições intermediárias sólidas para negociar espaços e conteúdo na grande mídia.

As questões mais intrincadas, porém, dizem respeito ao controle público da macrofísica da Comunicação. Quer dizer: para funcionar, veículos de rádio e TV dependem de concessão do governo federal para a utilização do espectro eletromagnético da atmosfera. Num governo agenciado até a alma pelas forças do Capital, dá para imaginar os obstáculos enfrentados por setores da sociedade civil na luta pela democratização da Comunicação. Segue um brevíssimo histórico das conquistas e derrotas dos movimentos sociais. Já na Constituição de 1988, tentou-se implantar no Congresso o Conselho de Comunicação. A entidade seria integrada por representantes da sociedade civil com poder deliberativo sobre questões relativas à comunicação no país. O Conselho foi até aprovado, mas apenas com caráter consultivo. E só foi implantado no último mandato de FHC.

⁹⁵ Um exemplo desses grupos é o Fórum Nacional pela democratização das Comunicações - FNDC

Desde a abertura política na década de 80, os mais diversos movimentos sociais sonham em ver canais de TV aberta disponibilizados para a sociedade civil. O mais próximo que se chegou disso foi embutir na Lei nº 8.977, de 1995, que regulamenta a televisão a cabo no país, a concessão de um canal comunitário por município. Grande paradoxo! A maior conquista da democratização da TV no Brasil foi feita num espaço de mídia que quase totalmente exclui como público a população mais pobre. Nos grandes centros urbanos, onde grupos da sociedade civil se mobilizaram para ocupar o canal comunitário, as TVs comunitárias persistem ainda que precariamente e sem suporte. No entanto, na grande parcela dos municípios onde não existiam organizações sólidas para estruturar uma TV comunitária, simplesmente não se montou TV... ou pior: esses canais foram apropriados por políticos.

O campo da radiodifusão foi onde a luta pela democratização teve suas batalhas mais acirradas. Desde a década de 80, milhares de rádios livres e comunitárias começaram a surgir espalhadas do Oiapoque ao Chuí. Nesse período, as emissoras vêm sendo perseguidas sem trégua pelas agências reguladoras do governo federal. A discussão pelo funcionamento das emissoras comunitárias envolveu diversos grupos da sociedade: ONGs, partidos políticos, empresários da comunicação e a própria FNDC. O resultado foi a aprovação pelo Congresso Nacional – sob pressão da Associação Brasileira de Redes de Rádio e Televisão (ABERT), representante dos interesses das grandes empresas de comunicação – em fevereiro de 1998, da Lei nº 9.612, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. No entanto, a lei é extremamente restritiva e foi considerada uma derrota pelo movimento de rádio comunitárias. Quase 8 anos após promulgada, pouquíssimas rádios conseguiram ser legalizadas e mais de 10 mil pedidos de regulamentação estão parados no Ministério das Comunicações (MiniCom). Mesmo com a entrada do Governo Lula, a ANATEL continua perseguindo rádios comunitárias. Em 2003, foi organizada uma comissão de trabalho no MiniCom para agilizar os procedimentos de liberação das rádios. Com a conclusão do trabalho, o grupo encaminhou diversas sugestões ao Ministério. Nenhuma delas foi efetivada. O que se vê de concreto é a contínua perseguição às emissoras comunitárias pela ANATEL em todo país.

Nos próximos 10 anos, o campo da comunicação vai ser palco da mudança da estrutura analógica de transmissão para o sistema digital. Significa dizer que existe possibilidades de se pensar numa revolução na comunicação. O que conhecemos como TVs, rádios, computadores e telefone se transformarão em complexos sistemas de transmissão-recepção: TV-rádio-computador-telefone. Os canais disponíveis para TV por exemplo, aumentarão quase 8 vezes. Discussões sobre a implantação do modelo digital já acontecem de forma obscura nas esferas de governo – onde a questão é tratada exclusivamente pelo viés econômico. Sem dúvida, a implantação da tecnologia digital abre novas perspectivas para rádios e TVs comunitárias. Resta saber se os movimentos sociais e a própria da sociedade civil conseguirão reconfigurar suas forças para, desta vez, avançar de forma mais efetiva num projeto amplo de democratização das comunicações.

Capítulo 3

O CIDADÃO: UM JORNAL COMUNITÁRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

3.1- As Duas Marés: a fábula midiática e o real histórico

Eu nasci e fui criado até os 10 anos na Avenida Roma, situada em frente ao Hospital Geral de Bonsucesso. É praticamente a primeira rua que vem logo após a área da Maré, atravessando a Avenida Brasil. Apesar da vizinhança, durante minha infância e adolescência era como se esse imenso espaço social não existisse. Não me lembro de ter ouvido falar em Maré – e se tinha, não associava com o lado de lá da Avenida Brasil. Mais tarde, eu me mudaria para uma outra rua próxima... e depois para Olaria, outro bairro do subúrbio da Leopoldina. Em resumo: durante meus primeiros 20 anos, conhecia os mais diversos lugares da geografia do Rio: Cascadura, Madureira, Tijuca, Copacabana. Contudo, da Maré, sinceramente não me lembro.

O primeiro contato com a Maré foi por acaso. Se não me engano, era o ano de 1990. Tinha combinado um vôlei no Campus da UFRJ na Ilha do Fundão com o pessoal do colégio. O trajeto que eu sempre fazia era seguir direto pela Avenida Brasil e pegar a entrada do Campus próximo à Ilha do Governador. Nesse dia, queria experimentar um caminho mais rápido. Entraria por Bonsucesso, atravessaria o viaduto de Manguinhos e já saía no Fundão. O plano não deu certo. Desconhecimento do caminho e desatenção me fizeram pegar uma entrada errada. Quando percebi, já estava de cara para uma favela – que quase 10 anos, depois saberia se chamar Vila do Pinheiro.

No exato momento em que eu percebi onde tinha parado, quando olhei aquela rua imensa, aquelas casas sem reboco, só de tijolo – que tão bem caracterizam a favela no imaginário da classe média – entrei em pânico. Uma saída para jogar vôlei, um momento de desatenção... e lá estava eu, em pleno território inimigo, sob ameaça de morte. No entorno, tudo parecia ameaçador. Já esperava a qualquer instante a abordagem do carro por alguém dali. Com a coordenação motora comprometida pelo pânico da situação, tive dificuldade de contornar o carro para sair daquele lugar... era um fusca bege do meu avô, com uma baita

folga na direção e um caranguejo incrustado na marcha. A sensação era de experiência limite. Quando cheguei no Fundão, sentia como se tivesse nascido de novo. Entrei por engano na favela...e consegui sair vivo!

Nesse início de 2004, faz quase 5 anos que trabalho na Maré. A atividade como repórter e editor do Jornal O Cidadão me proporcionou a condição privilegiada de percorrer cada pequeno canto do bairro: as 16 comunidades, suas instituições e seus marcos geográficos. Conheci a *Maré Violenta* ao circular pelos mesmos espaços ocupados pelos jovens integrantes das empresas militarizadas do tráfico de drogas. Deparei-me com a *Maré Romântica* do morro do Timbau no fim de tarde, da vizinhança toda na rua, na porta das casas, manifestação de uma sociabilidade que parece desaparecer das grandes cidades. Estive frente-a-frente com a *Maré da Miséria* das periferias pobres que surgem dentro das próprias comunidades. Mas, principalmente, conheci a Maré que se esconde por trás desses estereótipos: um espaço de profunda complexidade social que caracteriza todo agrupamento humano. É a Maré das estratégias afirmativas de vida, da potência do cotidiano...Um espaço social que o restante da cidade perdeu a capacidade de ler.

Ao lembrar da traumática experiência na Vila do Pinheiro, em 1990, me pergunto: teria eu entrado no território físico de uma das comunidades da Maré ou adentrado um estado de consciência conhecido no imaginário urbano como favela... Um estado mental e emocional marcado pelo medo, pela sensação de estar em território inimigo, pela percepção do outro através do já comentado discurso da ausência. Eis uma boa definição de favela: um estado de consciência das classes médias e das elites. Quando Zuenir Ventura,⁹⁶ em seu livro *Cidade Partida*, descreveu a urbe carioca dividida entre a favela e o resto, não poderia estar falando em termos geográficos. Afinal, a cidade é múltipla em suas manifestações: Zona Sul, periferias, espaços populares. O que está partido na cidade é o olhar, a consciência que a população tem dela... um mundo dividido entre *eu x outro, pobre x rico, paz x guerra, cidade x favela*.

Pode-se dizer então que existem 2 Marés. A primeira é conhecida por grande parte da população carioca. É uma fábula construída no imaginário social através da representação midiática e vivida por mim no desespero da experiência de 1990. A outra

⁹⁶ Ventura, Z., 1994.

Maré é aquela da complexidade humana enraizada no real histórico. Esta só me foi dado conhecer como colaborador do CEASM, ao percorrer quase diariamente suas ruas e vielas, ao partilhar, como repórter comunitário, do cotidiano dos moradores. Uma das mais importantes intervenções sociais a ser feita nos próximos 20 anos será desativar, no imaginário da população carioca, a *fábula da favela endemonizada*; e trocá-la pela sua imagem mais verdadeira, impressa no real histórico. Mas como, se a mais poderosa máquina produtora de fábulas da pós-modernidade, a mídia, cria e recria diariamente versões estereotipadas dos espaços populares?

E aqui é preciso confessar: a Maré é um prato cheio para a produção do espetáculo midiático. Veja só: é um espaço social extremamente populoso, dividido em 16 comunidades que margeiam as duas principais vias expressas de entrada no Rio: a Linha Vermelha e a Avenida Brasil. Só se entra e sai da cidade beirando a Maré. É um território marcado pela subdivisão geográfica e simbólica feita por pelo menos 3 facções do tráfico de drogas, criando pontos de conflito dentro do bairro e fora dele. Além disso, suas comunidades abrigam obras do poder público com imenso potencial fabulatório. É o caso do Batalhão da Polícia Militar da Maré e do Piscinão Artificial de Ramos, ambos construídos pelo governo do Estado.

Tem-se um bom exemplo ilustrativo do processo de fabulação midiática sobre o bairro ao se analisar 3 reportagens do Jornal O Globo sobre o Batalhão da Maré. São três brevíssimos exemplos:

- 30 de agosto de 2001. **Manchete:** O BATALHÃO DA DISCÓRDIA - Moradores de favela fecham Linha Vermelha e Av. Brasil em protesto contra quartel da PM. **3 Fotos:** homem baleado carregado por moradores. Pessoas obstruindo a pista da Avenida Brasil. Policial aponta fuzil para moradores da Nova Holanda. **Texto:** retrata conflito entre traficantes e policiais e diz: “Avenida Brasil virou Praça de Guerra e o terreno de Construção do Batalhão um campo de batalha.” Com fotos grandes, a matéria ocupa página inteira
- 31 de agosto de 2001. **Manchete:** PMs OCUPAM A MARÉ PARA GARANTIR BATALHÃO – Baleado na cabeça, um dos feridos durante o protesto contra a

construção de quartel da PM morre no hospital. **Boxe:** INSEGURANÇA E MISÉRIA: no aglomerado de 16 favelas, 130 mil pessoas.

- 1 de julho de 2003. **Manchete:** A TOMADA DA MARÉ – Polícia Militar inaugura seu primeiro batalhão em território dominado pelo tráfico. **Foto:** Secretário de Segurança Pública passa em revista a tropa. Ao fundo, moradores observam a cena. Texto: fala da superestrutura blindada do batalhão para se proteger de uma das áreas mais violentas do Rio.

É possível dizer que quase a totalidade da população carioca hoje conhece a Maré. Não do contato efetivo com alguma comunidade, pelo relato de algum amigo morador ou pela leitura de um livro centrado na reflexão de alguma questão local. Mas pela instância mediadora dos meios de comunicação. No exemplo acima, as tríades foto-texto-manchete mostram como se constrói a imagem da Maré no imaginário da cidade dentro de um *ethos* paramilitar. É um espaço hostil ocupado pela PM... Ou melhor, onde a força bruta do poder público realiza de assalto a *Tomada da Maré*, um território dominado pelo tráfico, lugar de insegurança e miséria explícita nas fotos e textos. É uma região onde moradores são universalizados na figura do *sem lei* ou do traficante em protesto violento contra o batalhão. É uma história sobre a fábula de guerra da miserável favela que ameaça a paz da cidade. É a narrativa que justifica a violência da PM nesses espaços e desqualifica o valor da vida do morador dos espaços populares – que, na perversa matemática social, vale bem menos do que a de um morador de classe média.

E assim se constrói a fábula de uma cidade subjetiva onde a favela é o território inimigo da constante ameaça de morte; onde os moradores da Maré, Alemão, Vidigal são potenciais bandidos. Essa é a fonte que verte e legitima os discursos de que jovens de comunidade popular ou vão para o tráfico ou são salvos por algum projeto social. Os breves exemplos das matérias sobre o Batalhão não representam exceção. Na verdade, são rotina na produção narrativa sobre as favelas. É a versão disponível a que a população da cidade tem acesso. É a visão que se projeta no dia-a-dia dos próprios moradores: quando um rapaz da Nova Holanda se vê obrigado a ocultar seu endereço na hora da entrevista de emprego ou na humilhação da dona de casa da Vila do João diante da recusa do taxista de até mesmo se

aproximar da comunidade. Seguindo as palavras de Negri e Hardt, não há como deixar de perceber estratégias de poder do Capital na construção dessa *Cidade do Medo*:

*A Sociedade do Espetáculo governa com uma arma antiquíssima. Hobbes reconheceu há muito tempo que, para a dominação efetiva, a paixão a ser examinada é o Medo. Para Hobbes, é o medo que une e assegura a ordem social, e ainda hoje o medo é o mecanismo principal de controle que enche a sociedade do espetáculo. Embora o espetáculo pareça funcionar por meio do desejo e do prazer (o desejo de mercadoria e o prazer do consumo), ele realmente funciona pela comunicação do medo.*⁹⁷

Um grande trabalho político dessa primeira metade do século XXI será desativar o medo do imaginário das sociedades urbanas. Será preciso fazer a reintegração da cidade subjetiva. Nas grandes metrópoles, é necessário neutralizar o estado de consciência chamado favela; reapresentar esses espaços através da multiplicidade do seu cotidiano, de suas instituições e redes sociais, dos fatos de importância, da cultura. Não se trata da sanidade da favela. Mas da própria cidade. O que se delineia para os próximos tempos é, antes de tudo, um trabalho de comunicação.

3.2- Breve Histórico dos Veículos de Comunicação na Maré

Não é novidade dizer: as populações das chamadas favelas brasileiras não conseguiram, na história do país, se apropriar de forma efetiva dos dispositivos legitimadores de produção discursiva, como as tecnologias de mídia. Desde o final da década de 80, diversas iniciativas de moradores tentaram implantar veículos de comunicação na Maré. No entanto, os êxitos conseguidos foram limitados. A maioria dos projetos não conseguiu sobreviver por motivos diversos: da falta de recursos financeiros à

⁹⁷ Negri, A., e Hardt, M., 2001, p.344

ausência de uma visão política e comunitária mais elaborada. Um exemplo de experiência com comunicação no bairro foi a TV Maré, que surgiu em 1988 pela iniciativa de um grupo de moradores do Timbau. Patrocinada pela ong *Caritas*, a TV Maré tinha como objetivo registrar práticas culturais do cotidiano da região. Com uma estrutura técnica limitada, gravava-se em câmeras VHS o depoimento de pescadores, de moradores antigos e de movimentos tradicionais como Folia de Reis. O material produzido era basicamente apresentado em vídeo através de reuniões públicas com os moradores. Chegou-se mesmo a fazer transmissões clandestinas em UHF para a comunidade. No entanto, sem uma maior articulação política e estrutural do trabalho, as atividades da TV Maré só resistiram até 1990.⁹⁸

Em 1995, surge no bairro outra interessante experiência de comunicação popular: a Rádio Maré FM, uma das primeiras emissoras comunitárias do Rio de Janeiro. No início, um grupo mobilizado em torno da associação de moradores se articulou em torno do surgimento da rádio. Mas com o passar do tempo, abateu-se sobre a Rádio Maré o mesmo mal responsável pelo fracasso de diversas iniciativas comunitárias de comunicação. Tão logo um grupo de moradores se viu no controle da rádio, começou a predominar a lógica da grande mídia na emissora comunitária. Administração, produção da programação e decisões nas mãos de poucos. Participação da população só por telefone. A emissora, que ficava no alto do morro do Timbau, tinha um raio de transmissão que ultrapassava a Maré, chegando a lugares distantes como o bairro de Botafogo e Niterói. Sem legitimação da comunidade enquanto proposta comunitária e carente de articulação política dentro e fora do bairro, a rádio convivia com limitações técnicas e financeiras. Em fevereiro de 1999, foi fechada pela ANATEL. Tentou-se reerguê-la com equipamentos emprestados. No entanto, em novembro do mesmo ano, um novo fechamento e o confisco dos equipamentos selaram o fim da trajetória da Rádio Maré FM.

Outra emissora estabelecida na comunidade era a rádio progressiva FM. A emissora também ficava no Timbau e tinha o perfil de rádio livre com uma programação alternativa para o público jovem – que, em sua maioria, era de fora da Maré. Apesar de estar localizada em um espaço popular, a emissora se caracterizava mais como rádio privada local do que

⁹⁸Hoje, o material produzido pela TV Maré faz parte do acervo da Rede de Memória do Ceasm.

comunitária. Hoje está desativada. Também existem cerca de 4 ou 5 rádios de auto-falantes espalhadas pelas comunidades, cujo trabalho é basicamente comercial. Além de outras emissoras FMs que aparecem e somem sem deixar vestígio.

No campo dos veículos impressos, o bairro teve diversos pequenos jornais de vida breve. Em geral, eram publicações simples e artesanais feitas por associações de moradores em função de mobilizações populares. O jornal da Chapa Rosa, feito na Nova Holanda pela associação de moradores local na década de 80, é um bom exemplo. Também circulou no bairro o jornal da ong Maré Limpa, sediada na Nova Holanda e que atuava na área de saúde e meio-ambiente. Jornal e ong já não existem mais. Recentemente, a associação de moradores do Conjunto Esperança lançou o jornal Nova Amace, destinado a divulgar obras da associação e de políticos coligados. Foi editado apenas 2 ou 3 vezes.

Por uma conjunção de fatores, os projetos de comunicação listados acima se caracterizaram pelo relativo fracasso em termos de criação de uma alternativa no campo da comunicação.

3.3 - Surge o Jornal O Cidadão

Em março de 1999, diante da percepção de que a parte mais frágil do CEASM era a comunicação e na ausência de veículo impresso na Maré, iniciou-se a articulação para a implantação de um jornal. De forma voluntarista, algumas pessoas foram convidadas para tocar o projeto. A escalação do time inicial do jornal era: um jornalista da Gazeta Mercantil que já tinha trabalhado na Maré, um fotógrafo do grupo Imagens da Terra também com experiência na comunidade, uma programadora visual da Faculdade de Letras da UFRJ e uma pessoa para captar anúncios. Além de uma trupe de jovens voluntários do pré-vestibular do CEASM com experiência zero em jornalismo. Conseguiu-se um acordo com a Ediouro – cujo prédio fica na Baixa do Sapateiro e parte dos funcionários moram na Maré. A editora numa política de boa vizinhança concordou em fazer gratuitamente a impressão mensal de 5 mil exemplares do jornal, num formato tamanho revista – que a essa altura já tinha um nome: O Cidadão.

O espírito da proposta era trabalhar no campo da comunicação comunitária e no plano da capacitação de pessoas da Maré para fazer o jornal e desenvolver outros trabalhos

jornalísticos. Apesar das dificuldades por conta da baixa capacitação da equipe de reportagem, em julho de 1999, saiu o primeiro número de O Cidadão tendo como tema principal um histórico das comunidades do bairro. Não participei da edição de lançamento. Mas na edição seguinte já tinha me oferecido como voluntário para ser repórter do jornal e ajudar na capacitação dos repórteres. Em março de 2000, com a saída do jornalista editor, ainda na graduação do curso de jornalismo, assumi a edição do Cidadão.

Hoje, após quase 5 anos de existência, O Cidadão já conquistou seu lugar na vida cultural do bairro como publicação mensal. Após renegociações da parceria com a Ediouro, o jornal alcançou a tiragem atual de 20 mil exemplares distribuídos gratuitamente em todas as comunidades. O formato também mudou. Após circular um ano no tamanho tablóide, retornou em 2002 ao formato revista com 24 páginas. O conjunto de forças sociais que permeiam a existência do Cidadão, o transformam numa das mais ricas experiências de comunicação popular na atualidade. A crença aqui é que a *praxis* de trabalho do jornal, suas histórias, erros e acertos de suas edições guardam chaves importantes para projetos de comunicação comunitária em outros espaços. É o que se tentará descrever a partir daqui.

3.4 – Fazendo um Jornal Comunitário.

Uma primeira observação. Não existe forma ou modelo para produções no campo da comunicação comunitária. Padronizações talvez valham para a grande mídia. Mas outra coisa é a comunicação agenciada pelas forças da Multidão. Ao se analisar O Cidadão, percebe-se um veículo de comunicação popular como uma entidade mutante que vai se transformando no compasso de seu relacionamento com a população do bairro. Em cada edição surge uma possibilidade diferente. Em verdade, produtos de comunicação comunitária são fabulosos campos de experimentação não propiciados pelo mercado jornalístico. Até em função disso, é preciso dizer: O Cidadão é apenas uma experiência que se justifica pelas condições históricas, políticas, técnicas e sociais disponíveis no tempo-espaço de sua existência. Um jornal no Alemão, na Mangueira ou em Manguinhos seria outro projeto. Comunicação Comunitária não tem fórmulas pré-fabricadas... talvez princípios.

3.4.1 – A Equipe do Jornal

Uma aproximação inicial com o trabalho do Cidadão pode ser feita apresentando sua equipe. Desde o início, tinha-se como objetivo desenvolver a atividade de comunicação em 2 campos: uma produção jornalística de qualidade e a capacitação de moradores para trabalharem com comunicação nas diferentes etapas de produção e organização do jornal: administração, elaboração de matérias, discussão de pauta, captação de anúncios. Na primeira edição, em junho de 1999, a base da equipe era formada por jovens do CPV-Maré. A edição de lançamento teve de ser totalmente reescrita. Na maioria dos textos dos alunos do CPV, nem mesmo as informações colhidas na apuração podiam ser aproveitadas.

Com 5 anos de atividade, após idas e vindas de muitos jovens, o jornal ganhou uma equipe fixa – que por sua própria característica, se transforma num singular evento social. O que eram jovens estudantes interessados em participar de um jornal de bairro, gradualmente foram ingressando nas universidades – inclusive nos cursos de comunicação, ainda pouco acessíveis aos moradores de espaços populares. Dessa forma, a Maré tem hoje uma das raras equipes orgânicas de jornalismo comunitário formadas por jovens universitários locais. É um fenômeno que se explica ao se ter em mente o movimento de ampliação de espaço-tempo existencial que permeia todos os projetos do CEASM.

A capacitação do grupo se deu no próprio envolvimento efetivo da equipe com a prática de reportagem, com a posterior análise dos textos produzidos e a avaliação da dinâmica de trabalho em cada edição. É interessante ressaltar que a equipe do jornal carrega nas costas uma das mais difíceis tarefas do CEASM: trazer para o espaço comunitário uma ambiência técnica de produção em comunicação. Implantar uma *Ge-Stell* comunicativa na Maré. É um trabalho que envolve a implantação de estrutura técnica, absorção de conhecimentos técnicos, formação ético-política e percepção aguçada das diferentes instâncias da vida local – além da coragem pela exposição que traz o trabalho de reportagem numa ambiência social complexa como a Maré. Por isso, não se trata de uma equipe pronta, mas em processo de aprendizado e formação. Eis o grupo:

- **Viviane Couto:** Mora no Parque Maré e tem 22 anos. É a mais antiga repórter do jornal, a única que participou de todas as edições. Cursa o 6º período da faculdade de Letras da UFRJ.

- **Hélio Euclides:** É morador da Vila do Pinheiro e tem 29 anos. Fazia o jornalzinho da pastoral da Comunicação na igreja católica da sua comunidade. Nos conhecemos durante um curso de repórter popular na Maré e entramos juntos no jornal. É responsável pela coordenação da equipe de reportagem e por parte das fotos. Está cursando o 2º período de jornalismo na SUAM.
- **Lígia Palmeira:** Mora na Comunidade de Bento Ribeiro Dantas. Tem 24 anos e é colega da Viviane no curso de Letras da UFRJ. Também é repórter.
- **Renata Souza:** É moradora da Nova Holanda, tem 21 anos e cursa o 2º período do curso de jornalismo da PUC-RJ. É repórter e fotógrafa do jornal.
- **Leonardo Marques:** Mora na Baixa do Sapateiro e é o caçula do jornal: tem 19 anos. Está cursando o 2º período de jornalismo na UERJ.
- **Rosilene Matos:** Mora na Vila do Pinheiro. Tem 21 anos e é repórter do jornal. Está fazendo vestibular para o curso de jornalismo em diversas universidades.
- **Paulo José da Silva:** Mora na Vila do João e tem 26 anos. Está cursando o 7º período de Engenharia de Produção Industrial na PUC-RJ. É o gerente de máquetim responsável pela administração e publicidade do jornal.
- **Cristiane Ferreira:** É moradora do Morro do Timbau. Tem 21 anos e passou para o 2º semestre do curso de jornalismo da PUC-RJ. É a atual responsável pela captação de anúncios.
- **José Carlos Fonseca:** Morador da Baixa do Sapateiro, é o diagramador assistente do jornal. Tem 25 anos e cursa o 6º período de Publicidade na PUC-RJ. Antes de vir para O Cidadão, era professor de informática do CEASM.
- **Lúcio Mello:** É jornalista recém-formado na UFF. Tem 24 anos, mora em Niterói e desde 2003 atua como repórter e sub-editor do jornal.
- **Ione Galletti:** – É a diagramadora do Jornal desde a primeira edição. Mora em Grajaú (Zona Norte da cidade) e trabalha na Faculdade de Letras. A idéia é que sua função gradualmente passe para o José Carlos.
- **André Esteves:** – Sou eu, 31 anos, editor do Cidadão, graduado em jornalismo pela UFRJ e concluindo o mestrado em Comunicação e Cultura na mesma universidade,

onde também faço parte do Laboratório de Estudos sobre Comunicação Comunitária (LECC).

Completam o grupo jovens ilustradores que integram ou integraram alguns projetos do CEASM. E também a equipe de distribuição, formada por 8 adolescentes de diferentes comunidades da Maré. Esse é a equipe do CEASM que cuida da Comunicação. Deixando um pouco a frieza acadêmica de lado: é o grupo de jovens com o qual eu me formei jornalista nesses 5 anos de trabalho e por quem tenho grande respeito, carinho e dívida de aprendizado.

3.4.2 – O Projeto Gráfico

Uma das primeiras coisas que chama atenção de quem vê O Cidadão é a qualidade do projeto gráfico. Com cores na capa e nas páginas centrais, fotos, textos bem redigidos, o jornal não fica atrás de qualquer produto feito por alguma empresa de comunicação. Mas a boa apresentação de O Cidadão não é por acaso. Faz parte de uma política de padrão de qualidade do CEASM, que atua em dois campos: de um lado, busca romper a lógica cristalizada no imaginário social de que produção feita em espaço popular é *coisa de favelado*, de qualidade ruim e sem apuro técnico. De outro, trabalha a auto-estima do morador que tem acesso a uma produção local de alta qualidade.

A idéia não é repetir fórmulas e modelos estéticos de jornais da grande mídia num veículo comunitário. Mas, sim, buscar um equilíbrio entre valores estéticos já assimilados pelo morador consumidor da mídia convencional com inovações que reflitam características cognitivas e identidades culturais da Maré. A própria evolução gráfica do Cidadão foi moldada pela interação *jornal-população*, abandonando o formato híbrido inicial por uma produção cultural que é bem mais a cara do bairro.

É interessante ressaltar que entre os veículos de comunicação comunitária, o jornal impresso apresenta bem mais limitações do que o rádio ou a produção áudio-visual. A Maré, por exemplo, é um espaço social marcado por uma ambiência cognitiva de condicionamento não-literário. A taxa de analfabetismo entre adultos está acima da média

no município e representa 7,9% da população do bairro.⁹⁹ Nesse sentido, *O Cidadão* foi sendo modelado como um produto impresso para se ajustar a esse campo cognitivo local. Percebeu-se com o tempo, que a harmonia gráfica de uma página se construía melhor com 3 elementos: a mancha de texto, fotos e ilustração. Essa é a forma como se procura organizar a produção visual de cada matéria. Esse tipo de arranjo gráfico acabou dando ao jornal a cara de uma produção impressa que transita entre a aparência de uma revista e um almanaque.

No processo de diagramação, tem-se a preocupação de diluir a mancha de texto entre os outros elementos visuais, como fotos e ilustrações. Em geral, usa-se como técnica deixar o texto correr 3 parágrafos. Alcançando esse limite, abrem-se boxes com o restante da informação. Foi a maneira encontrada para que uma grande mancha de texto não intimidasse a leitura. Estratégias semelhantes são usadas nos grandes jornais de apelo mais popular como *O Dia* e *o Extra*.

Uma última consideração sobre projeto gráfico. Em diversos espaços onde eu já apresentei *O Cidadão*, fica uma questão no ar: um veículo comunitário precisa ter tanta sofisticação técnica? Não precisa. Como já foi dito, o jornal da Maré só se explica pelas forças sociais que permeiam sua existência. É um projeto integrado num movimento mais amplo dirigido pelo CEASM, que busca alcançar um nível de excelência no campo da produção cultural como instrumento de disputa de hegemonia de poder: no campo acadêmico, estético, discursivo. A sofisticação da produção visual, concede ao *Cidadão* legitimação e poder mesmo entre outros veículos da mídia formal na cidade. Ninguém diz: “*Hum.. Olha que jornalzinho legalzinho eles fazem na Maré!*”. Mas: “*Poxa, vocês fazem isso lá, na favela?!?*”. Isso é uma intervenção política de desmistificação no imaginário social da fábula da favela como lugar de ausência. No entanto, essa postura tem um ônus: a apropriação do aparato e conhecimento técnico pela comunidade é bem mais lenta. Pode mesmo ser fator de intimidação. No caso do *Cidadão*, só pode estar sendo feita pela presença do CEASM. A própria diagramação é realizada fora do bairro. O processo global de produção do jornal acaba também ficando nas mãos de poucas pessoas. Poder e

⁹⁹ Dados do Censo Maré 2000.

vulnerabilidade caminham juntos numa produção de comunicação comunitária tecnologicamente sofisticada.

Nada impede que produções artesanais em comunicação sejam eficazes em determinados ambientes sociais: jornais murais, telões e tevês colocadas em cima do muro para mostrar produções locais, rádios comunitárias operadas basicamente pela população... Tudo depende dos agenciamentos sociais em jogo. São projetos onde a apropriação pela população é mais imediata, onde o cidadão comum mais facilmente se potencializa como produtor da sua comunicação. Representa outra dimensão de atuação social. O trabalho de construção de uma nova sociedade precisa de ambos os tipos de veículos comunitários.

3.4.3 – Manual O Cidadão de Redação e Estilo?

O Cidadão não segue nenhum modelo pré-fabricado de produção jornalística. Nem mesmo os recomendados manuais de redação são cumpridos à risca. No entanto, existem algumas particularidades na produção do jornal que acabam se constituindo numa espécie de orientação de redação e estilo. Um exemplo é a técnica de produção do texto. Quem ler com atenção O Cidadão vai perceber que a construção textual segue muito mais um discurso falado do que propriamente o texto escrito. É quase um *jornal radiofônico* – que é a linguagem da comunicação popular por excelência. São textos onde o ritmo e métrica são emprestados da palavra falada e da oralidade. Nesse sentido, existe uma orientação para a equipe não construir frases muito extensas. E sempre dar preferência ao ponto final do que à vírgula. Uma frase que poderia ser construída assim:

José Paulo da Silva, o Paulinho, é mineiro, tem 55 anos, mora no Parque União, e há mais de 30 anos trabalha como sapateiro, uma profissão que hoje corre o risco de desaparecer do mapa.¹⁰⁰

Após o processo de edição no estilo *cidadonês* fica assim:

Ele é mineiro, tem 55 anos e mora no Parque União. Há 30 anos, exerce uma profissão mais do que conhecida pelos moradores antigos, mas que hoje corre o risco de desaparecer do mapa. Essa

¹⁰⁰ Principalmente no início do trabalho, essa era a forma de texto original produzida pela equipe.

*história diz respeito a José Paulo da Silva – o Paulinho. Ele é o mais antigo sapateiro do Parque União.*¹⁰¹

A influência radiofônica no texto do Cidadão fica evidente na informalidade das palavras usadas. Um bom exemplo: *“A essa altura, o leitor que nunca ficou matutando sobre essas coisas deve estar achando esse negócio de ser bairro é uma enrolação”*.¹⁰² Em diversos momentos, a produção textual se aproxima de um roteiro interpretativo de radionovela. É um recurso muito comum, usado principalmente nas aberturas de matérias, como no caso da introdução da reportagem sobre o esgoto na Maré.

*Imagine uma questão de prova sendo respondida por um morador do bairro. A pergunta tem múltiplas alternativas de escolha e seu enunciado diz: “Selecione as opções que na sua opinião são os maiores problemas de infra-estrutura da Maré”. Muito provavelmente esse morador ia ler as opções e falar consigo mesmo: “Rá, rá... essa é batata... é mole, mole...”. Logo depois, pegaria sua caneta e marcaria com segurança: a rede de esgoto do bairro*¹⁰³

Esse tipo de recurso textual emprestado do rádio não se refere a um simples maneirismo no uso da língua. Mas à tentativa de adaptação de uma produção impressa, a uma ambiência cultural onde o registro oral da língua ainda é a matriz principal. Na suposição de uma rede de comunicação local que também comportasse uma rádio, o jornal estaria pronto para a leitura no ar sem maiores ajustes no texto. Só como comentário: dos elogios que o Cidadão recebe do morador-leitor, a linguagem utilizada nas matérias é um dos mais recorrentes.

O tratamento dado a palavras de língua inglesa também é outra curiosidade do Cidadão. A orientação é usar, se possível, sinônimos em português. Dessa forma, em vez de *stand* se escreveria barraca ou tenda. Se não tiver jeito, a solução acaba sendo *anordestizar* o inglês. No expediente, então, é possível ler: *gerente de márquetim*. Na matéria sobre

¹⁰¹ *O Cidadão*, Nº25 - Novembro, 2002. p.3

¹⁰² *O Cidadão*, Nº27 - Fevereiro, 2003. p.8

¹⁰³ *O Cidadão*, Nº25 - Novembro, 2002. p.8

Skate o título ficou: *A Maré Está para Esqueite*. Na reportagem sobre músicos da Maré foi grafado: (...) *um adepto do roquenrol*. O que se escreve é a versão fonética da palavra estrangeira. Não se trata aqui de um arroubo nacionalista com a língua portuguesa. Mas usar a liberdade de um jornal comunitário numa quase brincadeira de desnaturalizar e criar estranhamento com os estrangeirismos na língua. Efeitos dos casos citados: os esqueitistas não gostaram muito e alguns roqueiros quiseram saber o que aconteceu com o *rock’n roll*. No entanto, não são poucos os leitores que reconhecem um fundo político da iniciativa. Um exemplo é essa carta enviada à redação:

*Em primeiro lugar parabéns pelo trabalho que vocês executam em nossa comunidade. Meu nome é Cristiano Galvão, sou morador da Vila do João. Estudo História na SUAM.(...) Como sempre que tenho oportunidade leio O Cidadão, gostaria de lhes sugerir, que fizessem uma reportagem sobre o tema nacionalismo, de valorização de nossa cultura, de nossa língua (...) Em tempo: parabéns pelo uso das palavras “correio eletrônico” e “página virtual” ao invés dos infames “imeio” ou “saite”. Vamos fazer do Brasil a nação do século XXI. Saudações auriverdes.*¹⁰⁴

3.4.4 – O Projeto Editorial

Como projeto de comunicação popular em um espaço cultural complexo como a Maré, o jornal O Cidadão já nasce com difíceis missões: integrar as 16 comunidades que formam o bairro, resgatar elementos dispersos da prática cotidiana dos moradores e que respondem por um sentido de identidade, divulgar e potencializar o trabalho das diversas instituições e movimentos sociais que atuam no cenário local, educar a população sobre a história da Maré e sua relação com o espaço político-cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, auxiliar os moradores na construção de uma visão crítica de mundo, transformar seus leitores em agentes ativos e participantes da dinâmica comunicativa criada pelo jornal. É na busca por se cumprir essas propostas que se delineia o conteúdo de O Cidadão.

¹⁰⁴ O Cidadão, Nº33 - Dezembro, 2003. p.23

Aqui cabe uma outra observação. Diz respeito a uma reflexão sobre público alvo do jornal: a população local. No projeto editorial do Cidadão, os 130 mil moradores que habitam o bairro não são considerados como uma mancha homogênea e indiferenciada – como o imaginário social concebe a população das favelas. A categoria *público do jornal* é considerada em toda a multiplicidade de suas redes sociais, estratégias e potenciais cognitivos. Isso significa dizer que, ao se folhear qualquer edição do jornal, encontram-se campos de informação abrigados em espaço-tempos distintos. Dessa forma, um morador analfabeto se apropria de uma parte do conteúdo do Cidadão: as ilustrações, as fotos de lugares conhecidos. O mesmo acontece com um morador pós-graduando que pode acessar espaços de reflexão e informação sobre a Maré e outros espaços populares não disponíveis nos veículos de comunicação formais. Entre esses dois extremos, o jornal se desdobra em vários campos espaço-temporais de informação.

Um outro fator que tenciona o projeto editorial do Cidadão é a ambígua relação: ser um jornal da Maré e ao mesmo tempo um jornal do CEASM. É uma relação nem sempre tranquila e vai ser analisada mais para frente. O que se fará aqui é destrinchar a produção do jornal.

3.4.5 – A Matéria Principal

A matéria principal é o eixo-central de cada edição. O assunto em foco é sempre um tema pertinente a todas as comunidades, o que permite a abordagem bairro como uma unidade. São matérias que atuam num tempo mais amplo de abstração e reflexão. Dentro dos limites da linguagem popular, acaba se transformando em abordagens sociológicas sobre questões relativas à vida na Maré e em espaços populares. Algumas matérias principais das últimas edições: *A Aventura de Ser Idoso na Maré*; *Invasão ao Iraque: linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio*; *Maré, uma Palavra Feminina: histórias de mulher, vida e desafio*; *O Precário Saneamento Básico da Maré*. A matéria principal ocupa 3 ou 4 páginas e se constitui numa proposta de jornalismo reflexivo que as empresas de comunicação basicamente baniram da produção jornalística. Em termos de conteúdo, é a parte do jornal mais complexa e que mais retrata uma forma de pensar do CEASM. Portanto, é a que mais depende do amadurecimento da equipe, além de uma visão

aprofundada e global das questões abordadas. Fica claro que é o campo de produção do Cidadão que mais precisou de ajustes no decorrer das edições. Já foi inclusive fonte de conflitos pelo encaminhamento da matéria não se alinhar com diretrizes políticas da entidade. Contudo, é opinião pessoal que as 15 últimas edições apresentaram resultados bem eficazes no sentido desejado.

Assim como as outras matérias, tenta-se construir a reportagem principal através do depoimento dos próprios moradores resgatando situações de vida que são identificadas pela população. Cita-se como exemplo, um trecho da matéria: *Maré e Mulher: um gênero de desafio*.

(...) Pode-se aqui fazer uma consideração sobre o preconceito: se o padrão considerado dominante na sociedade é homem-branco-endinheirado, em espaços populares como a Maré, onde a maioria da população não se enquadra nesse estereótipo, pode-se imaginar a série de preconceitos acumulados sobre a figura feminina:

*– “A discriminação em relação à mulher é muito grande. Vejo no cotidiano o preconceito. Por exemplo, sou o estereótipo: sou mulher, sou uma pessoa nordestina – que é um estigma. Também não sou branca...você junta tudo isso! E isso eu vi muito na minha vida sexual, quando os meninos me diziam: você é paraíba e paraíba dá para todo mundo. Na comunidade, vemos que as meninas engravidam sem ter levado um beijo, uma carícia”. – afirma Clarisse Cavalcante, jornalista e psicóloga. Ela é presidente e fundadora da ong Devas, que trabalha com cooperativas de trabalho para homens e mulheres do bairro.*¹⁰⁵

Logo na semana que foi distribuído o jornal, eu estava saindo do CEASM quando Hélio me chamou a atenção: as duas meninas que trabalhavam na cantina faziam uma discussão acalorada sobre a mesma matéria do Cidadão. Já tinha presenciado a mesma situação em outros lugares, momentos e edições do jornal. Acredito ser esse um caminho

¹⁰⁵ O Cidadão, Nº33 - Dezembro, 2003. p.13.

futuro do aprofundamento da proposta política do Cidadão. Sua periodicidade mensal e o formato de revista caracterizam mais o tempo lento da informação-reflexão. Essa também pode ser uma pista para produções em outros campos de comunicação comunitária. Quer dizer: seguir o caminho oposto ao trilhado pela grande mídia, que pulveriza a representação do cotidiano e da vida social em miríades de fragmentos superficiais de informação. A estratégia reversa seria se concentrar e aprofundar em poucos temas. Essa perspectiva representa o resgate de uma antiga faceta do jornalismo, enterrada por décadas de influência da pseudo neutralidade e objetividade da produção jornalística norte-americana. É a capacidade de um produto de comunicação fomentar o debate, municiar a população com informação educativa que lhe permita uma elaboração crítica do pensamento – fator fundamental para o exercício de uma cidadania política ativa.

Essa é uma opinião compartilhada com o pensamento de Christopher Lasch, em seu livro *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*.

*O que a democracia requer é um vigoroso debate público, não informações. Elas são necessárias também, é claro, mas do tipo que pode ser gerado apenas pelo debate. Nós não sabemos o que precisamos saber até fazermos as perguntas certas, e podemos identificar as perguntas certas somente quando sujeitamos nossas próprias idéias sobre o mundo ao teste da controvérsia pública. A informação, usualmente vista como precondição para o debate, é melhor compreendida como seu subproduto. Quando entramos numa discussão que concentra e prende nossa atenção, tornamo-nos ávidos caçadores de informações. Não sendo assim, nós as assimilamos passivamente – quando assimilamos.*¹⁰⁶

Essa é uma consideração alarmante ao se refletir sobre a chuva de informações superficiais que circula diariamente pela sociedade através dos meios de comunicação. Ainda mais ao se atentar para o triste quadro de esvaziamento da discussão política que

¹⁰⁶ Lasch, C., 1995, p.190

permeia a experiência de vida de maioria esmagadora da população brasileira. Comunicação comunitária e o resgate do espaço público de discussão são vetores sociais que caminham juntos.

3.4.6 - Quando o Cotidiano da Maré Vira Notícia.

A matéria principal de O Cidadão ocupa de 3 a 4 páginas. As outras 20 são preenchidas pelas mais diversas reportagens sobre o cotidiano do bairro: a nova linha de kombis que leva os moradores ao Norte-Shopping, os *trailers* que ocuparam uma rua no Pinheiro, os jovens skatistas da Nova Holanda, a questão da coleta de lixo nas comunidades, os comerciantes que apadrinham orelhões, os campeonatos dos times de várzea do bairro... Tudo o que é especificidade da vida na Maré ganha a dimensão narrativa no jornal. Não é exagero dizer que em 5 anos de existência, O Cidadão se transformou na mais rica documentação sobre a vida de um grupamento social de minorias da atualidade.

Não é raro acontecer de eu chegar na casa de um morador para fazer uma reportagem e encontrar um recorte do jornal pendurado na parede: um vizinho ou conhecido cuja foto foi publicada, a imagem da rua 30 anos atrás. Na hierarquização de valores da mercadoria-informação veiculada na grande imprensa, 2 opções foram concedidas ao cotidiano das favelas cariocas: o desprezo da invisibilidade social ou sua distorção pelo espetáculo de miséria e violência. Retratar a microfísica da existência que se desenrola desses espaços através de um jornal popular produz efeito contrário. E isso é reconhecido pela população através da vinculação afetiva com o jornal. Boa parte dos leitores tratam o Cidadão por *Jornalzinho da Comunidade*, *revistinha da comunidade ou nosso jornalzinho daqui*. Ser incorporado dentro da lógica do *Nosso* pela população é um dos mais altos títulos dignitários de um veículo comunitário. Rende uma dissertação inteira resgatar os momentos em que vida e jornal se fundiram num processo de construção social. Seguem aqui pequenos exemplos ilustrativos.

Na edição número 20 do Cidadão, foi publicada uma matéria com Jorge Bobs, tetraplégico, morador do bairro, que trabalha como flanelinha em frente ao Bobs da Avenida Brasil, se locomovendo num carrinho de rolimã adaptado. A reportagem contava sua história, a não desistência de um projeto de vida por consequência de um problema

físico e suas atividades como: treinador de futebol, compositor de samba e engraxate. No final do texto um parágrafo dizia:

Jorge Bob's tem 6 irmãos, todos já criados. Há 2 anos, sua mãe faleceu: – “Lembro da Maré, onde era barro puro. Naquele tempo, fiz minha casa com dinheiro do meu trabalho. Agora meu sonho é voltar a estudar, terminar o 1º e fazer o 2º grau.”¹⁰⁷

Ao ler esse trecho da reportagem, o morador da Nova Maré, Sérgio Amorim, que recentemente completou o ensino médio num projeto do CEASM, se sensibilizou. Entrou em contato com Jorge e se ofereceu para ministrar aulas ao flanelinha em sua casa, de segunda a sexta pela manhã. Seguiram-se doações de livros pela Cooperativa de Jovens da Maré e a promessa de uma vaga num curso de supletivo de 2º grau em Duque de Caxias. Esse exemplo é dado aqui não como ilustração de um assistencialismo piegas. Mas a ativação de uma rede de solidariedade local através da visibilização do drama cotidiano partilhado por um grupamento social. Seria mais ou menos o resgate do *munus* da palavra comunidade, o sentido original de tarefa e a obrigação para com o outro. Lembra também o pensamento do filósofo americano Richard Rorty, ao considerar que a solidariedade se manifesta mais facilmente em espaços locais, marcados pela vivência em comum de um conjunto de problemas. Ao dar visibilidade do cotidiano do ser-em-comum, projetos de comunicação comunitária ativam no campo social, o princípio da solidariedade.

Outro exemplo de vida e jornal entrelaçados no cotidiano. Numa tarde de setembro de 2002, um grupo de 4 mulheres apareceu no CEASM procurando alguém do jornal. Foram recebidas pela Viviane. Elas disseram que eram moradoras do Salsa e Merengue e queriam fazer uma reclamação. Independente de chover ou não, a rua em frente à casa delas ficava alagada. E pior: se chovesse, a água entrava quase um palmo nas residências. Hélio foi ao local, tirou foto e apurou uma pequena matéria contando o descaso do poder público ao entregar um projeto habitacional sem a infra-estrutura necessária. Foi publicada na edição de outubro.

¹⁰⁷ *O Cidadão*, Nº20 Maio, 2002. p.3

Fomos, então, à comunidade do Salsa e Merengue, na rua projetada G – quadra 9 – casa 7. Chegando lá, constatamos o descaso do poder público: a água de esgoto tinha mais uma vez invadido a residência de Cícera. Moradores reclamam que o problema é consequência da prefeitura ter entregue as casas à população sem a infra-estrutura necessária.

– “O piso da casa está baixo (abaixo do nível da rua), acarretando infiltração. Já perdi sofá, estante e agora é a mesa da sala. Com a ajuda das Irmãs coloquei um batente para dificultar a entrada do esgoto. Essa semana não consegui nem me alimentar, pois dentro da minha casa tinham fezes boiando. Com isso, meu filho não foi para a escola, já que estava doente com febre” ¹⁰⁸

No dia seguinte à distribuição do jornal, um representante do posto da CEDAE na Maré liga para a redação do Cidadão. Meio ansioso, o senhor fez um conjunto de considerações: a CEDAE não sabia daquela situação no Salsa e Merengue, a culpa era da prefeitura e não deles...e uma equipe da Companhia foi na comunidade, mas não encontrou o local. O endereço publicado estava errado. No dia seguinte, de posse da informação correta, retornaram ao local para avaliar e tratar da questão. E ainda pediram: *Pôxa, divulga aí que a gente foi lá e resolveu o problema.*

A imagem de uma população pobre se apropriando de um veículo de comunicação popular como instrumento de luta e reivindicação de melhorias do cotidiano é quase uma figura arquetípica da comunicação comunitária. Quando esse fenômeno se manifesta no real histórico, significa que em alguma instância da *praxis* social, o veículo comunitário se introjetou nas estratégias de vida da população. O exemplo acima foi pinçado dentre uma imensa coletânea. Pelo acaso de um endereço publicado errado, foi possível também constatar a legitimação do Cidadão como potência integrante das redes da microfísica do poder da Maré. São efeitos muitas vezes invisíveis que vão sedimentando o jornal como elemento consolidado da vida local.

¹⁰⁸ O Cidadão, N°24 Outubro, 2002. p.19

Mas seria um erro pensar que a população da Maré reivindica sua participação no jornal somente através de um *ethos reivindicador ou militante*. A despeito do estereótipo no imaginário social de uma população de favela sofredora e atolada nos problemas de uma existência miserável, a vida nesses espaços não transcorre dessa forma. Como se afirma na publicação do Censo Maré:

*Os discursos de ausência ignoram a multiplicidade e diversidade de ações objetivas encaminhadas por diferentes atores dos espaços populares no processo de enfrentamento dos limites sociais e pessoais de suas existências. Os moradores das favelas, com efeito, não analisam suas vidas a partir das noções de ausência e negação. Da mesma forma, não reconhecem a violência existente em seu cotidiano de modo semelhante à concebida pela maioria dos setores dominantes e médios. Eles levam em conta também os aspectos afirmativos, integrantes de sua cotidianidade.*¹⁰⁹.

É essa potência afirmativa de vida que se faz presente em um dos mais disputados espaços do Cidadão: a página de esportes. São notícias dos campeonatos de futebol da Vila do Pinheiro, Nova Holanda, Praia de Ramos, a reforma do campo da Vila do João; a turma de caratê do mestre Aurelino; as atividades da Vila Olímpica da Maré; as façanhas do time de futebol feminino. São divulgados tabelas dos torneios, depoimentos dos atletas, fotos de ilustres times locais como o Flamenguinho e o Flexa. É um evento especial para qualquer time local aparecer na página do Cidadão. Matérias descontraídas como do time de marombeiros da Vila do João criam grande empatia entre jornal e morador.

Um time com o nome de Maromba Futebol de Quê?(...) não poderia deixar de ter histórias interessantes para contar. Como a de Carlos, um dos diretores e técnicos do time, que deixou o time em campo para tomar sua cerveja. O Maromba ganhava de 1x0. Do bar, ele só estava escutando os gritos de

¹⁰⁹ Souza, J et alii, 2003, p.29

*gol. Após tomar 6 garrafas, voltou para o campo. Era gol do time adversário, mas Carlos pulou, gritou e comemorou o gol. No auge do delírio, tirou jogadores que tinham acabado de entrar para colocar jogadores de outro time*¹¹⁰

Dentro de uma perspectiva intelectualista, é comum achar que esse tipo de matéria é coisa banal, sem importância. Nada mais errado. São esses espaços que garantem uma aura de informalidade ao Cidadão, tão importante no processo cognitivo de um veículo impresso num espaço popular. É o que abre as portas para as páginas mais sérias. Além disso, são reportagens que consolidam a aproximação entre morador e jornal.

Ao transformar em notícias eventos e fatos específicos da Maré, O Cidadão também se territorializa e se torna construtor de narrativas sobre uma área específica da cidade tradicionalmente não representada em outras instâncias sociais. Esse papel é cumprido em matérias como a da linha de kombis que levam o morador ao Norte-Shopping. São reportagens que demarcam o simbólico território existencial da Maré na urbe carioca.

Os moradores da Maré já passam menos perrengue para ir lá para as bandas do Norte Shopping e do Nova América. O acesso para esses lugares ficou mais fácil com a criação de uma nova linha de Kombis.

– “Para quem mora na Avenida Brasil, essa kombi facilita muito. Como não tem ônibus com esse itinerário, as pessoas tinham que pegar duas conduções.” – diz Rafael de Andrade, 20 anos.”¹¹¹

O mesmo morador que olha para um jornal O Globo ou O Dia sem neles identificar sua imagem, em O Cidadão com uma rápida olhada nas fotos já reconhece lugares e pessoas presentes no seu dia-a-dia. Se a criação *Bios Midiático* foi a estratégia do Polinômio Ocidental de Poder para dominar através da virtualização da existência, a tarefa

¹¹⁰ O Cidadão, Nº28 Abril, 2003, p.18

¹¹¹ O Cidadão, Nº32 Outubro, 2003, p.11

de jornais comunitários como O Cidadão é trazer de volta a vida para a esfera imanente da realidade social. Não se trata só de exercício discursivo. Mas de intervenção política em instâncias profundas da vida social controladas pelo Capital.

Walter Benjamin¹¹² já acena em seu clássico texto *O Narrador* a gradual desconexão operada pelo capitalismo entre narrativas e o campo da experiência de vida. O singular teórico da Escola de Frankfurt mapeia um fenômeno que se acentuaria no transcorrer da modernidade: um processo de perda na passagem do sistema de vida baseado na narratividade oral para literatividade da vida moderna. Benjamin aponta em vários de seus textos, o progressivo empobrecimento dos processos subjetivos e criativos gerados pelas formas industriais de produções narrativas. Na era da pós-modernidade, esse fenômeno ganhou ares dramáticos ao ser conduzido pelo Império da Informação capaz de fazer circular ao redor do globo um fluxo instantâneo de estímulos sem vínculo maior com dimensões mais profundas da consciência humana. É nesse sentido, que a comunicação comunitária ao se constituir como vetor de realinhamento do polinômio *vida-cotidiano-narrativa*, também se afirma como força contra-hegemônica à racionalidade do Capital.

3.4.7 - Descrevendo o Perfil da Multidão

Depois da matéria principal, a página do perfil talvez seja o segundo espaço mais nobre do Cidadão. O Perfil é uma sessão fixa situada na página 3 do jornal, onde é narrada a história de vida de algum morador: Dona Maria: a benzedeira da Nova Holanda; Aurelino: o mestre de caratê da Vila do João; Rodrigo: o jovem artista vendedor de quadros do Pinheiro; Jupira: a dona de casa do Conjunto Esperança que mandou uma carta de reclamação ao prefeito; Elídia: a moradora do Timbau de 104 anos; Paulinho Sapateiro: um profissional em extinção do Parque União... São personagens anônimos do seio da Multidão que integram o dia-a-dia do bairro e cujas histórias ganham dimensão épica nas páginas do Cidadão – um modelo narrativo muito próximo da literatura soviética pós-revolucionária. É espaço por excelência onde se valoriza o morador, sua história e identidade. Não pela ótica do preconceito. Mas pela descrição das linhas de vida que unem a existência das minorias espalhadas pelas periferias do planeta.

¹¹² Benjamim, W., 1994.

É a parte do jornal que eu mais gosto de produzir, as que me trazem mais fortes lembranças do trabalho de repórter comunitário. São experiências como o perfil de seu Zé Poeta, cordelista da Vila do João. A matéria tinha sido pautada pelo Hélio, sugerida pelo pessoal da Igreja Católica do Pinheiro. E lá estávamos nós, num final de tarde, a dupla André-Hélio, na humilde casa do Seu Zé para uma entrevista. Morador da área da Maré desde a década de 60, o cearense José Fernandez guardava numa velha pasta preta sua experiência de vida transformada em poemas caligrafados em folhas de caderno. Nas 3 horas de conversa, foi contada uma história que poderia ser relatada por qualquer um dos milhares de nordestinos expulsos de sua terra natal pelo latifúndio capitalista e que vieram tentar a sorte no Rio. A diferença de seu Zé talvez fosse poder contar sua trajetória na métrica do cordel – que foi publicado no jornal sob o título: José Fernandez: biografia de um poeta semi-analfabeto.

Natural de uma região de roça no Rio Grande do Norte, que ficava há 8 km da escola mais próxima, José Fernandez só estudou 2 meses. Perseverante, aprendeu a ler e a escrever sozinho com uma cartilha adquirida nas poucas aulas que teve. (...) No entanto, o dom da poesia só se concretizou mesmo aos 20 anos, no dia em que foi à cidade para se alistar no serviço militar com um amigo:

– “Quando passei em frente a uma escola e vi aquela garotada brincando, jogando bola nas costas dos outros, dando rasteira uns nos outros... me deu uma tristeza tão grande de ter nascido na roça atrasada, de não ter tido oportunidade de estudar. Fiquei com os olhos cheios de lágrimas. E me veio a idéia de fazer um verso com aquilo que eu sentia. As palavras me vieram na cabeça, que ainda me lembro como se fosse ontem....”

Quando vejo uma mocinha

Ou um garoto pachola

Indo ou Vindo da escola

Ah, que inveja é a minha

Pois o pensar me acarinha

*Que não foi deslealdade
Foi a incapacidade
Da roça pacata e muda
Admiro a quem estuda
Porque só tive vontade.(...)”*

Mas as poesias de Seu Zé também falam de sua vida. Algumas trazem nas entrelinhas histórias que retratam experiências cotidianas vividas por grande parte da população brasileira:

– “Certa vez uma moça na Galeria Condor, lá no Largo do Machado, onde trabalho na limpeza, pediu uma poesia do Dia das Mães para colocar na sua loja. Eu fiz. Um senhor português, chamado João da Lareira, dono de várias lojas na galeria, viu e me pediu uma cópia da poesia. No dia dos Pais, a mesma coisa. A moça me pediu outra poesia e eu fiz. O senhor novamente me pediu uma cópia. No dia seguinte, ele se encontrou comigo. Eu perguntei se ele tinha gostado. Aí, ele disse com certa ironia. “Bonito, muito bonito! Mas Ceará, vem cá... Isso é seu ou copiado?!” Quando ele falou isso, me deu foi uma tristeza, aquilo me ficou doendo. Eu pensei: meu Deus, como é discriminado o pequeno. Se eu fosse um bonitão podia. Mas como não tenho dinheiro, nada. Eu fui para o vestiário e pensei: “vou escrever um só para mostrar que quem escreveu os outros fui eu.” E parece que foi o Espírito Santo que botou os versos na minha cabeça. Eu escrevi no papelzinho e mostrei para o seu João:

*Um contador capinando
Dá pra se avaliar
Um engenheiro pintando
Também dá pra tapear
Mas faxineiro poeta
É difícil acreditar*

...Quando ele terminou de ler, ficou igual a essas pessoas que de uma hora para outra desmoronam. Ficou me pedindo desculpas umas 4 vezes seguidas.”¹¹³

Imagine agora: um morador leitor de O Dia, abre o jornal e lê uma entrevista com Ronaldinho, Malu Mader e companhia. Que significado isso tem? Que outro efeito provoca se não engatilhar a máquina subjetiva de consumo simbólico da figura do outro. É uma bela estratégia do Capital para sugar a criatura para dentro do *Bios Midiático*. Que outro evento não é a população do bairro se deparar com perfis como de seu Zé. Não se trata de consumo e nem mesmo a figura do outro. Mas o uso da comunicação popular para tirar o cidadão comum do anonimato e da invisibilidade impostos pela mídia nestes tempos de globalização. É sua transformação em personagem de uma nova criação estético-narrativa exibida e contada a partir da perspectiva e referência local. A estocada contra a racionalidade do Capital, dessa vez, mira-se na quebra de seu paradigma estético.

Resgatar e multiplicar a experiência de vida do morador, na forma de 20 mil exemplares de jornal, promove um trabalho silencioso na tecitura humana que compõe o cotidiano da Maré. Alguns casos ajudam a visibilizar essa cadeia de efeitos. Na edição de fevereiro de 2003, foi publicada o perfil de Edson, o Esquisito, fundador do *Bloco Mataram meu Gato*, origem da *Escola de Samba Gato de Bonsucesso*, cuja sede fica na Nova Holanda. O texto falava do surgimento do Bloco, seu trabalho com a escolinha de futebol na Vila Olímpica, a origem do apelido... E terminava assim:

–“Depois dos 50 anos, você tem que trabalhar a mente para não se enfraquecer, não cair numa depressão. A minha sorte é que sempre trabalhei com crianças, com esportes e isso me ajudou muito. E vem me ajudando, porque da minha época, muitos se tornaram alcoólatras, outros ficaram depressivos”¹¹⁴

¹¹³ O Cidadão, Nº 15 - Julho, 2001

¹¹⁴ O Cidadão, Nº 27 - Fevereiro, 2003

O jornal saiu. Foram deixadas 2 caixas no CEASM da Nova Holanda. No entanto, uma caixa sumiu. No dia de distribuição na Nova Holanda, quando os distribuidores iam começar a entregar o Cidadão em uma das ruas, um morador falou: *“Ué, de novo?! Já distribuíram aqui. Ontem passou um maluquinho com uma caixa cheia de jornal na cabeça distribuindo para o povo daqui da rua.”*. Foi difícil saber onde entregar e as ruas que Edson já tinha passado distribuindo o jornal para sua vizinhança.

Um último *causo* gerado a partir da página de perfil. Em abril de 2002, Viviane e Lígia faziam uma enquete sobre a questão dos transportes na Maré. Estavam abordando moradores na entrada da rua principal da Nova Holanda, próximo à Praça do 18, quando foram abordadas por um senhor já meio bêbado. Queria saber para que era a entrevista e que ele tinha muita coisa importante para dizer: que falava várias línguas, conhecia o Brasil todo, era nascido na Polônia. As meninas ficaram de procurá-lo depois. Perguntaram a mim se podiam fazer o perfil. Achei a idéia muito boa. A dupla fez uma primeira expedição na comunidade Nova Maré para saber onde o tal senhor morava. Depois de muitas perguntas na vizinhança descobriram. Num outro dia, fui eu e Viviane para fazer a entrevista. Impossível. A moça que morava com seu Elieser disse que nosso candidato a perfil estava totalmente alcoolizado. Apenas num outro dia, Viviane, sozinha, conseguiu a entrevista. Terminada a apuração, feito o texto, publicado o jornal, a matéria começava assim:

A princípio, essa história parece não ter nada a ver com a Maré. Elieser Shinaideer Yankovisc é apenas um de 5 filhos de uma família judia, que passou muitas dificuldades na Polônia. Viveu de perto o holocausto nazista. Passou boa parte da infância em um campo de concentração, onde perdeu seus pais. Durante anos, foi mantido como escravo, trabalhando sem parar, até o dia em que as tropas russas invadiram a Polônia e o libertaram. Junto com seus 4 irmãos, Elieser caminhou até Berlim, de onde deixou a Europa e veio para a América”¹¹⁵

¹¹⁵ O Cidadão, Nº21 - Junho, 2002

A matéria continuava descrevendo como seu Elieser tinha viajado por todo o Brasil pela marinha, sua prisão na Ilha Grande como preso político, a chegada no Timbau em 1959 e o dom poliglota de falar: francês, polonês, alemão, italiano, espanhol e português. Elieser virou uma personalidade ilustre no bairro. O estado de espírito deixado no leitor ao conhecer um vizinho com aquela experiência de vida pode ser resgatado numa entrevista publicada na edição seguinte:

– “Jornais como o Globo ou o Dia só falam aquilo que interessam a eles. Mas os nossos problemas são esquecidos. Só mesmo o jornalzinho da comunidade para fazer isso. Não vê aquele senhor do campo de concentração que ganhou uma página no jornal. O jovem que vê a história daquele homem aprende alguma coisa.” – afirma Carlos Augusto Silveira Lopes, pescador e morador do Parque União.¹¹⁶

Um mês após publicada a matéria de seu Elieser, não era mais possível encontrá-lo no bairro. Segundo vizinhos, em função do sério problema de alcoolismo, ele tinha sido levado embora por um irmão rico que morava fora da Maré. São exemplos pinçados entre tantos de como projetos de comunicação comunitária tem o poder de se entretecer junto aos fios de existência da população. Uma última consideração sobre o Perfil. Recentemente, a TV Futura procurou o jornal para uma parceria: juntar a equipes do jornal e do canal para produzir uma versão em vídeo do Perfil do *Cidadão*.

3.4.8 – Uma Página para a História da Maré

A última página guarda uma das maiores singularidades de O Cidadão: uma secção dedicada à História da Maré. Durante 4 anos, o texto foi baseado em pesquisa feita por dois moradores sobre a História do bairro e região, desde 1500 até os dias atuais. Em cada edição, seguindo uma ordem cronológica, uma parte da história era apresentada. Hoje concluída a cronologia histórica, a Rede Memória produz blocos temáticos: as mulheres operárias, os antigos cinemas da região... O objetivo é mostrar ao morador, como o bairro

¹¹⁶ O Cidadão, Nº22 - Julho, 2002

sofreu grandes transformações ao longo dos séculos. Pode-se pensar quantas comunidades têm sua história resgatada das sombras do passado, como no trecho publicado numa das primeiras edições, que descreve a região da Maré nos anos de 1500.

Na época da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, a área hoje ocupada pela Maré era um recanto da baía de Guanabara formada por praias, ilhas e manguezais. Faziam parte de seu litoral a enseada de Inhaúma, a ponta do Tibau, (...) Pinheiro, Sapucaia, Bom Jesus, Pindaís, Fundão, (...) próximas à Ilha do Governador.

A região além de Manguezais, tinha pau-brasil, árvore cuja madeira durante muitos anos foi explorada pelos portugueses. Os índios, primeiros habitantes do lugar chegaram na região a cerca de 8 mil anos. Vieram atraídos pelos recursos da Baía da Guanabara, como a fartura de peixes.

Há cerca de 1300 anos, a região estava ocupada pela tribo dos Tupinambás. Eles deram origem aos índios encontrados pelos portugueses na época da descoberta: os da nação Tupi-Guarani..."¹¹⁷

O quadro História da Maré é geralmente acompanhado de mapas e gravuras mostrando como era a região no passado. Fotografias atuais e antigas – algumas datando do início do século – também são usadas para associar pontos geográficos passados com o espaço físico atual. Através do Cidadão, um jovem morador poderia saber que a sede da Igreja Universal na subida do Morro do Timbau, se localiza hoje onde ficava o antigo *Porto de Inhaúma*, importante centro do comércio colonial.

É preciso ressaltar: a História do Rio de Janeiro não é contada a partir das favelas e nem mesmo dos subúrbios. Mas da Zona Sul e do Centro da cidade. Da mesma forma, a História do Brasil não é contada pelo negro nem pelo sertanejo nordestino. A proposta da última página do Cidadão e da Rede Memória de produzir História a partir de espaços e olhares desprezados pelo poder hegemônico faz conexão com o pensamento de Mike

¹¹⁷ O Cidadão, Nº 1 - agosto, 1999

Featherstone. Em seu texto *Localismo, Globalismo e Identidade Cultural*¹¹⁸, o teórico norte-americano reflete sobre a perda de confiança nas grandes narrativas universais da modernidade ocidental e da popularização de formas de conhecimento e produção cultural, antes monopolizadas por grupos estabelecidos no poder. Featherstone cita o conceito de *Fim da História*, do filósofo italiano Gianni Vattimo. Isto é: o fim do fluxo único de um modelo narrativo da História controlado por um poder hegemônico central. Na visão de Vattimo, esse discurso único seria fragmentado em uma gama de versões locais.

Uma reflexão sobre a página da História da Maré permite outro contraponto com a mídia convencional. Se as grandes empresas de comunicação são pólos culturais de produção da informação-mercadoria, projetos de comunicação comunitária podem seguir um caminho contrário. São espaços onde a informação pode ressurgir como instrumento educativo capaz de promover o resgate da singularidade da cultura local: suas tradições, História, eventos. A publicação mensal do Cidadão permite que o estudo do espaço sócio-geográfico da Maré seja inserido nas aulas de Geografia e História das instituições de ensino locais.¹¹⁹ Diversas escolas públicas da região já usam matérias do jornal como tema de prova. Mesmo os professores encaminham os alunos para o jornal e Rede de Memória para pesquisa escolar.

3.4.9 –Penduricalhos

Escondidos sob esse título de penduricalho estão pequenos boxes espalhados pelas diferentes páginas de jornal com um tipo de informação bem específica: as receitas enviadas por moradoras da coluna *Sabor de Maré*; as *Dicas da Vovó* com informações práticas ao dia-a-dia: como clarear pias, tirar manchas, afastar formigas, tirar odor de geladeira; *Natureza Cidadã*, com dicas de uso de fitoterapia; *Balcão de Direitos*, com respostas a dúvidas comuns da população no campo da jurisprudência; o *Humor Cidadão*. Novamente, uma análise intelectualista poderia afirmar: é uma produção menor, sem importância no jornal. Talvez fosse... para a Folha de São Paulo, o Estadão, o Globo. Mas

¹¹⁸ Featherstone, M., in: Revista Globalismo e Fragmentação, Janeiro-Junho, 1996.

¹¹⁹ Nesse aspecto é preciso destacar o CIEP Gustavo Capanema, a escola pública da região cuja direção e professores têm uma visão mais progressista do processo educativo num espaço singular como a Maré. Não é por acaso que o CIEP é um dos maiores parceiros do CEASM no bairro.

não num jornal popular como o Cidadão. Em verdade, os penduricalhos funcionam como estratégias de cognição. São as informações de espaço-tempo mais reduzido, de utilidade imediata no cotidiano. É a área que permite a uma pessoa simples, mesmo que semi-analfabeta, apropriar-se do jornal, guardá-lo... e até mesmo, a partir daí, disponibilizar o Cidadão para outros integrantes da família.

3.4.10 –Outras Editorias

Eis um breve descrição sobre outras áreas ou editorias do Cidadão. A maioria foi criada como demanda da praxis comunicativa entre jornal e população. Um exemplo é a chamada *Página de Rascunho*, criada para abrigar toda sorte de materiais enviados para a redação: poesias, cartas, textos, fotos de aniversários, reclamações, ilustrações. O *Aconteceu na Maré* funciona como espaço para divulgar eventos a que o jornal é convidado a cobrir: aniversário da escola, inauguração da cooperativa de lixo, visita do governador na comunidade. *Nas Redes do CEASM* é uma página institucional para divulgar projetos da própria entidade. *Cantos e Contos da Maré* foi criada para as produções literárias mais sofisticadas dos moradores, como contos e poesias. *Cidadãozine* é um espaço voltado ao público jovem com matérias como: Esqueitistas da Maré e Os Estranhos Cortes de Cabelos da Juventude do Bairro.

Outro espaço interessante de se comentar é *Um Pedaco de Angola na Maré*. De acordo com dados não oficiais, o bairro abriga a maior comunidade de angolanos do Rio de Janeiro – concentrados na Vila do João e na Vila do Pinheiro. São, em geral, jovens do sexo masculino que vieram ao Brasil fugindo da já extinta guerra civil angolana. Sem apoio do consulado e vivendo situação de vulnerabilidade econômica, a população angolana da Maré muitas vezes se vê excluída das próprias redes sociais locais. Principalmente depois do boato espalhado na cidade de que guerrilheiros angolanos estavam dando suporte a facções do tráfico na Maré. Ao ser procurado por uma liderança do grupo, o Cidadão abriu um espaço exclusivo para assuntos voltados para a singularidade da vida angolana no bairro: o culto angolano na igreja Batista da Vila do João, o grupo folclórico Kapiapia, a recém-criada associação angolana.

Uma das características mais fabulosas dos veículos comunitários é servirem como campo de experimentação em comunicação. Com essa idéia em mente e com o objetivo de tornar O Cidadão acessível a um número maior de moradores, o jornal resgatou em algumas edições um antigo gênero esquecido pela publicações impressas: a fotonovela – produzida pelos alunos de fotografia das oficinas de comunicação e cultura do CEASM. A proposta era utilizar a linguagem popular e de fácil compreensão da fotonovela para retratar situações de vida comuns à população no bairro. Foi o caso da Fotonovela *A Entrevista*, contando o caso ficcional de um senhor nordestino semi-analfabeto, da Vila do Pinheiro, que vai buscar emprego em Bonsucesso e é humilhado durante a entrevista. Alguns alunos de fotografia se recusaram a participar da produção da fotonovela, julgando-se agredidos pelo enredo da história. Com todo esse potencial de impactar o morador, a fotonovela foi publicada com um pequeno texto propondo reflexões e discussões sobre temas como a discriminação social e exclusão educacional vividas por grande parte da população do bairro.

Uma última seção que merece destaque é o chamado *Para Pensar*, uma mistura de coluna com penduricalho. Esse foi o dispositivo encontrado para fazer uma reflexão a partir de matérias descritivas e factuais. Dessa forma, ao lado de uma reportagem sobre o Cibercafé instalado na Maré pelo Viva-Rio, encontra-se um boxezinho intitulado *Para pensar em Internet*, onde se lê:

É muito importante a presença de um espaço no bairro onde moradores tenham acesso à Internet. Principalmente pela imensa parcela da população mareense excluída de qualquer contato com as novas tecnologias.

Mas não se pode esquecer de uma coisa: ver o tipo de uso que a população faz do imenso potencial que representa a internet. Grande parte dos usuários da Estação Futuro entram na rede em busca das salas de bate-papo, sites de sexo ou de programas de televisão – como o Globo.com. São acessos que apenas sofisticam e concluem o circuito iniciado na salinha da TV. Muda-se a forma de acesso, não o conteúdo da informação. Não educam, informam ou

interferem de forma positiva e construtiva na consciência do morador.

Seria importante a existência um projeto que auxilie o morador a encontrar nas redes virtuais informações educativas e verdadeiramente úteis ao seu dia-a-dia. Quem sabe uma parceria com as escolas para trabalhos de pesquisa ou acompanhamento para comerciantes – o que até já existe como projeto...as possibilidades são muitas.¹²⁰

3.4.11 – A Aventura de Ser Pautado pela Multidão

O processo de produção de pautas das matérias ganha grande importância num veículo jornalístico comunitário. É um dos lugares onde mais forte deve se fazer presente o espírito comum da comunicação popular. A imagem de uma utópica e ideal reunião de pauta de um jornal comunitário poderia ser a seguinte: todos os moradores juntos num estádio de futebol discutindo sobre como deveria ser ou não o jornal. Todos participando, cada um com direito a voz. Infelizmente, esse tipo de reunião de pauta, com toda população, ainda não é possível ser realizada no planeta Terra. O que não quer dizer que não se possa procurar mecanismos que permitam aos moradores participarem cada vez mais ativamente da elaboração do jornal.

As reuniões de pauta de O Cidadão são feitas mensalmente entre os integrantes da equipe. São decididas a matéria principal, além dos blocos fixos e outras matérias. Sugestões de pautas de outras pessoas são também passadas na reunião. Como as discussões de pauta envolvem moradores de diferentes comunidades do bairro, tem-se uma agenda variada de assuntos a serem abordados em cada edição. No entanto, a interferência do morador numa reunião de pauta é muito mais direta do que pode dar a entender na descrição acima. Cita-se aqui uma historiazinha para ilustrar a afirmação:

Em novembro de 2003, estava o time de futebol do Cidadão numa área esportiva no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão. Era um campeonato de fim de ano do CEASM. Foi

¹²⁰ O Cidadão, Nº 18 – Janeiro-Fevereiro, 2002, p.20

quando o Hélio veio na minha direção com um rapaz que estava envolvido com o futebol num outro campo próximo. O Hélio me apresentou:

– *Esse daqui que é o editor.*

O moço então começou sua fala:

– *Olha rapaz, prazer. Muito bom o que vocês fazem no jornal, falando dos times da comunidade. Mas eu queria te dar uma sugestão. Olha, eu sou juiz de futebol, tô fazendo o curso da CBF e apito jogos aqui e na comunidade. É uma matéria diferente que vocês poderiam fazer: sobre os juízes da Maré. Tem mais gente que está fazendo o curso da CBF. Nós somos chamados para todo lugar para apitar jogo de time de comunidade. Lá na Maré, por exemplo, tem juiz que é respeitado, meio xerifão, que expulsa até bandido. Já pensou apitar jogo de time de bandido...*

Pauta e orientação de pauta já vieram prontas. Quando eu levar essa sugestão na reunião da equipe, quem teria proposto a pauta? Toda hora somos abordados na rua, ligam para a redação, mandam cartas... A ambiência social dos espaços favelizados propiciam em alguns aspectos uma relação quase orgânica entre morador e veículo local de comunicação. Essa é uma forma de dizer que, a despeito da racionalização do trabalho circunscrito à equipe, a população está sempre presente nos processos de produção do jornal.

3.4.12 –Publicidade, Administração e Recursos

A questão financeira e administrativa é geralmente considerada o *calcanhar da Aquiles* dos veículos de comunicação comunitária, seja rádio ou jornal impresso. No que diz respeito ao aspecto de sustentação financeira é comum a dificuldade de conseguir anunciantes entre o comércio local. Quando existem, os rendimentos costumam não ser suficientes para a sobrevivência do veículo. No caso das rádios, a própria lei proíbe a veiculação de anúncios nas emissoras comunitárias. A falta de uma estrutura organizacional da maioria dos projetos acaba não despertando a confiança de empresas patrocinadoras.

No caso do Cidadão, o jornal já nasce dentro de uma proposta política que tem por trás uma organização já consolidada e legitimada pela comunidade e fora dela: o CEASM. O peso institucional da entidade e seu reconhecimento por parte de instituições públicas e privadas torna mais fácil a tarefa de capitalizar recursos financeiros para o sustento do

jornal. Um excelente exemplo é a Ediouro. Se o CEASM tivesse de tirar do bolso recursos para pagar os mesmos 20 mil exemplares do Cidadão, o custo sairia por volta de 7 mil reais. É mais do que o dobro do arrecadado pelo jornal por diferentes fontes. Mas o que a Ediouro ganharia em troca? Numa pesquisa interna feita pelo setor de recursos humanos, perguntou-se que benefícios a empresa trazia para a comunidade. Como boa parte dos funcionários eram moradores, a resposta mais comum foi: o jornal O Cidadão. Não existe melhor política de boa vizinhança. Outro patrocinador é a Petrobras, parceira do CEASM num grande projeto: o Programa de Criança. A estatal é quem financia as bolsas para a equipe. Hoje, poucos repórteres continuam como voluntários sem remuneração – situação bem diferente dos primeiros tempos.

Quem folhear qualquer das últimas edições de O Cidadão percebe que 4 páginas são destinadas à publicidade. É uma conquista recente. Durante quase 3 anos, tentou-se sem sucesso consolidar um núcleo captador de anúncios no jornal. No entanto, somente no último ano, através da presença do Paulo, aluno de Engenharia de Produção da PUC-RJ, conseguiu-se estruturar o núcleo. Como jornal comunitário, a presença da publicidade não se explica só pelo aspecto financeiro. Mas também por trazer para O Cidadão a presença de um importante componente da vida na região: o comércio local. São anúncios de todo tipo. Grandes instituições que atuam na Maré: SESI-SENAI – de Bonsucesso. Estabelecimentos de médio porte: Bazar Senense – da Vila do Pinheiro; Irmãos Alves: Material de Construção – no Morro do Timbau. E também os pequenos e micro comerciantes – além dos ambulantes: Salão Ebenezer – da Baixa do Sapateiro; Zu Fashion – da Zuleica da secretaria do CEASM; Chaveiro Luciano – do Timbau. Visto de outro ângulo, a própria publicidade ajuda à identificação do jornal ao espaço e cotidiano da Maré. Tem-se como objetivo que a relação comerciante local e O Cidadão não se limite ao formalismo comercial. Mas ajude a construir uma postura cidadã do comerciante, que passa a colaborar com um projeto social.

Com as 4 páginas completas, a captação de anúncios gera em torno de 1300 reais. É uma fonte de recursos que ajuda nas despesas correntes, como: compra de fitas-cassete, pagamento de passagem para a equipe de reportagem, revelação de fotos. É também de onde se tira recursos para pagar as bolsas de parte da equipe. Como a relação gastos x

captação de recursos está cada vez mais apertada, planeja-se, além de outros patrocinadores, a implantação de formas alternativas de arrecadação financeira. Uma delas é a *Assinatura Cidadã*, onde se pagaria pelo recebimento em casa de 12 meses de edições do Cidadão.

Em termos de infra-estrutura técnica, a redação do jornal ocupa 2 salas num espaço recém reformado pelo CEASM. Temos 2 computadores, scanner, impressora, gravadores, mesa de reuniões e armário com arquivos. Só as máquinas fotográficas são emprestadas. Uma semi-profissional minha e uma digital do Lúcio. É uma situação também muito diferente do início do trabalho, quando fazíamos comunicação pela via da boa vontade. Outra novidade recente também criada pelo Paulo é o que chamamos de Núcleo de Márquetim cujo objetivo é ampliar a projeção do trabalho do jornal junto à população.

3.4.13 – A Distribuição do Cidadão.

O jornal O Cidadão é distribuído gratuitamente em todas as 16 comunidades da Maré. É um trabalho feito por uma equipe de jovens do bairro. A principal estratégia de distribuição é fazer a entrega de casa em casa nas vias principais previamente escolhidas em cada comunidade. Instituições comunitárias como escolas e associações de moradores também recebem o jornal. As sedes do CEASM no Timbau e em Nova Holanda também são pontos de distribuição. Além dessas formas de entrega, existe uma lista de mala direta para onde são enviados jornais.

3.5 – O Cidadão e a Identidade Mareense

Agora uma questão bem interessante. O Cidadão é o jornal do bairro Maré... Mas que bairro seria esse? É um veículo de comunicação comunitária...mas de que comunidade afinal se trata? Não é fácil tentar definir a Maré como espaço social. Em termos territoriais, já foi dito que o bairro é um espaço formado por 16 comunidades contíguas ou próximas. Cada uma marcada por singularidades geográficas; arquitetura urbana e processos de formação histórica distintos. A terminologia de bairro foi criação da prefeitura na década de 90 que, sem nenhuma consulta aos moradores, transformou as comunidades da área numa

região administrativa. Quer dizer: na documentação da burocracia municipal, a Maré é um bairro. Só que não é tão simples assim. A questão se complica quando se tenta percorrer os diferentes olhares subjetivos para a Maré como espaço social. Um exemplo claro: para os não-moradores, aqueles situados do outro lado da Avenida Brasil, a Maré é uma imensa mancha homogênea de favela. Já para a população das comunidades inseridas à força no bairro pela prefeitura, não é muito fácil encontrar alguém que se diga morador da Maré. É o caso de quem mora na Praia de Ramos e Roquete Pinto, onde a identificação territorial se dá com o bairro de Ramos. No entanto, para o presidente de associação que vai ao poder público fazer reivindicação, a Maré existe: é uma imensa nação de carregado colorido emocional cuja população chega a cifras de 400 mil habitantes. E tem também a visão de muitos moradores das diversas comunidades para quem chamar a Maré de bairro é *papo-furado*, uma vez que a região não possui infra-estrutura de outros espaços com o mesmo título. Retorna-se então para a pergunta: como pode o Cidadão se intitular: *O jornal do bairro Maré?*

Em termos político-estratégicos, a concepção de bairro para a região foi adotada pelo CEASM por permitir pensar a Maré num sentido global – mesmo sabendo ser uma criação artificial e sem discussão política. Uma das bases de intervenção social do CEASM é lutar para dotar a região de uma infra-estrutura urbana e cultural de bairro, mas repensando a questão a partir das referências locais. Em certo sentido, a Maré como projeto político de bairro é uma construção do CEASM, uma visão que acaba sendo partilhada de forma mais efetiva somente pelos moradores envolvidos nas redes de trabalho da entidade. Poderia-se mesmo dizer que O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré é um locus de irradiação de um sentido bem próprio de *ser-bairro* ou *ser-comunidade* na região administrativa chamada de Maré.

Vale aqui trazer a discussão para um viés comunicacional. Em *Espírito Comum*, Raquel Paiva cita uma consideração interessante de Ciro Marcondes Filho: “um veículo de comunicação comunitária pode surgir mesmo antes da comunidade real”¹²¹ A comunicação se encarregaria de criar um campo de referências comuns tornando menos abstrata e dispersa a idéia de comunidade. E esse é um trabalho realizado pelo Cidadão hoje

¹²¹ Paiva, R., 1998, p.154

na Maré. Se a concepção de bairro ainda é uma abstração administrativa do poder público, o jornal trabalha no campo discursivo com a projeção dessa comunidade mais ampla. É só perceber: todas as 16 comunidades recebem o jornal, cada edição busca produzir matérias em todas as localidades, de Marcílio Dias ao Conjunto Esperança todas são abrigadas sob a mesma denominação de bairro. Em certas instâncias, pode-se dizer que o jornal O Cidadão promove a manifestação do bairro no real histórico e na subjetividade da população – mas a partir da visão político-estratégica do CEASM.

O Cidadão apresenta vários exemplos desse processo de construção de identidade. Um caso que vale ser citado é um termo inventado sem maiores pretensões pelo jornal para se referir ao morador: é a palavra mareense. Dessa forma, o Gato de Bonsucesso na Nova Holanda é uma escola de samba mareense; o lutador de caratê do Pinheiro é um desportista mareense; o músico do Parque União é um artista mareense. Não se tratar da imposição de um rótulo. Mas de uma referência identitária disponibilizada para apropriação da população. Não é raro o recebimento de cartas e correios eletrônicos, onde os moradores se identificam como residentes do bairro Maré ou mareenses... Mesmo de comunidades sem identidade histórica com a Maré, como é o caso de Marcílio Dias e Praia de Ramos. É um trabalho que, numa dimensão mais ampla, só o campo da comunicação permite construir. Esse conjunto de reflexões foi matéria central da edição do Cidadão de fevereiro de 2003 sob o título: *Mareense!? Existe isso?! Reflexões sobre um bairro em formação*. O texto da coluna *Para Pensar em ser Mareense* ajuda a concluir essa idéia:

Chegou então a hora de perguntar: e aquele papo de mareense? Ok, a gente confessa: essa palavra é invenção do jornal. Não que se queira ficar rotulando morador ou forçando um sentimento emotivo de amor à Maré. Nada disso. Na verdade, é uma espécie de lembrança. (...) Mesmo reconhecendo a diversidade e multiplicidade do que é a vida nas 16 comunidades da Maré, é também preciso reconhecer que certos laços unem aqueles que ficaram à margem da avenida chamada Brasil. (...) Chamar o morador de mareense é antes de tudo fazer um convite. É convidar a população para a formação de uma comunidade política ativa capaz de intervir nas 16

*comunidades da Maré e na cidade. É reconhecer que o bairro não está pronto, mas em formação. E que existe condições de se pensar em construir a Maré a partir dela própria. E não a partir dos desmandos e descasos vindos de fora.*¹²²

3.6 – O Cidadão, a Palavra-Mundo e a Violência

A matéria principal da edição de abril de 2003 do Cidadão tinha como título: *Invasão ao Iraque – linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio*. Foi a primeira vez que o jornal tratou diretamente em suas páginas centrais de um tema ligado à geopolítica mundial. Era um período em que toda a mídia se debruçava na cobertura do conflito. Em discussão interna no CEASM, decidiu-se que o Cidadão não podia se omitir de produzir alguma reflexão sobre a belicista política externa norte-americana. O processo de produção dessa matéria sobre o Iraque fornece elementos para duas análises interessantes.

A primeira questão vem com o problema de como falar da guerra no Oriente Médio para o morador? Se fosse para fazer como a grande imprensa e jogar tudo que é informação para cima do leitor seria mais fácil. Mas não é o caso de um projeto político em comunicação social. Talvez a pergunta do início ficaria melhor formulada de outras palavras: como abordar um tema tão amplo a partir de referências vivenciadas no cotidiano da população? Como fazer uma informação ampliar o espaço-tempo de consciência do mundo? Esse tipo de perspectiva descortina uma faceta da comunicação popular infelizmente pouco comentada. É a tarefa dos veículos comunitários de tornarem traduzíveis as miríades de informações-mercadorias forjadas no mercado midiático. Aqui é interessante ressaltar: sempre que se busca aprofundar os princípios que balizam o trabalho de comunicação comunitária, chega-se de alguma forma em Paulo Freire.

Recolocando a questão sob o ponto de vista do filósofo pernambucano: qual é a *palavra-mundo* que permitiria ao morador fazer ligação com um conflito no Iraque e sua vida? Como conseguir, através dessa informação, ampliar sua leitura de existência e de

¹²² O Cidadão, Nº 27 Fevereiro, 2003, p.10

mundo? Essa é uma boa síntese do trabalho do comunicador popular: construir junto com a população palavras-mundo. No próprio texto de Paulo Freire:

*A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles, novo pronunciar.*¹²³

Eis a chave que se esconde no mais íntimo da comunicação comunitária. A partir do pequeno, do local, do cotidiano... acessar o grande, o global, o filosófico. É descobrir nas narrativas cotidianas de um jornal comunitário as linhas de opressão e de dominação. Mas, principalmente, descobrir que a História é construída na imanência das pequenas coisas do dia-a-dia. É onde repousam as possibilidades de transformação. Junto com a palavra-mundo é preciso juntar o termo libertação. A meta da comunicação comunitária seria então um trinômio *palavra-mundo-libertação*. É tarefa difícil e considero que apenas em alguns momentos O Cidadão realmente conseguiu o êxito pleno.

No caso da matéria sobre o conflito no Iraque a *palavra-mundo* veio através de um tabu vivido por qualquer veículo comunitário sediado em áreas controladas por facções do tráfico de drogas. Poucos eventos interferem tanto na vida dos moradores de espaços populares como o convívio no mesmo território com a violência e presença de grupos armados: seja da polícia ou do tráfico. São armamentos pesados manuseados por crianças de 13 anos, ostentados em plena luz do dia. Na frente das casas, nas ruas de fluxo rotineiro, o aparato bélico na mão de grupos locais ou da PM está sempre presente. Em síntese, a matéria do Iraque seguiu este encaminhamento:

*(...) Desde o atentado de 11 de setembro de 2001, os EUA investiram 400 bilhões de dólares em infra-estrutura-militar.
(...) Com a indústria bélica mundial operando a todo vapor é*

¹²³ Freire, P., 1970, p. 78

preciso escoar a produção. São milhares de armas espalhadas pelo mundo todo, criando exércitos civis, de guerrilha, paramilitares. (...) Impulsionado pela economia bélica dos EUA, o mundo pode se transformar numa grande feira de armas... será cada vez mais comum a visão de armamento militar pesado em ambientes civis (...) ¹²⁴

A palavra-mundo era: *EUA-impulsiona-indústrias-de-armas-de-alto-poder-de-destruição-que-acaba-nas-mãos-do-tráfico-na-porta-da-minha-casa*. Contudo, em lugar nenhum se disse: tráfico na Maré. Esse sempre foi um grande dilema do CEASM e da equipe do jornal: como abordar um assunto tão imbricado no cotidiano da maioria dos moradores: a violência. O CEASM sabe que qualquer conflito direto com as empresas militarizadas do tráfico atuantes no bairro inviabilizaria qualquer projeto de atuação local. No curso das edições de O Cidadão, até conseguiu-se desenvolver estratégias para falar sobre a violência. Certa vez, um presidente de associação pediu para o jornal entrevistar um morador baleado de raspão na cabeça. Policiais à paisana trocaram tiros com bandidos e vários moradores ficaram feridos. Como a versão dos fatos que foi para a grande imprensa foi a do comandante da PM, pediu-se para o Cidadão publicar a versão do morador:

–“Por volta de 13h 30min parou um carro vermelho com PMs à paisana na esquina entre as vias C-10 e B-1 na Vila do Pinheiro. Como eles já saíam do carro empunhando armas, os moradores correram. Eles começaram a atirar. Dois moradores foram acertados por balas perdidas. Um terceiro foi alvejado com tiros no tórax e faleceu”¹²⁵

Na edição de junho de 2003, publicou-se em página inteira uma carta enviada pela comunidade do Borel ao presidente Lula pedindo providências contra a ação da PM, que matou 4 moradores numa incursão desastrada na favela. O texto trazia detalhes da rotina

¹²⁴ O Cidadão, Nº 28 Abril, 2003, p.10

¹²⁵ O Cidadão, Nº 10, Outubro-Novembro, 2000, p.3

das vítimas até a hora de serem assassinadas pelos policiais. Por se tratarem de realidades análogas, editou-se no Cidadão a seguinte manchete: *Carta da Comunidade do Borel...mas que poderia ser da Maré*. No entanto, a estratégia mais usada pelo jornal para abordar a violência é deixá-la nas entrelinhas do texto. Construções como “...com a comunidade em paz, depois de 5 anos aconteceu novamente a festa junina” são apreendidas de forma muito mais completa pelo morador do que por alguém desambientado da comunidade.

Foi essa a estratégia usada na matéria do Iraque. Na experiência de testar limites, publicou-se com o texto, uma foto de um poste cravejado por balas de fuzis situado na área de fronteira entre facções. Acabou dando um ou outro probleminha. Além disso, como o jornal demorou a ficar pronto, foi publicado num período em que o assunto já estava requentado, acentuando a impressão de vincular a Maré à violência. Mas o morador reconheceu o esforço. Poucos dias após a distribuição do Cidadão, uma moradora telefonou para a redação. Viviane atendeu e do outro lado perguntaram com voz firme: – “É daí que publicaram a matéria da Guerra do Iraque?!”. Nossa repórter tremeu na base: *Epa... dançamos!!!* O alívio: – “*Parabéns por vocês terem conseguido tocar na questão, pela coragem... o texto tava muito bom...*”.

3.7 – Um jornal do CEASM ou um jornal da Maré?

Chega-se agora num ponto importante do trabalho. É hora de fazer uma breve análise de como uma complexa organização social como o CEASM gerencia um ousado projeto em comunicação que prevê até mesmo a estruturação de um Centro de Produção Multimídia na Maré. Por estar situado exatamente no ponto de convergência entre entidade e seu projeto de comunicação, posso afirmar que a relação CEASM x O Cidadão não é de todo tranquila. O que não é de se espantar. Seja pela complexidade que representam as imbricações entre técnica e sociabilidade humana presentes no fenômeno comunicativo; seja pela imaturidade e inexperiência dos movimentos sociais no que tange o pensar e o fazer comunicacional não vinculado aos padrões do mercado. Com o CEASM não é diferente.

Exemplos rotineiros de tensão entre o grupo de trabalho do Cidadão e colaboradores de outras redes do CEASM. Foi publicada no jornal uma matéria sobre um dos diversos projetos sociais no bairro. Alguém reclama: *não podemos valorizar essa lógica de projeto assistencialista*. Dentro de uma reportagem que trata de alguma questão social da Maré aparece um box de humor. Contesta-se: *o assunto é coisa séria, não dá para misturar*. Saiu matéria com um dos músicos populares locais. Questiona-se: *a gente não pode ficar valorizando esse tipo de produção que repete o que a mídia faz*. Diante das coluninhas de receita *Sabor de Maré* ou do *Dicas da Vovó*, comenta-se: *isso é coisa que se coloque num jornal que tem uma função política?!*

São exemplos que mostram algumas linhas de tensão que permeiam o trabalho do Cidadão. De um lado está uma equipe de jovens em processo de amadurecimento, tanto para o trabalho jornalístico como no adestramento da visão social. É comum então acontecer, vez ou outra, de uma matéria repercutir lógicas perversas de dominação inseridas no imaginário dos espaços sociais. É o caso dos discursos que dizem: *na favela todo mundo é pobre, mas também existem talentos*. Do outro lado, estão profissionais e universitários, de diversas áreas de conhecimento, que encaram a comunicação de um ponto de vista que não escapa ao estereótipo do tipo: *o equipamento social que vai colocar boas idéias na cabeça do povo*. É nessa ambiência de tensão de um imenso grupo de trabalho movido pela paixão de transformar o mundo e aprendendo a lidar com o complexo fenômeno da comunicação, que se produz *O Cidadão*.

Uma primeira idéia para aguçar o olhar sobre a comunicação comunitária e suas possibilidades de construção social é deixar de lado a postura de midiacentrismo – achar que comunicação é mídia. Não é. Comunicação é, antes de tudo, uma das mais profundas manifestações da sociabilidade humana. Uma breve historinha para ilustrar esse comentário. Em julho de 2002, eu pedi 15 dias de licença ao CEASM para participar do Congresso da Associação Latina-Americana de Pesquisadores em Comunicação – ALAIC, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Fui relativamente discreto e só comentei a viagem com a equipe e outras poucas pessoas no CEASM. Na mesma semana que retornei da Bolívia, aconteceu o seguinte *causo*: estava distraído no ponto da cooperativa de kombis do Timbau esperando o transporte para Bonsucesso. De repente, o Vilmar, um dos

coordenadores da cooperativa, uma pessoa que eu só conhecia de vista, chega e pergunta: – *E aí, cara?! Como é que tá lá na Colômbia? Bicho tá pegando, né?!* Eu fiquei pensando: Colômbia! Ué... Como é que a informação foi chegar aqui, meu Deus!? Que trajeto não teria percorrido? Esse é só um *causo* para relatar que os espaços populares têm suas próprias redes informais de comunicação. E isso independe de mídia ou suporte técnico. Outro exemplo. Quando sai em algum jornal notícias como *fulano foi assassinado na Maré* ou *tiroteio entre traficantes e polícia mata morador*, a população faz circular as informações de bastidores, as verdadeiras correlações entre os personagens, o que de fato aconteceu. Em geral, são versões bem diferentes das publicadas nos grandes jornais diários. São casos citados para confirmar que, na organicidade da vida nas favelas, existem dispositivos próprios de comunicação extra-mídia, um sistema interativo marcado pela comunicação de vizinhança, do transito da informação oralizada – e que, em alguns de seus aspectos, é vulgarizada com o nome de *fofoca*.

Muniz Sodré¹²⁶ se aprofunda nessa questão. O teórico baiano pensa o fenômeno da comunicação expandindo-se para bem além do midiacentrismo. Afirma que a dinâmica comunicativa, abordada como dimensão intrínseca à sociabilidade humana, comporta dois aspectos: o vinculativo e o veiculativo. É sobre a categoria vinculativa da comunicação que se referem os dois exemplos acima. Não depende do suporte técnico. Mas são as estratégias de vínculo e promoção social, animações culturais, diálogos cotidianos. É a dimensão profunda de trocas sociais e simbólicas, da problemática do ser-em-comum. Fica claro aqui que comunicação não é só mídia. Mas toda rede de produção de vinculação social. É a transmissão do patrimônio cultural do passado para o presente e futuro; os canais de diálogo entre instituições comunitárias e societais; a conversa pela janela das vizinhas atualizando a dinâmica cotidiana local; A dificuldade dos habitantes dos espaços populares em circular pela cidade; as práticas culturais alternativas criadas pelos próprios moradores; até mesmo o foguetório dos traficantes avisando a chegada da polícia... Tudo isso se enquadra na problemática da Comunicação.

A idéia da Comunicação cristalizada no imaginário social representa apenas um aspecto do fenômeno comunicacional. É o conjunto de processos sociais introjetados numa

¹²⁶ Sodre, M., 2002, p.234

ambiência densamente tecnologizada e submetidos a antropológicas de produção de comunicação. São fenômenos sociais agenciados por interesses de natureza empresarial ou estatal. Aqui, sim, trata-se de comunicação pela mídia, cujos dispositivos tecnológicos colocam as pessoas em contato, em relação umas com as outras. Mas revela-se incapaz de gerar vínculos sociais profundos. É a Comunicação dos fluxos globais, da velocidade digital, da onipresença do mercado... do comando social.

Agora, uma outra linha de reflexão. Fazendo uma generalização, pode-se dizer que existem duas grandes conjunturas que levam projetos e iniciativas de comunicação popular ao relativo fracasso. Uma delas responde por 90% dos insucessos dos veículos comunitários. Representa a ordem de projetos comunicacionais construídos sem maiores informações técnicas e carentes de equipamentos e infra-estrutura. São iniciativas que se transformam em pura prática sem reflexão. Inexiste uma proposta política mais sólida de intervenção social. A falta de organização acaba gerando a escassez de recursos. Não se mobiliza a população como co-produtora do processo comunicativo. Não raro, esses veículos se transformam numa pequena mídia local. Esse é o caso de grande parte das rádios comunitárias.

No entanto, se o CEASM vier a fracassar em seu projeto de comunicação, não acredito que seja por esse caminho. Os riscos para a entidade se enquadram num outro campo de possibilidades. Aquele onde os projetos são formados por profissionais de comunicação e pesquisadores da academia, municiados pelo suporte técnico adequado. Não falta conteúdo, potencial reflexivo e arsenal teórico. Pode-se questionar: *Ué?! Mas por que projetos assim poderiam dar errado?* A resposta pode ser dada em exemplos quase caricaturais de programas de comunicação voltados para um público popular. São casos que eu mesmo já tive a oportunidade de conhecer. Imagine essa história... Estamos no meio do sertão nordestino, numa cidadezinha que foi escolhida como piloto para um projeto de educação pelo vídeo. O Ministério da Educação investe dinheiro. Pedagogos e profissionais de comunicação se preocupam em revestir o projeto de toda a estrutura técnica. Após intenso trabalho, fica pronto um módulo de programas em vídeo para a aula de Ciências. Reúne-se a turma da escola local. Anuncia-se uma aula em vídeo sobre a água, o problema mais premente do cotidiano daquele grupo. Inicia-se a fita. Na tela da televisão, surge uma

imensa geleira no Pólo Norte... Um urso polar mergulha nas geladas águas do Ártico... e por aí vai. Um belo projeto assessorado pelo melhor conhecimento teórico e profissional, realizado na mais bem equipada infra-estrutura técnica... Mas usava geleiras glaciais para falar sobre a água para uma população marcada pelas estratégias de vida ligadas à escassez de água. É desnecessário comentar sucesso ou fracasso da iniciativa.

Bem distante da caricatura acima, esse é o campo de risco onde transita o CEASM tanto na esfera da Comunicação como em sua própria dinâmica de intervenção social. É um perigo embutido no próprio DNA da entidade, na especificidade dos grupos sociais da Maré que compõem seus quadros. É um perigo oriundo do próprio movimento de ampliação do espaço-tempo de consciência, na apropriação de outros campos de conhecimento e cultura. Só para trabalhar com uma imagem mais clara. Podemos imaginar o CEASM como um dispositivo que promove nas consciências envolvidas em suas redes de trabalho um movimento de desterritorialização para abrigar o novo... E, em seguida, uma territorialização desse novo na base cultural existente. Desde sua origem, o CEASM já lida com os efeitos colaterais de uma desterritorialização desequilibrada. Um bom exemplo disso pode ser observado no curso de pré-vestibular. Professores e coordenadores do CPV têm a preocupação de evitar nos alunos a postura excessivamente individualista na luta pelo ingresso na universidade. São os casos das pessoas que, após uma possível ascensão sócio-econômica, se desvinculam por completo de suas raízes locais ou de uma responsabilidade coletiva. Nesse caso, o processo de desterritorialização acabou por se territorializar no bios midiático do mercado.

No entanto, o movimento de desterritorialização guarda uma armadilha bem mais sutil. Ao se apropriar de outras esferas de conhecimento e poder, mantém-se níveis de vínculos com a cultura e realidade local. Mas a absorção dos saberes provenientes de campos simbólicos sofisticados, como a academia, pode promover uma deslegitimação dos saberes locais, suas práticas, estratégias e senso comum... Os referenciais culturais válidos passam a ser os de outras racionalidades culturais. Gradualmente, se esquece da dimensão microfísica do cotidiano local. Obstruem-se os canais de diálogo com o campo simbólico popular. Esse fenômeno tem seu reflexo mais negativo no gerenciamento de projeto de comunicação comunitária. Principalmente por ser o espaço onde é preciso estar

intimamente antenado às singularidades dos processos cognitivos da população a ao imaginário local.

Existe uma outra característica também digna de comentário na relação entre CEASM e sua Rede de Comunicação. A própria natureza de seu projeto político e o campo de formação acadêmica da maioria de seus colaboradores fazem com que a entidade encare a Comunicação sob influência e o prisma das Ciências Sociais Clássicas. É uma questão que fica clara ao se notar que o CEASM é formado em grande parte por profissionais e universitários de Ciências Sociais, Geografia, Pedagogia, Serviço Social... Existe, assim, a tendência a pensar o fenômeno da comunicação centrado em seu aspecto veiculativo da comunicação-mídia. Nessa perspectiva de pensamento, a idéia de um projeto de comunicação se concentra no uso de dispositivos técnicos para a veiculação de mensagens e conteúdo. De forma simplificada, é mais ou menos a seguinte idéia: um veículo de comunicação serve para conduzir conteúdo emancipador e esclarecedor para dentro da consciência da população, que supostamente não teria acesso por outros meios. O processo comunicacional se reveste, então, da metáfora do recipiente, onde o que existem são potes vazios a serem preenchidos.

Num aprofundamento da questão, poderia-se questionar: passar conteúdo... Como? O imaginário popular e os sentidos cognitivos das populações dos espaços populares não são páginas em branco. Mas diagramas complexos e marcados, nos dias de hoje, por um profundo condicionamento midiático televisivo e por suas estratégias cotidianas construídas em seus territórios de vida. Nenhuma proposta de comunicação popular se sustenta sem incorporar, ao fazer comunicacional, o patrimônio simbólico e as singularidades cognitivas da população local.¹²⁷ Por isso, num projeto de comunicação popular é tão importante juntar ao aguçado discernimento sobre os mecanismos sociais de dominação, uma total postura esclarecida de não-hierarquização cultural.

¹²⁷ No dia-a-dia da produção do jornal O Cidadão é possível constatar a dificuldade dos colaboradores das outras redes de trabalho do CEASM em lidar com uma idéia de comunicação mais ampla. Um exemplo clássico. Na maioria das vezes em que se pede a alguém para escrever um artigo a ser publicado no jornal, o texto vem desajustado para um jornal popular. Tem-se a impressão de que o autor escreveu pensando somente nele mesmo... Não em estabelecer comunicação com o público leitor.

Uma aproximação com essa idéia de um fenômeno comunicacional espreado por diferentes dimensões da vida social pode ser encontrada no texto *Comunicação Comunitária para a Cidadania*,¹²⁸ de Cicília Peruzzo. A autora considera a comunicação popular como uma rede pedagógica informal capaz de promover o exercício da cidadania e que se projeta em várias instâncias da ação político-pedagógica. Uma dessas esferas de trabalho se refere ao já comentado campo do conteúdo. É onde se pode efetivar a socialização do legado histórico de conhecimento, dos assuntos públicos do país, da visibilização das estruturas e das redes de dominação do poder hegemônico. Ainda no campo do conteúdo, a comunicação comunitária serve como instrumento da valorização das identidades e raízes culturais: os saberes tradicionais, a história dos antepassados, as ciências populares – como o uso de ervas medicinais, o conhecimento e aprofundamento dos assuntos locais.

Porém, existem esferas de intervenção política na comunicação popular que transcendem a questão de conteúdo. É o que acontece quando um veículo de comunicação comunitária permite à população o acesso a diferentes instâncias de produção, possibilitando aos moradores tornarem-se sujeitos do processo comunicativo. Isto representa, para as pessoas envolvidas, a possibilidade de agenciar o fenômeno da comunicação a partir do seu cotidiano e sua esfera de interesses – e, talvez até, pôr em movimento a enferrujada engrenagem de participação popular na vida política e comunitária. Outro aspecto não visível da comunicação comunitária é proporcionar uma proximidade com o aparato técnico de produção comunicativa. Esse reencontro entre técnica e comunidade permite desmistificar a *Ge-Stell* midiática, desnaturalizar os processos de construção de verdade e relativizar o poder da mídia. É um trabalho político-pedagógico que se expande e se infunde em várias dimensões da sociabilidade humana.

Todas essas questões são confrontadas na praxis cotidiana dos projetos de Comunicação do CEASM. É o preço pago pela própria ousadia de seu projeto comunicacional. São questões que estão um passo adiante de grande parte dos veículos comunitários em comunicação. Mas são ajustes que vão sendo feitos no dia-a-dia do trabalho do jornal e da própria Rede de Comunicação. Foi com esse objetivo que se criou o

¹²⁸ Peruzzo, C., Revista fronteiras vol.III Nº1 – setembro 2001, P121-122

Conselho de Comunicação da entidade, reunindo representantes de diferentes projetos a fim de discutir uma política de comunicação para o CEASM. Enfim, o trabalho com comunicação representa, per si, um campo pedagógico para as próprias redes do CEASM. Como responder a pergunta inicial: O Cidadão é um jornal do CEASM ou um jornal da Maré? As duas coisas. Não são princípios antagônicos, mas que se completam. Poderia-se imaginar o jornal como uma figura de braços abertos. Um deles se estende para a população, o outro fica voltado para o CEASM. Na conclusão desse capítulo fica a sugestão de reflexão feita por Paulo Freire:

A Comunicação é a co-participação dos Sujeitos no ato de pensar (...) ela implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. (...) Comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas o encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”¹²⁹

3.8 – Um Veículo de Comunicação Comunitária

Como a dissertação já se aproxima de seu final, é chegada a hora de tentar responder a uma pergunta: por que O Cidadão é um veículo comunitário? A resposta pode parecer simples. No entanto, à medida que se multiplicam experiências de comunicação popular no país, a própria idéia de comunicação comunitária precisa ser constantemente atualizada. Vale aqui fazer o resgate de um conjunto de considerações feitas pelo autor num outro momento.¹³⁰

Uma primeiro contato com a definição de comunicação comunitária é conseguido observando o mosaico de características com que esse tipo de produção social é geralmente associado. Em seu livro *Espírito Comum*, Raquel Paiva indica que frequentemente esse modelo de comunicação começa

quando os grupos de mais baixo status deixam de fazer esforços para se comunicarem através da hierarquia das elites

¹²⁹ Freire, P., apud Meditsch, E. In: *Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*. Vol. III, Nº1, janeiro-junho de 2003.

¹³⁰ Esteves, A., 2001, Monografia de Conclusão do Curso de Jornalismo UFRJ -ECO

intermediárias ou dos meios públicos ordinários e estabelecem seu próprio sistema de comunicação horizontal ¹³¹.

Esse tipo de abordagem sobre comunicação comunitária aproxima sua definição como um instrumento de atuação política e social de uma determinada coletividade, seja ela um grupo de trabalhadores de uma fábrica, o conjunto de moradores de um espaço territorial delimitado ou mesmo pessoas vinculadas a laços culturais e religiosos. Nesse modelo de comunicação, a produção da informação surge num processo de partilha de todo o grupo, que se vê representado e co-autor do processo comunicativo. Na perspectiva da comunicação comunitária, a informação ressurge transmutada em elemento educativo, aglutinador das identidades, prestador de serviço – algo bem diferente da grande mídia, onde a informação é tratada como bem de consumo não-durável. Raquel Paiva afirma ainda que *“o que permite conceituar um veículo comunitário(...) é a sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania”*¹³².

Outra característica que delimita o terreno da comunicação comunitária: por abordar temas locais ou específicos, desperta o interesse do público pela informação, uma vez que conteúdo e personagens envolvidos têm relação mais direta com as pessoas. As notícias não têm um tom de espetáculo como na mídia convencional, mas é algo do qual o público participa, reconhecendo nas informações dados do seu próprio cotidiano. Dessa forma, realiza-se um processo de reconstrução de identidades e de cultivo dos valores históricos, políticos e culturais.¹³³

É comum fazer confusão entre um veículo comunitário e empreendimentos no campo da comunicação que buscam nichos de mercado ou eleitorado local. Um jornal de bairro, por exemplo, que é feito visando ao público de determinada comunidade e tendo por objetivo lucro ou projeção política pessoal, pouco tem de comunitário. Como afirma Raquel Paiva:

O que nesse caso funcionaria como diferenciador é a vinculação que a comunidade possui com o veículo. Vinculação, comprometimento e

¹³¹ Paiva, R., 1998, p.157

¹³² Paiva, R., 1998, p.160

¹³³ Peruzzo, C., 1998

*inserção total na gestão do sistema adotado: quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão a representatividade e reconhecimento como veículo comunitário.*¹³⁴

É preciso, contudo, ter cada vez mais cuidado ao lidar com a conceituação do comunitário em se tratando de comunicação. Por vários motivos. Primeiro, porque quase todos os projetos de comunicação comunitária estão em processo de amadurecimento no que diz respeito às suas possibilidades de trabalho social. Tome-se, por exemplo, qualquer rádio comunitária. Analisando grande parte das emissoras situadas nas favelas e periferias das grandes cidades, constata-se que alguns princípios aproximam essas rádios de um projeto comunitário de comunicação. É o caso da participação da população no quadro de apresentadores ou da estreiteza de vínculos com o público local. No entanto, o trabalho comunitário acaba convivendo com outras práticas que não se coadunam com um projeto coletivo. Seria o caso de uma gestão centralizada nas mãos de poucos, que conduzem o projeto num sentido de obter vantagens pessoais.

Uma segunda consideração. É preciso tomar cuidado com as universalizações de conceitos. Só para se ter uma idéia: se o parâmetro usado para definir um jornal comunitário for o processo democrático de sua gestão, O Cidadão não é um jornal comunitário. Afinal, o CEASM é uma ong onde não se vota para a ocupação de cargos e não se permite livre associação em sua instância administrativa. Mas, diante daquilo que foi exposto aqui, quem negaria que O Cidadão é um veículo comunitário de natureza profundamente participativa? Um jornal marcado por um sólido projeto político voltado para a população local? Num ambiente social complexo como a Maré, essa foi a forma encontrada para estruturar um projeto político resguardado das forças adversas que poderiam destruí-lo. É sempre preciso levar em conta os aspectos singulares da ambiência

¹³⁴ Paiva, R., 1998, p.155

social onde atua o veículo comunitário.¹³⁵ Por isso, ao analisar um veículo comunitário seria importante avaliar o espírito comum que anima sua proposta comunicativa. Isso valeria para TV, rádio, jornal, panfleto, auto-falante, jornal mural... Não importa. A justificativa do título de comunitário é dada pela participação da população e seu envolvimento ativo como agente do processo comunicativo, o reconhecimento de sua própria imagem nas notícias, entrevistas, artigos, fotos e mesmo na publicidade. Mas também pelo projeto político voltado para o bem comum que anima o veículo comunitário. Se o espírito for comunitário, gradualmente a forma manifestada pelo veículo passa a ser também.

Uma última observação pode ser dada ao analisar que, em sua origem etimológica, o termo Comunicação Comunitária é uma redundância. Ambas as palavras comportam o *Cum* latino, que significa estar diante do outro. E também a palavra *Munus*, que representa a dívida e tarefa coletiva em relação ao outro. Na comunicação comunitária essa dívida e tarefa são multiplicadas por dois: na busca pelo bem comum, na não-hierarquização das culturas, no resgate das dimensões humanas profundas de vinculação e práticas sociais.

3.9 – Sondagem de Opinião Sobre O Cidadão

Entre os dias 28 de julho e 2 de agosto de 2003, o Observatório Social da Maré realizou uma sondagem de opinião sobre diferentes níveis de percepção da população em relação ao Cidadão e ao CEASM. Foram levantados dados diversos como: o número de leitores, suas preferências sobre o jornal, o nível de conhecimento que os moradores tinham do CEASM e seus projetos. A pesquisa foi inteiramente realizada pela equipe do Observatório, que forneceu entrevistadores e digitadores, e ainda trabalhou no processamento dos dados. As entrevistas foram feitas nos domicílios e em pontos de fluxo do bairro. O universo da amostragem contempla va toda a população da Maré, com uma

¹³⁵ É preciso notar que a democracia plena precisa de certas condições sociais para existir, como a igualdade das forças em disputa no campo democrático. Essa suposta igualdade é algo inexistente em espaços populares dominados pelo tráfico de drogas, que verticalizam de forma desigual e incontestável as relações de poder. Se o CEASM fosse uma entidade democrática, talvez não sobrevivesse ao primeiro ano, tamanho o grau de forças adversas que se abateriam sobre a entidade. No entanto, o CEASM é a mais participativa instituição da Maré, que mais congrega moradores de diferentes comunidades, que mais sinaliza um projeto coletivo voltado para o futuro e mais ferramentas disponibiliza para a população no processo de conquista da cidadania plena.

margem de segurança de 95%. É importante ressaltar a raridade desse tipo de pesquisa em espaços populares. É evidência inequívoca da apropriação pela população de novos instrumentos de poder, como a pesquisa estatística.¹³⁶

A pesquisa mostrou que o maior percentual de leitores tem escolaridade entre a 5ª e a 8ª série (41,2 %). As áreas de coleta 2 (Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro e Salsa e Merengue) e 3 (Parque Maré e Nova Holanda) possuem o maior índice de leitores sem nenhuma série concluída (10,2%) e (11,1%). São estas, também, as áreas de maior índice de moradores não alfabetizados (5,2%) e (7,6%). Mas, no geral, a população tem acesso à leitura e à escrita (89,6%). Em relação às condições de ocupação – inclusive informais – a área 1 (Parque União e Rubens Vaz) apresenta o melhor nível de pessoas economicamente ativas, com 55,8% da população empregada.

A sondagem mostrou que o veículo mais usado para se ter acesso à informação no dia-a-dia é a televisão: 73 % da população tem a TV como principal meio informativo, com 17% para rádio e 16% para jornal. A área do Parque União e Rubens Vaz foi a única que mostrou o índice de leitura de jornal acima do uso de rádio. Nessas comunidades, 23% dos moradores acessam o jornal impresso como meio principal de informação. A massiva influência da televisão é um dado significativo e espelha uma situação que, certamente, se reflete também em outros espaços populares no Rio e no Brasil. É um dado que traz uma série informações sociais embutidas. Não se trata só de uma forma de ocupar o tempo, mas de um processo de mediatização da população, seu agenciamento nas redes de consumo simbólico inseridas na lógica mesma do Capital. Usando referências desse mesmo trabalho, pode-se dizer que maioria da população da Maré deixa correr sua existência para dentro do *bios midiático*. Esse dado reflete também a falta de opções de lazer e cultura na região. Como afirmam Raquel Paiva e Muniz Sodré,¹³⁷ a audiência televisiva não é uma vítima dominada pela mídia. Mas estabelece uma espécie de pacto passivo com os meios de comunicação. Se imaginássemos um suposto documento contratual entre ambas as partes, estaria escrito: *“Minha vida tá um inferno, estou excluído do acesso aos bens materiais, culturais e do patrimônio social a que supostamente me era de direito. Eu aceito, então,*

¹³⁶ Os dados completos da sondagem de opinião se encontram em publicação anexa ao trabalho.

¹³⁷ Paiva, R. e Sodré, M., 2002

que minha vida seja agenciada pela mídia.” É um processo perverso de bestificação da população. Mas já que é um pacto, pode também ser quebrado. Essa é uma das lutas do Jornal O Cidadão e do CEASM. É esse um dos objetivos da proposta pedagógica de ampliação do espaço-tempo da população através da *Hexis Educativa*.

A pesquisa mostrou que 34,8% da população lê habitualmente O Cidadão e 17% lê de vez em quando.¹³⁸ É um número expressivo, ao se ter em mente que são 20 mil exemplares do jornal para 130 mil moradores. O número de leitores assíduos é maior nas regiões onde existem sedes do CEASM: 36,9% para a área 3 (Parque Maré e Nova Holanda) e 43,2% para a área 4 (Baixa do Sapateiro, Timbau, Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas). Os dados mostram também os reflexos do esquema de distribuição. 58,1% da população que já leu O *Cidadão* recebeu o jornal em sua própria casa. Corresponde a 30,8% da população da Maré. Nas áreas mais afastadas como, Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias, o índice de acesso ao jornal pela entrega domiciliar é de 84,1%. É interessante comentar que 9,1% dos moradores receberam O Cidadão de parentes e amigos – uma evidência de que a rede de sociabilidade local faz circular o jornal. Quanto ao conhecimento sobre a existência do jornal, novamente 49,6% da população tomaram contato com O Cidadão recebendo-o em casa pela equipe de distribuição. 12,6% dos que já leram o jornal, conheceram o veículo por meio de parentes ou amigos. A pesquisa também mostrou que ainda é difícil para a população associar o jornal ao CEASM. É um fenômeno recorrente em projetos realizados fora da sede da entidade, como o Criança Petrobras. 79% dos leitores não sabe que é o CEASM que faz o jornal. Este é um dos pontos fracos, onde a equipe de *márquetim* do Cidadão pretende reforçar sua atuação.

Agora se chega a um conjunto de dados dos mais interessantes. Veja o resultado da pergunta: *o que você mais gosta de ver no Cidadão?* 20,7% dos moradores disseram: *a página de História da Maré*. É um índice que ficou mais elevado em áreas formadas pela *Maré Clássica*:¹³⁹ O índice foi 26,3% para a área 3 (Parque Maré e Nova Holanda) e 31,4% para a área 4 (Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau). Em segundo lugar, ficaram as

¹³⁸ Na pesquisa, *o lê habitualmente* o jornal se caracteriza como o morador que já leu mais de três vezes. *O leu algumas vezes* significa até três vezes.

¹³⁹ O termo Maré Clássica aqui se refere às antigas comunidades de palafitas, mais o Morro do Timbau e a Nova Holanda.

matérias do cotidiano na Maré e o resgate da história nessas reportagens (10,7%). Em terceiro, ficou o *Perfil* (6,0%). Em quarto, uma surpresa: o penduricalho *Dicas da Vovó* apareceu com índice expressivo na pesquisa (5,1%). Depois seguem, em ordem: esportes, notícias sobre a Maré, piadas... Numa cidade marcada pela representação social de Maré como *locus* de miséria e violência, fica claro o quanto é importante para a população a valorização da sua história e cotidiano. É sinal de que os moradores reconhecem a importância de resgatar e reconstruir sua própria imagem em termos de representação social. Quase toda relação de preferência da população aponta para essa direção. São informações que sugerem futuros caminhos a serem seguidos no sentido de auxiliar a população a se libertar do pacto simbólico feito com a mídia. É igualmente interessante o aparecimento da pequena coluninha *Dicas da Vovó*, justamente um espaço estratégico da informação de espaço-tempo reduzido que permite a apropriação imediata pela população. Os campos com maior carga abstrata de informação, como a reportagem de capa, apareceram com índices insignificantes.

Outro dado valiosíssimo diz respeito à pergunta: *o que você menos gosta de ver no Cidadão*. Eis a resposta: para 78,6 % dos leitores não existe nada que desagrade no jornal. Quando eu me deparei com esse dado, minha sensação foi uma mistura de frustração e contentamento. Frustração porque é um dado genérico, com pouca margem para analisar a especificidade de recepção do jornal. Contentamento porque pelo menos a população gosta do Cidadão. Mas depois caiu uma outra ficha. *Calma, lá! Eu estou pensando como se a resposta da avaliação estivesse dentro de uma racionalidade mais analítica que talvez seja a minha... Mas não a da população*. Os 78,6% que disseram gostar de tudo no jornal não deram uma resposta analítica. É uma resposta que está impregnada de uma racionalidade afetiva. É o que justifica os nomes que O Cidadão recebe nas comunidades: *jornalzinho da Maré, jornalzinho da comunidade, revistinha daqui*. A essa informação, também se liga uma idéia muito comum entre os moradores sobre a missão do Cidadão: resgatar a Maré boa que não aparece na grande imprensa. É uma percepção que pode ser sintetizada na fala de Bhega, músico do Parque União:

O jornal é muito importante. Tem cada coisa que eu não sabia, porque a Maré é muito grande. Por exemplo, não sabia que tinha

*parque ecológico aqui dentro. Os grandes jornais só pegam coisa ruim daqui. Não fala da moça que dá aula, do cantor, do advogado, do projeto desenvolvido. Hoje sou famoso no bairro. Passo nos lugares e as pessoas me cumprimentam e dizem que me conhecem do Cidadão. Alguns até trazem o jornal guardado e dizem: “Hei, aqui você Bhega!”*¹⁴⁰

Dessa forma, não é exagero afirmar que O Cidadão habita o imaginário social da Maré dentro da esfera do *nosso*. É a maior conquista de um veículo de comunicação popular... Em termos estratégicos, é o que abrirá as portas para o aprofundamento do trabalho de comunicação no bairro. Só reforçando essa percepção, a segunda resposta melhor situada sobre o que não se gosta no jornal foi: *assuntos sobre violência*, justamente a matéria-prima com que a mídia constrói as narrativas sobre a Maré.

Outros dados: 84,5% dos moradores que já leram O Cidadão acham que o jornal trata dos assuntos do dia-a-dia da Maré. Em geral, porque mostra a realidade e fala dos acontecimentos do bairro (47,6%). Outro dado importante: 84,3% dos leitores consideram O Cidadão um jornal de fácil entendimento... uma vitória para um veículo impresso de natureza política num espaço marcado por uma ambiência cultural não literária.

São informações valiosas. Sinalizam que boa parte das estratégias comunicativas empregadas pelo jornal teve êxito. Talvez isso signifique que uma primeira etapa de construção do Cidadão esteja concluída: a de construir habitação no *ethos* cultural e comunitário da população. Pode ser que a missão agora seja aproveitar a presença simbólica no campo-consciência do morador para construir dispositivos de ampliação do espaço-tempo existencial da população, alargar os horizontes de percepção da Maré e da Cidade... Trabalhar duro para descobrir as palavras-mundo capazes de libertar a população do sinistro pacto feito com o Capital através do *bios midiático*.

¹⁴⁰ O Cidadão, Nº 22 - julho, 2002

3.10 – Considerações finais

A palavra conclusão é um termo inadequado para encerrar o trabalho. Como concluir uma análise sobre a atuação do CEASM na Maré e na cidade se, a cada dia, a entidade parece criar novas possibilidades de construção e transformação social. E quem pode prever o que acontecerá daqui a alguns anos quando as centenas de jovens da Maré, ingressos e formados nas universidades engrossarem as fileiras de trabalho da entidade? Como profetizar sobre o poder de multiplicação dessa iniciativa em outros espaços de periferia? E como dar a palavra final do estudo sobre O Cidadão, se a cada edição a interação com a comunidade provoca mudanças na forma e estrutura do jornal? Se, a cada número do jornal, surgem demandas diversas no trabalho de jornalismo comunitário? O que acontecerá quando a grande massa de moradores da Maré descobrir a possibilidade verdadeira de participar da partilha da comunicação, tendo no jornal um instrumento poderoso de educação, formação e informação. E que resultado trará para o bairro quando outros projetos do CEASM na área da comunicação se tornarem realidades, como a TV Maré e o Centro de Produção Multimídia?

Observar a riqueza de possibilidades de um veículo comunitário como o Cidadão faz perguntar: qual a fonte de onde emana a riqueza de matizes que dá vida ao jornal. A resposta é encontrada na própria diversidade cultural da Maré. Na história de luta dos moradores contra o descaso do poder público e mesmo contra a natureza – como no caso das palafitas. Na identidade cultural da Multidão: do nordestino, do negro, do homem do campo, de todos que ajudaram a construir o bairro. Na sabedoria acumulada no dia-a-dia difícil dos excluídos da nova e velha ordem mundial capitalista. Nas diferentes instâncias políticas, culturais e econômicas locais que formam a Maré. Mas também naquilo que representa o CEASM hoje no campo das possibilidades de transformação social: uma nova configuração das forças, saberes e potências da Multidão acessando os lugares de poder antes monopolizados pelo Capital..

E esse é um dos trabalhos do CEASM e do Cidadão: criar uma nova versão sobre a Maré. Fazer com que os moradores acreditem nela. Torná-la mais forte que a versão que vem de fora. Projetá-la para o resto da sociedade como uma história possível de ser verdadeira. Lembrar que a Maré, antes do *Descobrimento*, era habitada por índios

Tupinambás e que mesmo a Família Real já andou pela região. Tirar do anonimato o flanelinha Jorge Bob's, o time *Maromba Futebol de Quê?* da Vila do Pinheiro, o desemprego que atinge cerca de 70% dos moradores do bairro. Construir, entre a população, uma visão crítica de mundo e uma postura politicamente ativa em relação aos descaminhos tomados por esta triste e agonizante civilização capitalista ocidental da pós-modernidade. Mas, principalmente, mobilizar esforços para o surgimento do Homem Novo, que seja capaz de construir e habitar uma nova sociedade... Quem sabe, inaugurando uma nova era da existência humana.

LINHAS FORA DE LUGAR

Esta dissertação começou com uma história. Nada mais justo então do que terminar com uma. Na verdade, é um breve relato de como um jovem da classe média carioca foi parar na Maré. Em termos cronológicos, meu reencontro com o bairro se deu em 1999. No entanto, as razões que me levaram para lá começaram a ser traçadas bem antes, mais ou menos por volta de 1995. Foi uma fase um tanto turbulenta. E, em meio a uma crise existencial de não saber que sentido dar a uma carreira de jornalismo, decidi trancar o curso na UFRJ. A decisão foi radical. Em 1996, viajava para Inglaterra onde trabalharia como voluntário na L'Arche, uma comunidade voltada para a reintegração social de adultos excepcionais. Foram 12 meses morando numa área rural inglesa, trabalhando como jardineiro. Plantávamos flores durante a primavera e o verão. No inverno, ficávamos recolhidos fazendo arranjos floridos em cestas de palha.

Eu morava numa grande casa com uma igualmente grande família: quatro voluntários, que como eu, vinham de diferentes países. E seis adultos excepcionais – em geral, cidadãos ingleses resgatados de instituições psiquiátricas. A proposta da vida na L'Arche era simples e sintetizava o mais profundo da filosofia cristã: o *viver junto* em respeito pelas diferenças do outro... Mas, principalmente, atento à dimensão humana mais íntima que une todos os seres humanos numa mesma raça. Na roça britânica, na lida de jardineiro, convivendo com pessoas postas à margem pela racionalidade do Capital, descobri o que estava procurando. Num mundo onde o capitalismo tinha ocupado todos os espaços, tinha descoberto um *não-lugar*.

Quando retornei ao Brasil, em 1997, tinha presente a idéia de encontrar *não-lugares* em meu país. Em relação a minha profissão, também já tinha decidido: iria trabalhar em um não-lugar de comunicação. Retomei o curso de jornalismo na UFRJ. No início de 1999, faltando pouco para concluir a graduação, decidi: estava chegada a hora de iniciar a peregrinação em busca do sonhado *não-lugar*. Larguei um estágio na Globosat e tomei o rumo do Nordeste. A idéia era conhecer projetos de comunicação comunitária na região. Viajei por uns 40 dias. Tive a oportunidade de conhecer antigos *não-lugares* históricos como o Sertão Nordestino e a Velha Canudos, de Antônio Conselheiro. Percorri também

lugares mais comuns como o Mangue Seco, de Jorge Amado. E no meio da jornada acabei chegando no Sertão Baiano, na Rádio Regional de Cícero Dantas, uma emissora controlada pela Igreja Católica, que transmitia para diversas cidades na região. Era uma Rádio com a concessão de uma emissora convencional, mas com proposta comunitária. Conversei com o padre Celso da Anunciação, responsável pela Rádio – e que, na época, era representante no Brasil da ALER, a Associação Latino-americana de Educação pelo Rádio. Sondei a possibilidade de, após a conclusão da graduação, assumir a parte de jornalismo na emissora. O plano estava mais ou menos pronto: era concluir o curso de jornalismo na UFRJ, juntar coragem e ir para o sertão baiano.

Sem dúvida era um projeto interessante. Porém, esbarrava em alguns problemas. Exemplo: a boa vontade não sanava um desconhecimento mais amplo sobre comunicação comunitária nem a inexperiência com a produção jornalística para rádio ou qualquer outro veículo de comunicação. No entanto, era uma situação contornável. Ao voltar para o Rio, comecei a pesquisar sobre Rádios Comunitárias. Fiquei sabendo de uma importante, que ficava ali nas redondezas de onde morava. Era a Rádio Maré FM. Consegui o telefone do diretor da emissora. Fiz contato e fui conhecer a rádio. Numa segunda conversa, já tinha me oferecido para montar um núcleo de jornalismo comunitário na emissora. Bem rápido, descobri que a Rádio Maré estava bem distante do *não-lugar* de Comunicação que eu procurava. Pelo contrário. Era o *lugar-comum* das milhares de emissoras comunitárias cariocas onde um grupo de moradores se apropria da gestão e joga por água abaixo a possibilidade de construir um projeto político de comunicação. A emissora, na época, tinha sido recém-fechada pela ANATEL e estava reabrindo com equipamentos emprestados. Mas não foi um tempo em vão.

Com a chancela de repórter da Rádio Maré, comecei a percorrer as comunidades do bairro: sua geografia, suas instituições, aspectos do seu cotidiano. Isso durou uns dois meses. Quando o aperto financeiro já me empurrava para desistir da idéia, um fato inesperado me deu sobrevida na Maré. Recebi o convite de uma cooperativa local para ministrar as aulas de rádio de um curso de repórter popular. Aceitei. Com a experiência, estreitei laços com um grupo de adolescentes locais. Além de prolongar minha permanência na Maré, as aulas na cooperativa promoveram um aprofundamento da minha ambientação

nesse imenso e complexo espaço social totalmente desconhecido para mim. Contudo, ainda não tinha achado o tão procurado *não-lugar*. O Curso de Repórter Popular também era um projeto daqueles bem *lugar-comum*, realizados aos milhares em espaços populares como a Maré... Intervenções sociais marcadas pelo assistencialismo e pela ausência de impacto consistente na vida dos jovens envolvidos.

Mas a verdade é que, com tudo isso, eu fui ficando na Maré. E lá para junho de 1999, fiquei sabendo de um jornal comunitário que estaria sendo produzido por uma ong. Era uma entidade que ficava logo atrás da Rádio Maré. Apareci por lá para saber do que se tratava. Conversei com o jornalista responsável e ficou tudo combinado. Eu ficaria como repórter e auxiliaria na formação da equipe: jovens de um pré-vestibular promovido pela tal ong. Eu tinha então chegado ao CEASM e ao Cidadão. Na época, não fazia idéia. Mas finalmente tinha aportado no *não-lugar social* que tanto procurava. Hoje, refletindo sobre aquela época, percebo que não passaria num processo de seleção para trabalhar no CEASM. A entrevista seria mais ou menos assim:

– *Você já trabalhou em favela?*

– *Não.*

– *Tem experiência em trabalho jornalístico?*

– *Também não.*

– *Qual seu histórico com envolvimento em projetos políticos?*

– *Nenhum.*

– *E sua formação acadêmica, é consistente?*

– *Receio que não.*

– *Mas que diabos você está fazendo aqui!!?*

Bem.. Isso me transforma numa grande esperança para qualquer estudante de jornalismo aspirante a jornalista comunitário. Tudo estava por fazer e, até pela responsabilidade do trabalho, teve de ser feito nos últimos cinco anos. Mas, na época, o grande trunfo que eu tinha fora conseguido no milenar ofício de jardineiro na L'Arche. Eu tinha descoberto o único pré-requisito necessário para se estar em *não-lugares*: a disponibilidade para aprender como outro, para construir um projeto coletivo, para se

ofertar aos mistérios do ser-em-comum. Talvez por isso, a busca por *não-lugares* também tenha se projetado na UFRJ. Foi onde tive a oportunidade de participar da construção do Laboratório de Estudos Sobre Comunicação Comunitária Escola de Comunicação da UFRJ – LECC... um *não-lugar* na academia, um núcleo acadêmico que pretende transformar em campo de pesquisa justamente *não-lugares* em Comunicação.

Mas o que se pretende com essa história? Não muita coisa. Apenas partilhar um sentimento arraigado na crença mais profunda do autor: o mundo atual só será transformado a partir de *não-lugares*. Esta seria a grande tarefa do século XXI: a construção de *não-lugares*... Na favela, na cidade, na academia, na microfísica do cotidiano, no convívio social, na esfera política... Esse é o sonho que alimenta a utopia mais íntima do autor: a transformação do mundo num *não-lugar*.

BIBLIOGRAFIA

- AGUALUSA, Eduardo. *O Ano em que Zumbi Tomou o Rio*. Rio de Janeiro, Ed. Gryphus, 2002, 295pg.
- ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, 308pg.
- BAUMAN, Zygmund. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1999, 145pg.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, 253pg.
- CAIAFA, Janice. *Nosso Século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2000, 91pg.
- CANCLINI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais na globalização*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997, 266pg.
- COUTINHO, Carlos. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte, Ed. Oficina de Livros, 1990, 215pg.
- COUTINHO, Eduardo. *Velhas Histórias, Memórias Futuras*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002, 181pg.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro. Editora 34, 1992, 225pg.
- DELEUZE, Giles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia - vol. 5*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997, 235pg.
- DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998, 446pg.
- ELHAJJI, Mohammed. *O Discurso da Exclusão: globalização e ocidentalização do mundo*. In: LEITÃO, Cláudia (org.). *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza, Banco Nordeste, 2003, 105pg.
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires. Ed. Amorrortu, 2003, 214pg.

ESTEVEES, André (org). *Livro de Contos e Lendas da Maré*. Rio de Janeiro. Ed. Maré das Letras, 2003, 80pg.

———. *Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM): uma alternativa de ação comunitária nos tempos de globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, Projeto Experimental, Escola de Comunicação, 2000, 78pg.

FEATHERSTONE, Mike. *Localismo, Globalismo e Identidade Cultural*. Revista Globalismo e Fragmentação - Sociedade e Estado vol XI - N 1, Janeiro-Junho, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2003, 262pg.

———. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2003, 295pg.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1970. 184 pag. 183pg.

GARAUDY, Roger. *O Ocidente é um Acidente: por um diálogo das civilizações*. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária, 1983, 166pg.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991, 177pg.

GINDRE, Gustavo. *Comunicação nas Sociedades de Crise*. São Paulo, ieditora, 182pg.

———. *Discutir Comunicação é Discutir Poder*. Disponível em www.obore.com/artigos/mostra. Acesso em 23/02/04

GONÇALVES, Dálcio. *Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré: uma organização não governamental na dimensão do movimento social e político comunitário*. Rio de Janeiro, UERJ, Monografia para Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública, 102pg.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2000, 143pg.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1991, 202pg.

HARDT, Michael. *The Withering of Civil Society*. Social Text, N° 45 (Winter 1995), p.27-44 .

HARDT, Michael & NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001, 501pg.

JACQUES, Paola & BERTAZZO, Ivaldo. *Maré: vida na favela*. Rio de Janeiro. Ed. Casa da Palavra, 2002, 126pg.

LASCH, Christopher. *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Ediouro, 1995, 316pg.

- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo. Ed. Loyola, 220pg.
- MEDITSCH, Eduardo & FARACO, Mariana. *O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia*. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo – Vol. XXVI, Nº1, janeiro-junho, 2003, p.25-43
- MELLO, Lúcio. *Jornal O Cidadão e o Leitor da Maré: uma relação dialógica*. Niterói, UFF, Projeto Experimental, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2003, 72pg.
- O CIDADÃO. Rio de Janeiro, ano I-V, Edições 1-33, junho 1999 - Dezembro 2003
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum - Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998. 205 pg.
- _____, *Minorias Flutuantes: novos aspectos da contra-hegemonia*. In: Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática. v.I n.2, julho-dez, 2002. p.9-21
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. *O Império do Grotesco*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2002, 154pg
- PERUZZO, Cicília. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis, Ed.Vozes, 1998. 342 pg
- _____, *Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania*. In: Revista Fronteiras: estudos midiáticos – Vol.III Nº1, setembro de 2001, p.111-128
- RODRIGUES, Adriano. *Do Dispositivo Televisivo*. In: Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa, maio 1989, p.61-66
- RORTY, Richard. *Contingência, Ironia e Solidariedade*. Lisboa, Ed Presença, 1989, 245pg.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Ed.Record, 2003, 174pg.
- SILVA, Eliana. *O Movimento Comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, Dissertação de Mestrado, Escola de Educação, 1995, 146pg.
- SILVA, Jaílson. *Porque uns e não outros?: Caminhada de jovens pobres para a universidade*, Rio de Janeiro, Ed. Sete Letras, 2003, 182pg.
- SILVA, Jaílson et alii. *Quem Somos? Quantos Somos? O que fazemos? A Maré em Dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro, Ed. Maré das Letras, 2003, 52pg.

- SLOTERDIJK, Peter, *No Mesmo Barco: ensaio sobre hiperpolítica*. Lisboa, Ed. Século XXI, 1996, 81pg.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998, 268 pg.
- SOUZA, Márcio. *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Paris : Foundation pour le progrès de l'homme; Florianópolis, Diálogo, 1996, 210pg.
- VÁTTIMO, Gianni. *Sociedade Transparente*. Rio de Janeiro, Ed. Edições 70, 1989, 86pg.
- . *As Aventuras da Diferença: o que significa pensar depois de Heidegger e Nietzsche*. Lisboa, Edições 70, 1988, 187pg
- . *A Tentação do Realismo*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2001, 57pg
- SCHMITZ, Kenneth. *Comunidade: a unidade ilusória*. In: MIRANDA, Orlando. *Para Ler Ferdinand Tonnies*. São Paulo, Edusp, 1995, p.176-193.
- TONNIES, Ferdinand. *Comunidad y Asociacion: el comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona. Ed. Península, 1979, 284pg.
- VAZ, Lilian. *História dos Bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro, 1994, UFRJ, 112pg.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, 96pg.